



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOÃO AUGUSTO PESSÔA LEPIKSON

**A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA
NA PRÁTICA HODIERNA:
CRESCIMENTO, CRISE E AJUSTES ESPACIAIS**

Salvador
2010

JOÃO AUGUSTO PESSOA LEPIKSON

**A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA
NA PRÁTICA HODIERNA:
CRESCIMENTO, CRISE E AJUSTES ESPACIAIS**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (eixo acadêmico), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza

Salvador
2010

A

Meu pai e minha mãe por sempre terem me deixado à mão as condições para meu desenvolvimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

São tantos que corro o risco de pecar pelo esquecimento. Correndo o risco...

Agradeço a meus irmãos, Pedro e Alexandra, pela vida compartilhada e por “acobertarem” meu sumiço nos últimos meses.

Agradeço ao meu orientador, Professor Antonio Renildo, pela paciência e, sobretudo, por ter me auxiliado bastante no desenvolvimento de reflexões importantes deste trabalho.

A Marlene eu agradeço por ter me dado suporte e por ter me suportado nos momentos (não raros) de mau humor, sobretudo na reta final desse percurso.

Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da UFBA (NPGA-EA-UFBA) pelo apoio e pela excelente infra-estrutura. Agradeço especialmente aos funcionários do Núcleo pela competência e pela dedicação dispensada aos alunos.

A Capes agradeço pelo apoio financeiro que permitiu que eu me dedicasse integralmente ao mestrado.

Sempre serei muito grato a alguns professores da Faculdade de Economia, especialmente Plínio, Filgueiras, Balanço e Celeste.

Agradeço ao Professor Nelson Oliveira pelas longas conversas. Talvez ele não saiba, mas foram importantes em momentos difíceis do percurso de economista mestrando em administração.

Serei sempre grato a meus amigos do Vale pela amizade verdadeira desde que me entendo por gente. Sou grato especialmente hoje por terem compreendido minha ausência em momentos que, eu sei, deveria estar mais presente.

EPÍGRAFE

Elogio da Dialética

A injustiça avança hoje a passo firme
Os tiranos fazem planos para dez mil anos
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a exploração:
isto é apenas o meu começo

Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos

Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga? De nós
De quem depende que ela acabe? Também de nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã

Bertolt Brecht

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo primeiro interpretar a manifestação mais recente da relação lógica que liga a acumulação capitalista às crises de superacumulação e estas aos ajustes espaciais. Para tanto, busca na “lei geral da acumulação” de Marx os determinantes que estabelecem a inexorabilidade da ligação entre a acumulação e as suas crises e em Harvey, mais especificamente em sua teoria sobre “as ordenações espaço-temporais”, a forma como são conduzidas as estratégias de superação das crises por meio dos ajustes espaciais. Para o estudo da manifestação hodierna dessa lógica, empreende-se uma pesquisa exploratória centrada em três pensadores-chaves do movimento do sistema capitalista moderno que têm inspiração, em maior ou menor grau, marxiana: Harvey, Brenner e Arrighi. Este trabalho, portanto, trata de interpretar, com base em conceitos e categorias do materialismo histórico, o movimento que liga a acumulação da “Era de Ouro” à crise estrutural de superacumulação e esta à tentativa neoliberal de apresentar alternativas para dar continuidade ao processo de acumulação capitalista. Na prática, a acumulação do pós-guerra, construída em um contexto de cooperação internacional, mostrou-se excessiva e determinou a baixa sistêmica das taxas de lucro. Buscando ascender à condição de potência hegemônica e para evitar a desvalorização do seu próprio capital, em um contexto de Guerra Fria e de superacumulação em seu território, os Estados Unidos passaram a exportar seu capital redundante, especialmente para os territórios sob “ameaça comunista”, o que deu início a um rápido processo de acumulação especialmente na Europa ocidental e no Japão. Justamente porque não negou a “lei geral da acumulação”, esse sucesso gestou as condições para a emergência da crise de superacumulação contemporânea. Na década de 1970, percebeu-se que a acumulação fora excessiva, refletida pela baixa nas taxas de lucratividade, percebeu-se a existência de mais capital produtivo do que a capacidade de os mercados realizarem o valor. Sob pena de desvalorização, fazia-se impreterível apresentar novas alternativas de escoamento lucrativo desse capital. Eis que, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, os Estados centrais apresentam o projeto neoliberal como solução para evitar o “remédio amargo” da desvalorização. A partir daí, em um contexto de grande assimetria de poder, os Estados periféricos passam a ser impelidos a adotar uma série de ajustes estruturais de forma a abrir em seus territórios novas rotas de investimento para aquele capital. Contudo, esses ajustes não determinaram propriamente a renovação das condições necessárias à circulação do capital, mas sim o que Harvey denominou “acumulação por espoliação”, o que significou a penetração do capital em novos setores e intensificação das relações capitalistas por meio da administração de crises de desvalorização. Em paralelo, ao longo do trabalho de maneira dispersa, este trabalho mostra que, por causa da sua origem anti-sistêmica, a China esteve relativamente imune às ingerências externas e que, por isso, seu Estado foi capaz de estabelecer uma estratégia de inserção no sistema (ajuste espacial) relativamente autônoma.

Porque se tratar uma investigação sobre determinada realidade social concreta, o trabalho aborda conceitos e categorias ligados ao materialismo histórico.

Palavras-chaves: Acumulação, crise, ajuste espacial, neoliberalismo, Estado

ABSTRACT

This dissertation aims to interpret the most recent manifestation of the logic that connects capitalist accumulation to overaccumulation crises and these crises to spatial fixes. To do this, the Marxian "general law of accumulation" is examined to find the foundations that determine the inevitability of the overaccumulation crises. In Harvey's theory of "spatial-time fix", the explanations of how space ordinations (physical and social) are strategically orchestrated to renew the conditions for the accumulation and therefore to overcome these crises is discussed. To study the manifestation of this relationship, an exploratory study is carried out that focuses on the work of three thinkers in the contemporary movement of the capitalist system: Harvey, Brenner and Arrighi. Using categories and concepts related to historical materialism, this work attempts therefore to interpret the movement of the capitalist system, including the manifestation of this logic by establishing relationships between the foundations and contradictions of the process linking the rapid accumulation of the "Golden Age" to the structural crisis of overaccumulation which started in the 1970s, and this to the neoliberal project as a strategy to solve the crisis. The rapid growth in the postwar period occurred in a context of strong international cooperation given by the U.S policy of global hegemony and by its need to export its redundant capital, i.e. the capital that no longer found alternative circulation within the country. As described in Marx's "general law of accumulation", the post-war accumulation process nurtured the contradictions that wore the conditions necessary for its own continuity. It brought about the systemic crisis of contemporary overaccumulation whose most obvious symptom is the decline in profit rates based on the existence of excess productive capacity, particularly in the manufacturing sector. At that time, facing devaluation, they had to renew the conditions for the capital circulation. In the late 1970s and early 1980s, the neoliberal project was presented as a solution to the crisis. From then, in a context of great power asymmetry, peripheral states were urged to adopt a series of structural adjustment that opened new routes for the overaccumulated capital in the core countries. These adjustments, however, did not properly determine the renewal of the conditions necessary for the circulation of capital, but an "accumulation by dispossession." On the other hand, because of their anti-systemic origin, China had been relatively immune to external interference and was therefore able to make adjustments in a capitalist way relatively autonomously. In spite of the fact that this relative autonomy confers peculiar characteristics to Chinese reforms in relation to other peripheral countries, they have occurred and still occur at a very convenient moment for the system as it represents the preparation of new space for the reproduction of capital in a phase characterized by a scarcity of profitable investment alternatives.

Key-words: accumulation, crises, spatial fixes, neoliberalism, State

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A DIALÉTICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	18
2.1 O CIRCUITO DO CAPITAL E A INERENTE TENDÊNCIA À CRISE	18
2.1.1 A totalidade orgânica da circulação do capital	18
2.1.2 A “lei geral da acumulação” e a endogeneidade das crises	20
2.1.3 A crise de superacumulação.....	24
3 OS AJUSTES ESPACIAIS COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DAS CRISES DE SUPERACUMULAÇÃO.....	27
3.1 DETERMINANTES DOS AJUSTES ESPACIAIS: PODER POLÍTICO E ECONÔMICO	29
3.1.1 A lógica contraditória dos ajustes: mitigação da crise e reprodução das contradições da acumulação	29
3.1.2 O papel do capital financeiro nos ajustes: a ponte para as práticas imperialistas.....	33
3.2 O PAPEL DOS ESTADOS NOS AJUSTES ESPACIAIS	37
3.2.1 O imperialismo do tipo capitalista	37
3.2.2 O papel do imperialismo na solução das crises de acumulação.....	41
4 A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA REVISITADA: DO <i>BOOM</i> À CRISE ESTRUTURAL	50
4.1 OS DETERMINANTES DO LONGO CRESCIMENTO: AFIRMAÇÃO HEGEMÔNICA, EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL	51
4.2 A CRISE ESTRUTURAL DE SUPERACUMULAÇÃO HODIERNA	59
5 A ESTRATÉGIA DE REAÇÃO À CRISE	69
5.1 O PROJETO NEOLIBERAL	69
5.1.1 O jogo de soma zero entre os países centrais.....	72
5.1.2 As pontes para o projeto neoliberal: financeirização e endividamento dos Estados periféricos	74
5.2 OS AJUSTES ESTRUTURAIS NEOLIBERAIS	78
5.3 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA SEM SUPERAÇÃO DA CRISE.....	86
5.3.1 A recuperação econômica: um castelo de cartas sobre areia movediça	88
6 CONCLUSÕES	98
REFERÊNCIAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

A acumulação de capital é condição necessária para a perpetuação do sistema capitalista. Contudo, o circuito que o capital tem que percorrer para se reproduzir traz em si contradições que o fazem tender inexoravelmente às crises de superacumulação. Nestes momentos, sob pena de desvalorização do montante de capital que não circula, faz-se imperativo renovar as condições para a reprodução ampliada, o que historicamente tem ocorrido por meio de ajustes espaciais. Percebe-se, pois, uma lógica que liga o processo de acumulação às crises de superacumulação e estas aos ajustes espaciais. O objetivo deste trabalho é justamente interpretar a manifestação dessa lógica na prática hodierna.

A acumulação não é simples resultado de intenções particulares. Independentemente de sua vontade individual, o capitalista é impelido por “leis coercitivas externas” a cumprir sua missão histórica: acumular. Como coloca Marx (2009, p.690):

O capitalista é respeitável apenas quando personifica o capital. Nessa função, partilha com o entesourador a paixão da riqueza pela riqueza. Mas o que neste é mania individual, é naquele uma resultante do mecanismo social. O capitalista é apenas uma das forças propulsoras do mecanismo social. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua do capital empregado num empreendimento industrial, e a concorrência impõe a cada capitalista as leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas. Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva.

Para se reproduzir, o capital precisa continuamente percorrer e reiniciar um circuito composto por uma sucessão de etapas que se integram em uma única totalidade: a produção propriamente dita, a troca, a distribuição e o consumo. Assim, porque estão logicamente unidas, se, por qualquer motivo, alguma dessas etapas estiver impossibilitada, a acumulação também o estará. A acumulação só ocorre, portanto, se todas as condições necessárias para todas as etapas da circulação do capital estiverem postas em qualidade e quantidade suficientes.

Para sustentar o crescimento da produção, é preciso que haja excedente de trabalhadores “livres” dos meios de produção e livres para vender sua força de trabalho, é preciso que meios de produção adequados estejam disponíveis e que o mercado consumidor se amplie em sincronia com o aumento da produção. Parte do valor realizado na venda das

mercadorias, algo maior do que o investido na compra dos meios de produção e da força de trabalho do ciclo anterior, a mais-valia, deve necessariamente reiniciar o circuito comprando mais força de trabalho e mais máquinas e equipamentos no intuito de aumentar a produção. Assim, e só assim, ocorre a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista.

Caso falte alguma dessas condições, em algum ponto esse circuito será interrompido e o valor do capital investido não se realizará ficando sujeito à desvalorização. Para Marx (2008, p.745), independente da fase em que ocorre o rompimento da circulação, ele é sempre decorrente da mesma “lei geral da acumulação do capital”, é a manifestação do mesmo problema básico da superacumulação inerente ao processo.

Como coloca Harvey (2006, p.46),

No sistema capitalista, as muitas manifestações da crise – o desemprego e subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimentos, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – remontam à tendência básica da acumulação excedente, à tendência de superacumulação.

A superacumulação é caracterizada pela existência de mais capital do que as possibilidades de investimento lucrativo. Se há mais capital do que há oportunidades de reinvestimento lucrativo na circulação, significa que em período anterior, impelidos pelas “leis coercitivas externas”, os capitalistas investiram mais do que suportavam as condições postas (e consumiram “improdutivamente” pouco). De outra forma, se tivessem investido menos e consumido mais, em lugar da reprodução expandida ter-se-ia a reprodução simples do capital, o que é logicamente incompatível com o modo capitalista de produção.

Não obstante os capitalistas se esforcem para ter as condições necessárias à reprodução do capital sempre à disposição, não o conseguem fazer indefinidamente porque, como já indicado, o próprio processo da acumulação traz em si contradições que as desgastam. De uma ou outra forma, em uma ou outra etapa, essas contradições fazem surgir barreiras que obstaculizam a continuidade da circulação impondo uma queda sistêmica das taxas de lucro e, pois, da acumulação. Ou seja, a lógica interna da acumulação capitalista

ativamente produz barreiras para o seu próprio desenvolvimento, o que significa que as crises são endógenas ao modo capitalista de produção.

Apesar de essa tendência à crise ter se materializado diversas vezes ao longo da história, o capitalismo sobrevive. Segundo Harvey (2006, p.48), as crises de superacumulação foram superadas por meio dos ajustes espaciais, ou seja, por meio da “intensificação da atividade social” (penetração em novas esferas e atividade e/ou criação de novos desejos e novas necessidades, além da ampliação da oferta de mão-de-obra) e/ou por meio de “expansões geográficas” (construção das condições físicas e sociais à capitalista em novo território) com a fixação de algum montante do capital excedente em novo espaço.

Importa ressaltar que quanto mais difícil é a intensificação da atividade social em determinado espaço capitalista já estabelecido, no que tem papel decisivo a correlação interna de forças interclasses, mais importante se torna o recurso à solução externa. Eis o porquê de o capitalismo ser, também, geograficamente expansível.

Evidentemente, não é em qualquer ambiente que o capitalismo floresce, ele exige antes uma série de condições específicas como, por exemplo, um mercado de trabalho constituído e regulado, leis de proteção à propriedade privada, estruturas de transporte, de comunicação, além, logicamente, de uma força coercitiva legítima que garanta o cumprimento das legislações. É preciso que haja uma reforma social, mas também física, o que colabora para, ao fixar o capital em investimentos físicos de longo prazo de maturação, retirar algum volume daquele capital superacumulado.

É preciso, portanto, que o Estado, enquanto poder político territorializado detentor dos monopólios de jurisdição¹ e do uso legítimo da violência, institua e garanta a legislação tal e qual demandada pelo capital. Além de legislar, o Estado assume grande parte dos custos necessários para a preparação física do território, arca com grande parcela da construção da infra-estrutura necessária, inclusive, para reduzir o tempo de circulação capital e, por conseguinte, aumentar a taxa de acumulação. Fazendo isso, logicamente, o

¹ Do latim: *jurisdictio* que significa dizer o Direito. Segundo o dicionário eletrônico AULETE DIGITAL: “Jurisdição: poder decorrente da soberania de um Estado, para editar leis e ministrar a justiça”.

Estado colabora para acelerar o movimento das contradições que, em algum momento, culminará em nova crise de superacumulação.

A forma como se dá a preparação do novo território obedece a critérios definidos em um contexto de assimetria de poder no sistema interestatal, o que torna a soberania dos Estados mais ou menos permeável a ingerências externas. A depender do interesse e da capacidade do Estado hegemônico (ou do bloco de Estados centrais) de conduzir o sistema, os Estados em posição inferior na hierarquia de poder cujos territórios devem ser “ajustados” são impelidos a fazê-lo de forma a atender aos interesses específicos do capital dos países centrais.

Invariavelmente os Estados periféricos são coagidos a preparar seus territórios fixando estruturas sociais e física específicas, o que significa apresentar vantagens de custo para receber atividades produtivas que perderam importância na escala de agregação de valor na cadeia de mercadorias em determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, por meio dos poderes políticos dos Estados, ou melhor, pela diferença de poder, é estabelecida uma determinada divisão internacional do trabalho que consubstancia um padrão geográfico de trocas desiguais em favor dos Estados centrais, que, por isso, permanecem centrais. A partir da fusão das lógicas territorial (política) e econômica do poder, o que caracteriza as práticas imperialistas (HARVEY, 2005, p.36), são, pois, estabelecidas as condições para que se mantenha determinada hierarquia do sistema capitalista mesmo com novo arranjo da divisão internacional do trabalho em épocas de crise de superacumulação.

No bojo das ordenações, a própria construção da infra-estrutura física necessária à circulação do capital já colabora para a solução da crise de superacumulação ao retirar capital excedente da circulação imediata e imobilizá-lo em investimentos que só depois de longo período retornarão à circulação sob a forma de estradas, sistemas de comunicação, portos, aeroportos, enfim, por retirar capital excedente da circulação imediata e fixá-lo em novo espaço por meio de investimentos de longo prazo. (HARVEY, 2006, p. 137-8). Os ajustes são solução para as crises, portanto, primeiro

porque retiram capital excedente da circulação imediata e, depois, porque inserem novo espaço com condições adequadas no circuito do capital internacional.

“Descendo” à realidade concreta, Harvey (2005, p.55) coloca: “o problema da superacumulação, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma mistura de ajustes internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos”. Além de ser necessário exportar o seu capital excedente para evitar sua desvalorização, como o interesse do país líder era estabelecido pela sua política de afirmação hegemônica em um contexto de disputa com a União Soviética, essas ordenações se traduziram na construção de estruturas de acumulação à imagem e semelhança da estrutura estadunidense.

Como essas ordenações tinham vez em um ambiente internacional cooperativo proporcionado justamente pela política estadunidense de “contenção do comunismo” e em espaços relativamente atrasados em termos socioeconômicos, o que significava estarem disponíveis as condições para a circulação do capital, teve vez uma rápida acumulação de capital naqueles territórios. Contudo, porque a lógica da acumulação era reproduzida e não negada, territórios que haviam recebido capital excedente dos EUA tornaram-se também portadores de capital redundante.

Reflexo dessa condição foi o aumento da pressão competitiva internacional e, por conseguinte, a queda das taxas de lucratividade, sobretudo no setor de manufaturados no início dos anos 1970 (BRENNER, 2003, p.62). Tal como previsto pela “lei geral da acumulação” marxiana, a lógica interna da acumulação capitalista havia conduzido o sistema para a crise, agora com maior abrangência.

Em relação próxima, assim como o sucesso da acumulação havia erguido barreira à circulação do capital, o sucesso da política de afirmação hegemônica dos EUA havia saturado o “arcabouço social” que lhes conferia a condição de líder, inclusive, deu fim ao seu “princípio organizador”: a ameaça comunista. Nesse novo contexto, sem um centro de atração que fizesse orbitar os interesses gerais, a cooperação cedeu lugar à competição e a liderança consentida se converteu em liderança baseada na força, ou seja, baseada na capacidade do país líder de impor a direção do sistema mesmo sem

consentimento dos países seguidores (ARRIGHI, 2008, p.186). Em outras palavras, a liderança com base na hegemonia, porque percebida como benéfica pelos seguidores, passava a ser baseada em uma “coerção consentida” baseada na assimetria de força do sistema interestatal (HARVEY, 2005, p.151).

Sob pena de desvalorização do capital que não encontrava meios de circular naqueles territórios (meios de produção que não transferiam seu valor na produção e mercadorias que não realizavam seu valor na venda),urgia, mais uma vez, renovar as condições para a acumulação, agora em escala internacional. Eis que entrava em cena o projeto neoliberal e, em paralelo, convenientemente, tinham início as reformas estruturais da China.

Contudo, ao invés de apresentar condições renovadas para a circulação do capital e, pois, para a superação da crise, o projeto neoliberal preconizou a espoliação, ou seja, preconizou a simples transferência de propriedade de riquezas e mercadorização de atividades. Nas palavras de Harvey (2005, p.114): “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Nesses termos, os capitalistas percebiam que “o pecado original do simples roubo, que possibilitara a acumulação original do capital, tinha eventualmente que se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” (ARENDRT *apud* HARVEY, 2005, p.148)

Ante a abissal assimetria de poder no sistema interestatal, combalidos pelas essas crises orquestradas pelo capital financeiro e administrada pelos organismos supranacionais em nome dos Estados centrais, restou aos países periféricos consentir sobre o direcionamento dos ajustes, restou-lhes adotar o projeto neoliberal como “estratégia de desenvolvimento nacional”.

O projeto neoliberal buscou mudar o foco da atuação do Estado. Em linhas gerais, em lugar da política de pleno emprego usada para recompor a demanda agregada, dever-se-ia agora preconizar a construção e a garantia de um “ambiente adequado aos negócios”. Em

outros termos, para evitar o “remédio amargo da crise”² e o enxugamento do capital excedente, os países centrais recorreram à espoliação de países mais vulneráveis e mesmo à espoliação dos seus próprios trabalhadores que vivenciaram um recuo de direitos para reduzir os custos do capital e assim descomprimir as suas taxas de lucro.

Como coloca Mészáros (2009, p.105),

Desse modo, ao longo de sua evolução, nas última três décadas, o capital teve de pôr de lado as “concessões” do Estado de bem-estar social, anteriormente concedidas aos trabalhadores. É preciso notar que não precisou pagar absolutamente nada na época que o Estado de bem-estar social começou a existir, já que as alegadas “concessões” faziam parte das dinâmicas da expansão do capital despreocupada e altamente lucrativa do pós-guerra. O insensível espírito do neoliberalismo redefiniu a orientação estratégica da ordem instituída, colocando em prática políticas cada vez mais exploradoras e repressivas, ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital e por sua cínica justificação ideológica.

Não obstante a permanência de capital excedente, em meados da década de 1990 os números referentes ao crescimento econômico indicavam que a crise tinha sido superada e que o capitalismo voltava a viver um ciclo de crescimento baseado na “Nova Economia”³. As políticas adotadas pelos Estados centrais, sobretudo pelos EUA, propiciaram as condições para o surgimento de uma bolha financeira que permitiu a formação de capital fixo sem a realização dos lucros (BRENNER, 2003, p.72).

Em paralelo ao projeto de neoliberalização do mundo, no final da década de 1970, a China, país de origem anti-sistêmica, iniciou seu processo de reformas. Estas reformas convergiriam para preparar um “algo externo” de grandes proporções para ser inserido ao circuito de acumulação internacional.

² Esse processo “amargo” de desvalorização e racionalização do capital reduz a competição e recompõem as taxas de lucros. Contudo, é evitado porque traz consigo um elevado custo “sob a forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos e poupanças pessoais, inflação, crescente concentração do poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego” (HARVEY, 2006, p.47)

³ A “Nova Economia” estruturava-se a partir das novas tecnologias de comunicação e de informação e de suas respectivas indústrias (TIC). Em meados da década de 1990, muitos economistas apologéticos acreditavam que essa nova estrutura econômica estaria criando uma nova forma estrutural de acumulação capitalista, na qual a riqueza não mais seria originária do trabalho manual e sim do trabalho intelectual que teria na ciência, na tecnologia e no capital humano suas fontes geradoras. (PINTO, 2005, p. 74)

Representando uma verdadeira guinada do rumo político-econômico em relação ao período revolucionário, as reformas econômicas chinesas significaram, ou melhor, significam uma gigantesca ordenação espaço-temporal à capitalista. Por isso, entende-se que as reformas chinesas se iniciaram em momento deveras conveniente para o capitalismo.

Aliás, se as reformas chinesas vieram em momento conveniente para o capitalismo, também o momento do capitalismo foi importante para o sucesso das reformas liberalizantes daquele país. De um lado, o território chinês passou a fixar em seu território condições propícias para a acumulação de capital e, de outro, a existência de capital excedente em busca de alternativa de investimento colabora para o rápido crescimento econômico e para a modernização das forças produtivas na China.

Nesse contexto de reciprocidade de interesses, em pouco tempo, o território chinês deixou de ser um espaço hostil ao capital e se transformou no maior pólo de atração de investimentos estrangeiros diretos do planeta. Contudo, devido a sua origem anti-sistêmica e à grande capacidade de planejamento herdada do período revolucionário, diferentemente do que tipicamente ocorre nos países periféricos, na China, são instaladas vantagens “de ponta” que progressivamente passam a rivalizar com as vantagens monopolistas encontradas nos países centrais. Não sem motivo grandes empresas transnacionais passaram a instalar centros de P&D em território chinês e, não sem motivo, a China passa a desafiar a estratificação da hierarquia de poder mundial.

Do ponto de vista metodológico, a partir do estudo de categorias e conceitos ligados ao materialismo histórico, este trabalho tem como unidade de análise o processo de acumulação desde a “Era de ouro do capitalismo” até a atual crise sistêmica de superacumulação. Trata-se, portanto, de uma interpretação sobre a manifestação mais recente da lógica que estabelece uma relação inevitável entre o processo de acumulação e as crises de superacumulação e entre estas e os ajustes espaciais.

Enfim, este trabalho tem como objetivo analisar, com base nos preceitos teóricos do materialismo histórico, o movimento das contradições do processo de acumulação do pós-guerra, a natureza estrutural da crise sistêmica de acumulação que emergiu desse

movimento e como as práticas imperialistas sob a alcunha do projeto neoliberal, além das reformas chinesas, se apresentam como solução para a continuidade do processo de acumulação capitalista. Mais especificamente, o trabalho busca interpretar a ligação lógica entre esses três momentos.

Permeia toda a pesquisa uma análise sobre os diferentes papéis exercidos pelos Estados centrais e periféricos em períodos de crise sistêmica. Em linhas gerais, busca-se entender como os Estados centrais, com base no projeto neoliberal, impuseram aos países periféricos medidas para “evitar que o motor da acumulação morresse” sem que houvesse uma mudança substantiva na hierarquia de poder do sistema. Sem aprofundar, porque caberia um trabalho específico somente para isso, aborda-se também a diferença da “ordenação” chinesa em relação aos outros países periféricos.

É objetivo secundário mostrar que a mudança dos objetivos dos Estados, da promoção do pleno emprego à promoção de um ambiente adequado aos negócios, respondeu às necessidades do capital em determinado momento do desenvolvimento capitalista e, neste sentido, espera-se colaborar para desconstruir a idéia forçosamente construída acerca da neutralidade das idéias neoliberais. Busca-se mostrar que a idéia forçosamente construída acerca da “natural superioridade” das relações de mercado respondem a um contexto específico em que se faz mister apresentar alternativas de investimento para o capital.

Para cumprir o proposto, o trabalho está dividido em quatro partes, além dessa introdução e da conclusão.

Na primeira parte depois desta introdução, estabelece-se o marco teórico fundamental do trabalho. Busca-se na teoria marxiana, especificamente na “lei geral da acumulação”, explicações sobre como a lógica da acumulação tornam inevitáveis as crises de superacumulação, ou seja, como o próprio movimento da acumulação capitalista necessariamente faz com que o sistema tenda à crise.

O terceiro capítulo aborda a teoria das ordenações espaço-temporais de Harvey. Busca-se entender como e sob quais circunstâncias os ajustes espaciais são orquestrados de forma a apresentar solução para as crises sem que para isso seja preciso recorrer à desvalorização

do capital redundante e mudança na hierarquia de poder do sistema. Nesse bojo, discute-se o papel dos Estados, cada qual de sua posição, central ou periférica, para se entender como as práticas imperialistas convergem para preservar o padrão de trocas assimétricas geograficamente localizado.

O quarto capítulo é uma aproximação entre a abordagem teórica dos primeiros capítulos e a prática hodierna. Consiste de uma pesquisa exploratória que busca, confrontando e articulando as idéias apresentadas por Brenner, Harvey e Arrighi, evidenciar os determinantes do longo crescimento sistêmico do pós-guerra e como suas contradições determinaram a emergência da crise estrutural que o seguiu.

O último capítulo antes da conclusão traça as linhas da estratégia de reação efetivamente posta em prática sob o signo do neoliberalismo. Nesse bojo, mostra como a recuperação inaugurada na segunda metade da década de 1990 foi suportada por alicerces bastante frágeis. Muito brevemente, coloca, inclusive, que a atual crise financeira, que deu origem a uma recessão da economia real, é consequência direta dessa estratégia. Além disso, discute como o ajuste espacial chinês representa apenas um alívio temporário para a crise ao passo que converge para a emergência um mais espaço eficiente de acumulação que, em mais ou menos tempo, tornar-se-á também portador de capital superacumulado.

À guisa de conclusão, faz-se um apanhado geral das partes fundamentais da pesquisa, ressalta-se as aproximações e os distanciamentos entre as interpretações de Arrighi, Brenner e Harvey sobre a crise e o projeto neoliberal e sugere-se que o neoliberalismo e as reformas chinesas, se hoje representam alívio à crise, futuramente representarão uma redução da margem de manobra para se buscar a superação das crises que necessariamente advirão, só que em maior escala exatamente porque a lógica da acumulação ganhou maior escala com a neoliberalização do mundo e inserção chinesa sistema capitalista.

2 A DIALÉTICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O estado estacionário da reprodução simples é incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção, a acumulação de capital é o impulso que move o capitalismo, que o faz dinâmico e ao mesmo tempo repleto de contradições. Contudo, os determinantes da acumulação se movem em contradições que, recorrentemente, fazem surgir barreiras para a sua própria continuidade. Como será discutido a seguir, a lei que rege a acumulação capitalista determina que o sistema inexoravelmente tenda à crise.

2.1 O CIRCUITO DO CAPITAL E A INERENTE TENDÊNCIA À CRISE

2.1.1 A totalidade orgânica da circulação do capital

O objetivo do capitalista, mesmo ao comprar a força de trabalho, impelido que é por “leis coercitivas externas”, é sempre aumentar seu capital, ou seja, acumular através da apropriação do valor criado pelo trabalho alheio. Como coloca Marx (2009, p.721)

Na produção capitalista, não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção.

Marx mostra que a acumulação expandida se inicia com a “conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho”, onde tem vez a acumulação primitiva do capital, e continua por meio da permanente repetição de um movimento circular que se realiza sempre através das mesmas fases: produção, circulação, venda e reinvestimento na compra de mais meios de produção e de força de trabalho para reiniciar o processo em escala ampliada.

Marx (2009, p.657) descreve esse processo:

(A) conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital. Essa conversão ocorre no mercado, na esfera da circulação. O segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria

cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de uma mais-valia. A seguir, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas na esfera da circulação. Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações.

O valor extra adicionado ao capital na produção, a mais-valia retirada dos trabalhadores, só se realiza com a venda das mercadorias produzidas e a reprodução expandida do capital só tem seguimento se os capitalistas puderem continuamente reverter “a maior parte do dinheiro recebido por elas (mercadorias) em capital”. No meio disso tudo, o capital fixo – os meios de produção – só transferem seu valor para a produção à medida que seja consumido no processo produtivo. Ou seja, a acumulação só é realmente interminável se a circulação do capital for completada e reiniciada continuamente sempre em escala crescente.

Cada etapa da circulação precisa que determinadas condições específicas estejam reunidas no espaço e no tempo em quantidade e qualidade adequadas: excedente de trabalhadores “livres” dos meios de produção e livres para vender sua força de trabalho para alimentar a expansão da produção, meios de produção adequados e suficientes para produzir em escala ampliada e mercado consumidor em contínua expansão para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

Se se entende a que produção propriamente dita, a distribuição, o consumo e o reinvestimento são momentos de uma única totalidade orgânica – a circulação do capital – e que a acumulação capitalista somente ocorre com a repetição contínua dessa totalidade, torna-se fácil entender que se, por qualquer motivo, alguma das condições necessárias para cada um desses momentos não estiver disponível em conformidade com as necessidades crescentes da produção, algum dos momentos da circulação do capital não se efetivará, o circuito do capital será interrompido e a acumulação, pois, descontinuada. Nesse momento, estará estabelecida uma crise estrutural de acumulação.

Se por qualquer motivo todas as condições não estiverem reunidas no espaço e no tempo de forma adequada, sob pena de desvalorização do capital que não circula, recorrer-se-á à solução externa ao circuito (para buscá-las ou criá-las por meio da acumulação primitiva em outro espaço territorial). Se isso não for possível, a desvalorização será inevitável. Por

exemplo, como o capital fixo só transfere seu valor enquanto é consumido na produção, por meio do desuso, perde seu valor, ou, se as mercadorias não encontrarem mercado consumidor, não realizam seu valor (do capital adquirido pelo capitalista – força de trabalho mais meios de produção – acrescido pela mais-valia retirada dos trabalhadores) . De uma ou outra forma, o capital é desvalorizado.

Complementarmente, se o tempo que o capital necessita para percorrer todo esse circuito for aumentado, a taxa de acumulação é reduzida; o contrário também é verdadeiro: se a velocidade de circulação aumenta (reduz o tempo necessário da circulação), a taxa de acumulação aumenta proporcionalmente. Os capitalistas se dedicam, por isso, tanto à reprodução contínua das condições necessárias quanto à aceleração da circulação.

Neste sentido, o capitalismo é caracterizado por um esforço permanente de superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo”, o que significa que o aperfeiçoamento das estruturas de transporte e comunicação se torna parte integrante do esforço para o desenvolvimento das forças produtivas ou, como coloca Harvey (2006, p.145), “o imperativo da acumulação leva ao imperativo da supressão da barreira espacial pela redução do tempo de circulação do capital”.

Contudo, é preciso ter em conta, quanto mais rapidamente o capital circula, mais rápido é o movimento das contradições que em determinado momento irromperão em crise estrutural. Quanto mais rápida a circulação, ou quanto maior a escala da produção, maiores e mais desenvolvidas deverão estar as condições necessárias para cada etapa da circulação.

2.1.2 A “lei geral da acumulação” e a endogeneidade das crises

Para Marx, independente da origem, as crises de acumulação são manifestações do mesmo problema básico de superacumulação do capital, todas têm origem na “lei geral da produção de capital” e são, justamente porque decorrentes dessa lei, endógenas e endêmicas ao modo de produção capitalista. Em todos os casos,

a crise condiciona-se, especificamente, pela lei geral da produção de capital: produzir no limite fixado pelas forças produtivas; isto é, explorar a quantidade máxima de trabalho com determinada importância de capital, sem qualquer consideração pelos limites reais do mercado de trabalho ou pelas necessidades retraídas pela incapacidade de pagamento (MARX, 2008, p. 746)

Por mais que os capitalistas se esforcem continuamente para manter disponíveis as condições necessárias à reprodução do capital, o próprio processo de circulação traz em si contradições que as desgastam e que, por conseguinte, fazem irromper crises uma após outra. Portanto, as crises são resultado do próprio processo de acumulação, são “endógenas e endêmicas” ao modo de produção capitalista.

A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se pode mover a manutenção e a expansão do valor-capital colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio – desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais –, em caráter permanente, conflita com o objetivo ilimitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem (MARX, 2008, p.329).

Em um ponto do circuito ou outro, a intenção racional de maximizar a acumulação cria suas próprias barreiras que podem determinar o rompimento do ciclo:

(Se) necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor (HARVEY, 2006, p. 45)

No processo de acumulação, se os capitalistas atuam como classe buscando reduzir seus custos para aumentar seus lucros, quem perde necessariamente é a classe trabalhadora (ou os recursos naturais são explorados em demasia com a cumplicidade do Estado burguês que deveria regular o acesso do capital a esses recursos). Daí surge uma primeira contradição inerente ao processo: crescente descompasso da produção ampliada e formação do mercado consumidor (além do limite ambiental advindo da superexploração da natureza como parte do processo produtivo).

À medida que se acumula mais capital e, pois, que mais mercadorias são produzidas, necessariamente, para vendê-las e realizar o lucro na mesma proporção, é preciso que haja um crescimento proporcional do mercado consumidor em termos quantitativos e/ou em termos de criação de novas necessidades. Como o mercado consumidor tende a não crescer em sincronia com o aumento da produção, a criação de novos desejos e “necessidades” ganha papel importante a cumprir no modo capitalista de produção.

A realização da mais-valia extraída(...) exige a produção de consumo novo; exige que o círculo do consumo dentro da circulação se expanda, como fez anteriormente o círculo da produção. Inicialmente, a expansão quantitativa do consumo existente, em segundo lugar, a criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior; em terceiro lugar, a produção de novas necessidades, e a descoberta e a criação de novos valores de uso (MARX, apud HARVEY, 2006, p.72)

No entanto, porque é crescente a tendência de substituição de trabalho vivo por capital fixo, o poder aquisitivo agregado dos trabalhadores não crescem em compasso com o aumento da produção. Em verdade, a tendência é que o incremento da produção dê-se com a substituição de trabalho vivo por capital fixo. Por conseguinte, há tendência para um descompasso entre o crescimento da produção de mercadorias e do consumo improdutivo necessário para a acumulação equilibrada resultado na tendência decrescente das taxas de lucro.

Se o mercado consumidor aumentar apenas na relação inter-capitais, ou seja, se o consumo produtivo – investimentos em capital fixo – aumentar proporcionalmente mais do que o consumo improdutivo, necessariamente haverá uma acumulação excessiva (existência de mais capital do que capacidade de transferência de valor à produção ou maiores estoques do que a capacidade de realização do seu valor). Ter-se-á, assim, uma crise de superacumulação, ou seja, concomitantemente excesso de capital concomitantemente e excesso de mão-de-obra sem que possam ser combinados lucrativamente na circulação.

Em busca de reduzir seus custos e ampliar seus lucros, os capitalistas freqüentemente “reduzem a distribuição e circulação do dinheiro, inibindo a expansão estável do número de compradores (...) as redistribuições de lucro global, que poderiam expandir a rede de

compradores, freqüentemente reduzem a margem de lucro global” (WALLERSTEIN, 2001, p.17).

A “lei geral da acumulação de capital” conduz à existência, de um lado, de excesso de capital e, de outro, de um excesso de força de trabalho – dispensada pelo aumento do capital fixo – sem que possam ser combinados na produção de forma lucrativa. Independente das formas fenomenais assumidas pelas crises (desemprego e/ou subemprego crônico, taxas decrescentes de lucro, falta de demanda efetiva no mercado), todas são, portanto, decorrentes da mesma tendência básica da superacumulação.

A superacumulação se manifesta como excesso de capital em qualquer de suas formas: mercadorias produzidas sem mercado consumidor suficiente para realizar o seu valor na venda, capacidade produtiva que não transfere seu valor para as mercadorias, ou dinheiro que não encontra alternativa de retorno lucrativo à circulação, justamente porque já há meios de produção redundantes ou produção em excesso. Sob qualquer forma, a quebra do circuito do capital, em qualquer etapa impossibilita a reprodução ampliada do capital.

A existência de excesso de capital é, então, decorrente do sucesso da acumulação anterior. Quando há excesso de capital em qualquer de suas formas é porque em período precedente houve acumulação excessiva, o que significa que os capitalistas consumiram improdutivamente pouco e reinvestiram muito. Logicamente, se os capitalistas consumirem improdutivamente muito e reinvestirem pouco a mais-valia retirada dos trabalhadores, a acumulação ampliada não acontece e voltar-se-ia ao sistema da reprodução simples, o que, como já dito, é logicamente incompatível com o modo capitalista de produção.

Em linhas gerais, na prática, como será discutido oportunamente, foi isso o que aconteceu no *boom* econômico do pós-guerra: as altas taxas de lucro e disponibilidade de condições bastante interessantes em alguns territórios permitiram uma taxa de acumulação que em pouco tempo consolidou capacidades produtivas deveras eficientes que não mais conseguiam transferir plenamente seu valor para a produção e também um estoque de mercadorias que não mais conseguia realizar seu valor na venda (BRENNER, 2003). Dessa forma, no início da década de 1970, o acirramento da competição acarretou uma

queda das taxas de lucro do setor de manufaturados e esse capital redundante ficava sob o risco iminente da desvalorização. Em paralelo, o próprio processo de acumulação naqueles territórios, porque promoveu a modernização das forças produtivas (e proletarianização da força de trabalho latente), significou o desgaste daquelas condições que permitiam as altas taxas de lucro e, por conseguinte, as altas taxas de acumulação.

Enfim, tendo em vista que a acumulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias em seu conjunto, que o valor crescente é adicionado por meio da utilização de trabalho vivo – ou seja, que o lucro se origina da apropriação do valor criado pelo trabalho vivo – e que, em consequência, a circulação do capital se baseia na relação interclasses antagônicas, tudo isso somado ao fato de ser o modo capitalista de produção tecnologicamente dinâmico e que a circulação compreende um todo orgânico, Harvey (2006, p.132-3) sintetiza da obra de Marx uma contradição central que interpõe barreira à continuidade da acumulação:

O sistema tem de se expandir mediante a utilização de trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção. O crescimento e o progresso tecnológico, ambos aspectos necessários da circulação do capital, são, portanto, antagônicos entre si. Periodicamente, o antagonismo subjacente irrompe como crise de acumulação plenamente amadurecida; ou seja, rupturas totais do processo de circulação do capital. Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos. Denomino isso de crise de superacumulação.

2.1.3 A crise de superacumulação

O impulso para a acumulação expandida se expressa no processo produtivo por meio da criação de mais-valia absoluta e relativa. No entanto, a criação de valor depende da capacidade de realizar essa mais-valia através da circulação. O insucesso da realização de valor na circulação significa, simplesmente, a negação do valor criado potencialmente na produção. Portanto, se a esfera da circulação não se expande em compasso com o aumento da produção e da mais-valia acrescentada, a acumulação pára.

A dialética interna do capitalismo faz com que os capitalistas, “presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista”, sejam forçados a promover desenvolvimentos tecnológicos. Essa tendência de mudança na composição orgânica do capital, que tende a dispensar trabalho vivo, como sugerido, destrói a possibilidade relativa à acumulação equilibrada entre a formação do mercado consumidor e a produção.

O capital sob a forma meios de produção só transfere seu valor para as mercadorias se consumido na produção e as mercadorias só realizam seu valor, inclusive o acrescido pelo trabalho vivo, na venda. Caso não ocorram ambos os momentos, o capital fica sujeito à desvalorização: como moeda por meio da inflação, como mercadoria por meio de estoques encalhados que não realizam seu valor na venda ou por causa dos preços em queda decorrente da intensa competição ou ainda como capacidade produtiva e infra-estruturas físicas que não transferem seu valor para as mercadorias. De uma forma ou de outra, nega-se o valor potencialmente criado.

Nesse sentido, as guerras têm um papel a cumprir: destroem fisicamente capital redundante e renovam, por conseguinte, as condições para a acumulação capitalista. Foi isso que aconteceu nas duas Guerras Mundiais do início do século XX. Depois de destruído o capital físico excedente em diversos territórios, foi possível retomar um processo de acumulação que, logicamente, gestou as contradições que deram vez à crise de superacumulação hodierna.

Como será visto mais adiante neste trabalho, a crise atual é caracterizada fundamentalmente por um excesso de capacidade produtiva no setor de manufaturados, mais sujeito à competição internacional, que não transfere seu valor e por um excesso de mercadorias (manufaturados) com preços achatados pela concorrência internacional “excessiva”. Reflexo dessa condição é a queda das taxas de lucro do setor, que se espalha por todo o sistema (BRENNER, 2003).

Se a superacumulação é resultado inevitável do processo de acumulação capitalista, é preciso continuamente encontrar soluções para superar as barreiras interpostas à circulação, é preciso sempre inserir “algo externo” ao capitalismo e/ou intensificar as

relações já postas sob sua égide, enfim, é preciso renovar as condições para a reprodução do capital.

Harvey (2006, p.47-8) lista os processos que, isolados ou combinados, podem criar as condições necessárias para a renovação da acumulação: penetração do capital em novas esferas de atividade (por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência em agricultura empresarial lucrativa); criação de novos desejos e necessidades em conjunto com organização do consumo específico; crescimento populacional em ritmo condizente com a acumulação de longo prazo e; expansão geográfica das relações capitalistas para novas regiões.

Alguns autores, dentre eles Lênin, Hilferding e Rosa Luxemburgo, sugerem que o capitalismo sobreviveu às repetidas crises sempre inserindo um “algo externo” ao circuito de acumulação. Harvey, especificamente em sua teoria sobre os ajustes espaciais, propõe que o capitalismo sobreviveu às crises em função da renovação das condições para a circulação do capital por meio de ajustes espaciais. Estes ajustes estrategicamente planejados promovem a intensificação das relações capitalistas já postas e/ou a inserção de um “algo externo”, inclusive de novos espaços territoriais antes não-capitalistas devidamente preparados para a circulação do capital.

Enfim, o fato é que a dialética interna da acumulação capitalista desgasta as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital conduzindo o sistema à crise. Tendo como base a teoria da ordenação espacial de Harvey, a próxima parte do trabalho trata justamente de analisar o processo de renovação das condições necessárias para a circulação do capital.

3 OS AJUSTES ESPACIAIS COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DAS CRISES DE SUPERACUMULAÇÃO

A dialética interna do capitalismo, como sugerido na parte anterior deste trabalho, conduz o sistema à crises de superacumulação. Interessa agora entender como o capitalismo sobrevive em meio a tantas e tão recorrentes ameaças de rupturas do seu ciclo de reprodução; cumpre entender como o capitalismo supera as barreiras que constantemente são erguidas pelas suas próprias contradições evitando a desvalorização do capital excedente sem que haja uma alteração substantiva da hierarquia de poder do sistema.

Se a reprodução expandida do capital depende da possibilidade de realização do valor acrescentado na produção sempre em uma escala ampliada, mas já há mais capital do que suportam as condições necessárias à circulação, sob pena de desvalorização, faz-se impreterível ao capital renovar essas condições. Faz-se mister, portanto, intensificar e/ou ampliar a abrangência das relações sociais de mercado, o que significa aumentar a taxa de lucro sobre atividades capitalistas constituídas ou incluir ao circuito do capital novas alternativas potencialmente lucrativas. Para tanto, procede-se a uma série de reformas físicas e sociais em determinados espaços (no próprio território local do capital superacumulado ou em território estrangeiro), recorre-se aos ajustes espaciais como soluções de continuidade à acumulação capitalista.

Logicamente, quanto mais difícil é o ajuste interno, o que passa pela intensificação de relações capitalistas, em quê, logicamente, a luta interclasses tem papel determinante, mais importante se torna o ajuste externo, ou seja, a expansão geográfica das relações capitalistas.

Evidentemente, o capital não se reproduz em qualquer ambiente, é preciso antes que sejam preparadas as condições físicas e sociais tais e quais demandadas para a reprodução do capital em determinado momento específico do desenvolvimento capitalista. Para esta preparação, evidentemente, é preciso antes que sejam postas soluções políticas específicas. Sendo assim, o Estado, enquanto poder político territorializado, precisa agir para ajustar o território social (inclusive legalmente) e

fisicamente de maneira adequada, ou criar as condições legais e econômicas para que o façam.

A forma como isso acontece depende fundamentalmente da capacidade e interesse do Estado matriz de conduzir o processo. Em tese, cada Estado é absolutamente soberano em seus territórios. Contudo, quando se tem em conta que eles se movem em um contexto de grande assimetria de poder, percebe-se que essa soberania é relativa. Sendo assim, os Estados centrais conseguem, por meio de práticas tipicamente imperialistas, orquestrar os ajustes de forma que respondam aos interesses do seu capital.

Em verdade, as práticas imperialistas materializam a fusão dos interesses político e econômico: o Estado, para manter seu poder político relativo no sistema interestados, precisa manter seu território forte economicamente e o capital precisa do poder político do Estado justamente para orquestrar reformas internas e alhures.

Para manter economicamente forte o seu território, o Estado precisa, primeiro, evitar a desvalorização do seu capital que não circula apresentando-lhes alternativas de escoamento, além disso, precisa impor as condições para que as rendas monopolistas das atividades “centrais” em cada momento específico do desenvolvimento capitalista permaneçam fluindo para dentro de suas fronteiras. Assim, esses ajustes e os acordos internacionais estabelecidos nesse bojo são conformados de maneira a manter (ou estabelecer nova) uma divisão internacional do trabalho que consubstancie o padrão geográfico de trocas assimétricas em favor dos Estados centrais. Eis que as lógicas econômica e territorial do poder se fundem para apresentar solução para a continuidade do processo de acumulação capitalista sem que se altere a hierarquia de poder do sistema, eis que as práticas imperialistas cumprem seu papel (HARVEY, 2005, p. 32).

Este capítulo busca analisar como os ajustes espaciais (e espaço-temporais) apresentam essas soluções para a reprodução do capital em momentos de crise de superacumulação. Para isso, baseia-se na teoria das ordenações (ajustes) espaço-temporais de Harvey.

3.1 DETERMINANTES DOS AJUSTES ESPACIAIS: PODER POLÍTICO E ECONÔMICO

3.1.1 A lógica contraditória dos ajustes: mitigação da crise e reprodução das contradições da acumulação

A circulação do capital não ocorre no vácuo, mas em espaços territoriais sobre os quais os Estados detêm monopólio de jurisdição. Nesses espaços é preciso que estejam postas condições físicas e sociais adequadas como, por exemplo, um mercado de trabalho regulado e qualificado, sistemas de transporte e comunicação eficientes, legislação que proteja a propriedade privada, recursos produtivos, etc. Por isso, logicamente, os Estados assumem papel preponderante na acumulação capitalista e, também, na proposição de soluções às crises de superacumulação.

Como coloca Harvey (2006, p.115), “a única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a desvalorização do capital (...) e a desvalorização da força de trabalho por meio de decrescentes padrões reais de vida do trabalhador”. O único escape à desvalorização do capital reside, então, na contínua criação de novos recursos produtivos. Disso, deduz-se um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades de novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital. Assim, conclui Harvey (2005, p.117), “a real geografia histórica do capitalismo como produto de tal imperativo”.

De fato, as crises são capazes de impor algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento capitalista por meio da desvalorização do capital redundante, o que não quer dizer que essas crises sejam ordenadas ou lógicas. A desvalorização impõe um elevado custo social: “falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego” (HARVEY, 2006, p.47).

Assim, se há uma crise de superacumulação e é preciso instalar (ou renovar) condições em espaços territoriais, em socorro desse capital deve vir o Estado. Se se intenta evitar a

desvalorização e, por conseguinte, as conseqüências descritas, deve-se preceder aos ajustes espaciais (espaço-temporais quando se constroem estruturas com longo prazo de maturação).

Evidentemente, porque representam o poder político territorializado e têm capacidade de centralizar montante significativo de recursos (e têm capacidade ímpar de endividamento), os Estados têm papel determinante nesses processos.

Sendo a falta de oportunidades lucrativas o cerne da dificuldade, o principal problema econômico (em oposição a social e político) está no lado do capital. Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção. Não é, contudo, possível divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação (HARVEY, 2005, p.78).

Ao dizer que não é possível “divorciar essa opção de mudanças temporais em que o capital excedente é deslocado para projetos de longo prazo que precisam de muitos anos para devolver seu valor à circulação”, Harvey quer chamar atenção para os dois sentidos “indissociáveis” empregados para a palavra “ordenação” (ajuste) em sua teoria: espacial e temporal.

A ordenação espacial apresenta solução à crise porque, no fim, insere mais um território com as condições adequadas para a reprodução do capital, ou seja, aumenta o volume do sistema e, por conseguinte, alivia a pressão exercida pelo excesso de capital e, por conseguinte, pela competição “assassina”. A ordenação temporal, por sua vez, trata do tempo que decorre entre a imobilização de capital excedente em investimentos de longo prazo necessários nessa preparação e o retorno desse capital à circulação. Sendo assim, em termos temporais, os ajustes espaciais colaboram com a solução das crises porque retiram capital excedente da circulação imediata imobilizando-o por longo período até que voltem a circular.

A preparação física do espaço (construção da infra-estrutura física adequada à circulação do capital: portos, aeroportos, estradas, sistemas de comunicação, escolas técnicas, universidades), que implica na fixação espacial de determinado volume de capital sob a forma dessas estruturas, em si, portanto, apresenta solução porque é capaz de absorver

montante significativo de capital superacumulado, ou melhor, de retirar parte do capital excedente da circulação imediata. Dessa forma, como coloca Harvey (2005, p.78), “a produção e reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo”.

Quando esses investimentos estiverem maduros, o capital deve necessariamente, sob pena de desvalorização, retornar à circulação sob a forma de infra-estruturas físicas e sociais adequadas à circulação do capital transferindo seu valor à produção. Estando pronta a ordenação, inclusive no que tange às condições sociais (existência de mercado de trabalho regulado, leis de proteção à propriedade privada, legislação tributária, monetária etc.), consolida-se o acréscimo de mais um espaço para a reprodução do capital, aumenta-se o volume do sistema aliviando a pressão exercida pela competição intercapital.

A expansão geográfica do capital não impede o funcionamento da lógica contraditória da acumulação nos novos espaços ajustados. Justamente porque se busca construir espaços novos para a acumulação de capital, se as ordenações forem bem sucedidas em termos de internalização de atividades centrais e retenção de suas rendas vinculadas, o território que por anos se apresentou como alternativa de escoamento para o capital superacumulado passará ele mesmo a ser recipiente de capital excedente. Acontecendo isso, nova ordenação será necessária para dar vazão a uma quantidade de capital ainda maior do que antes. Eis o porquê de o capitalismo ser um sistema geograficamente expansível.

Tão intenso é o ajuste espacial em desenvolvimento na China que os investimentos em infra-estruturas físicas são responsáveis por grande parcela das taxas de crescimento de sua economia e, em alguma medida considerável, colaboram para o crescimento da economia mundial. Reflexo imediato disso é a pressão ascendente sobre os preços internacionais de algumas commodities.

Inclusive, porque o Estado chinês está tão comprometido com o crescimento econômico e são os investimentos públicos em infra-estrutura que, em grande medida, puxam a economia do país, incorre-se no risco de haver excesso de investimento nesse terreno. Caso os capitais investidos, por exemplo, na construção de gigantescas usinas hidrelétricas, se mostrem realmente excessivos e não consigam transferir plenamente seu

valor para a produção futura, (ou o mercado consumidor não seja capaz de absorver essa produção), será desvalorizado e o crescimento chinês de longo prazo estará comprometido e, por conseguinte, a estabilidade social e a legitimidade do governo posta à prova.

Como será melhor comentado oportunamente, o processo em cadeia que liga soluções de crises de superacumulação aos sucessivos ajustes espaciais, foi responsável, em grande medida, pelo deslocamento do centro mais dinâmico do capitalismo para o leste asiático do qual a ascensão econômica da China é a última das três etapas (a primeira foi a reconstrução da estrutura produtiva do Japão comandada pelo capital excedente (e Estado) dos EUA e depois a ordenação dos Tigres Asiáticos pelo capital excedente japonês).

Como o capital investido em estruturas fixas transfere seu valor somente se elas forem consumidas no processo produtivo, investimentos excessivos nestes terrenos podem consolidar a existência de mais capacidade do que as possibilidades de transmissão do seu valor para as mercadorias, ficando, pois, passível de desvalorização por desuso. Assim, mesmo o capital redundante em estruturas fixas podem ser estopins de crises de desvalorização.

Nos novos espaços ordenados, cumpre salientar, invariavelmente, ao menos no início da ordenação, enquanto as suas estruturas socioeconômicas não são modernizadas nos termos capitalistas, os recursos são mais baratos do que nos centros “mais modernos” de que migraram os capitais. Aliás, essa possibilidade de explorar vantagens de custo é fator determinante na escolha do território a ser ordenado.

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas (...) (LÊNIN, 1999, p. 52).

3.1.2 O papel do capital financeiro nos ajustes: a ponte para as práticas imperialistas

É preciso ter em conta que o capital superacumulado sob a forma de estruturas produtivas ou mercadorias não se converte em capital líquido por simples vontade do capitalista. O capital fixado na forma de, por exemplo, fábricas ou rodovias, não se torna líquido e, portanto, móvel de uma hora para outra, sem realizar o seu valor na venda das mercadorias produzidas. O redirecionamento do fluxo de capital de uma forma para outra mais líquida depende fundamentalmente da capacidade mediadora das instituições do Estado e/ou financeiras de gerar e oferecer crédito, de criar capital fictício (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material) que pode ser usado como dinheiro.

A existência dessas instituições mediadoras eficientes por si já representam importante vantagem monopolista para o capital sediado nos países mais avançados que assim podem explorar as vantagens de custos, por efêmeras que sejam, onde quer que elas surjam. Se algum país oferece alguma vantagem tributária, por exemplo, o capital dos países centrais podem migrar para explorá-la e migrar novamente quando outro territórios apresentar vantagens monopolistas mais interessantes.

Evidentemente, a capacidade de migrar para explorar essas vantagens depende da mobilidade do capital em questão. Quanto maior a escala do capital fixado em determinado território, sendo a velocidade de circulação constante, mais tempo decorrerá até que transfiram seu valor para a produção e possam migrar sem se desvalorizar. Neste ponto o capital financeiro e o Estado assumem para si papéis específicos importantes.

Como muitas vezes o Estado assume parte considerável dos custos da ordenação física por meio de endividamento, mesmo que os valores investidos não sejam plenamente transmitidos para a produção, ficam garantidas taxas de retorno ao capital financeiro sob a forma de pagamento dos juros da dívida pública.

Esse capital financeiro, contudo, não fica imune à desvalorização, o que poderia acontecer, por exemplo, pelo simples calote da dívida. Todavia, as instituições

financeiras internacionais historicamente tem cumprido muito bem o papel de evitar que isso ocorra.

Em termos práticos, os ajustes fiscais orquestrados pelo FMI e impostos aos países periféricos nas décadas de 1980 e 1990, além de abrir novas rotas para a circulação do capital criando relações capitalistas onde antes não existiam, foram feitos em sentido de impor garantias para que o capital financeiro seja devidamente remunerado.

Além disso, importa ter em mente, o endividamento gera oportunidades especulativas que tornam o poder do Estado vulnerável às ingerências imperialistas articuladas pelo capital financeiro em combinação com seus poderes políticos assimétricos representados pelos Estados e organismos supranacionais.

Aqui cabe chamar a atenção para os dois sentidos possíveis de um processo de ordenação espacial: o primeiro caracteriza a montagem de uma estrutura produtiva complementar e subordinada à estrutura dos países centrais e o outro a estruturação de uma capacidade que rivalizará com o capital que lhe deu origem. No primeiro caso, ordena-se um país em sentido de prepará-lo para receber atividades que decaíram na escala de agregação de valor da cadeia produtiva. Exemplo clássico disso é a industrialização dos países periféricos, ou, como prefere chamar Arrighi (1997), a periferização da atividade industrial “muscular”.

A outra possibilidade, como ocorreu nos EUA no século passado, no Japão e na Alemanha no pós-guerra e, aparentemente, está em curso na China⁴, a ordenação pode convergir para o desenvolvimento de vantagens monopolistas fixadas no território que atraiam as atividades centrais, as atividades que mais retém o excedente gerado em determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Essas atividades, hoje, estão ligadas às vantagens ditas “cerebrais” como, por exemplo, centros de

⁴ Em paralelo à internalização de tecnologia, a China mantém pesados investimentos estatais em pesquisa e desenvolvimento e formação de pessoal especializado. Entre 1998 e 2006, os investimentos em P&D aumentaram em média 21,3% ao ano, atingindo US\$ 22,2 bilhões (TREVISAN, 2006, p. 96-97). Para se ter uma idéia do que isso significa, segundo Arrighi (2008, p.363), em 2002, foram formados 590 mil estudantes em ciência e tecnologia, em 2005, segundo Fishman (2005, p. 328), seriam formados cerca de 325 mil engenheiros, cinco vezes mais do que nos EUA, e 17 milhões de estudantes em cursos superiores ou escolas técnicas avançadas.

desenvolvimento de pesquisas, produtos e materiais e atividades de projeto, administração e marketing. Evidentemente essas atividades são protegidas por leis internacionais específicas que garantam o fluxo de renda para os países centrais, qual sejam, leis de proteção à propriedade intelectual. Ou seja, acordos que estabelecem legalmente o padrão geográfico do fluxo de rendas.

Um ou outro sentido da ordenação vai depender da capacidade e interesse do Estado líder (ou bloco de líderes), representando os seus capitais nacionais, em conduzi-la. No pós-guerra, a política da potência líder, os EUA, primava pela consolidação de sua hegemonia e, por isso, tratou de difundir o seu próprio padrão de acumulação em territórios estratégicos. Em verdade, o sucesso de política estadunidense estava intimamente atrelado ao sucesso, em maior ou menor grau, dos países seguidores/ajustados. Daí as ordenações da Europa ocidental e do Japão terem concorrido para a construção de estruturas rivais (similares) à dos EUA enquanto na América Latina aconteceu uma ordenação subordinada e complementar.

Neste sentido, os Estados assumem papel determinante na continuidade do capitalismo em época de crise: ao mesmo tempo em que preparam o território sobre o qual detém poderes políticos exclusivos de forma adequada à circulação do capital, apresentam alternativa de remunerar esse capital através dos juros da dívida pública contraída para efetuar essa ordenação em benefício do próprio capital. Sendo a tributação local regressiva, como com frequência ocorre nos países periféricos, isso é uma forma direta de transferir a pressão do capital para os trabalhadores.

Além disso, como sugerido, o endividamento crônico dos Estados gera oportunidades especulativas que tornam o poder do Estado vulnerável às influências e ingerências políticas do capital financeiro. Eis que, assim, é construída uma ponte para que os poderes imperialistas dos países centrais imprimam condições específicas aos países periféricos de forma a apresentar-lhes possibilidades lucrativas de investimento.

Hoje, cumpre ressaltar, se o Estado chinês exerce o papel de imobilizar capital em investimento de longo prazo de maturação, suas peculiaridades de país há pouco anti-sistêmico e ainda com grande capacidade de planejamento autônomo, permitem que o

façam prioritariamente em benefício do seu próprio capital nacional. Em verdade, justamente porque não esteve exposto às ingerências do capital financeiro internacional, o Estado chinês foi, e ainda é, capaz de estabelecer condições específicas ao capital internacional e não o contrário, como ocorre tipicamente com outros países periféricos.

Como sugerido anteriormente, não necessariamente os ajustes precisam ocorrer em novos espaços, nem mesmo estarem restritos à construção das estruturas físicas. Em sentido oposto à prática recente, parte do capital excedente pode, por exemplo, ser retirado da circulação imediata através de gastos sociais tais como ampliação e melhorias dos sistemas de saúde pública, de educação, previdenciário.

Porém, é preciso ter em conta que isso significa diretamente certa distribuição interna da riqueza, o que traz à discussão a correlação de forças na disputa interclasses. Assim, quanto mais difícil a ordenação interna, mais o capital recorre às soluções externas. Ou ainda, se restar pouco espaço para a intensificação das relações capitalistas internamente, em um contexto de grande assimetria de forças, o capital dos países centrais tem sempre a possibilidade de recorrer ao poder político do seu Estado em conjugação com a fluidez do capital financeiro para impor ajustes alhures.

Posto que os Estados detêm soberania formal sobre seus territórios, posto que é papel exclusivo do Estado regular o acesso do capital à força de trabalho e aos recursos naturais, porque é o Estado que determina a política fiscal e monetária e determina a mobilidade dos capitais através de suas fronteiras, a expansão geográfica como forma de ordenação espaço-temporal demanda uma solução política anterior. Sob pressão externa, em um contexto de grande assimetria de poder, endividados, os Estado periféricos são coercitivamente impelidos a implantar reformas tais que ofereçam ao capital superacumulado acesso às suas vantagens de custo e ainda garantam a repatriação dos lucros aos capitalistas dos países centrais.

É justamente nesse ponto que as lógicas capitalistas do poder político e do poder econômico sob o capitalismo precisam convergir para provocar soluções para a acumulação do capital. Eis que as práticas imperialistas se apresentam como solução de para a crise de acumulação do capital (HARVEY, 2005).

3.2 O PAPEL DOS ESTADOS NOS AJUSTES ESPACIAIS

3.2.1 O imperialismo do tipo capitalista

Como já colocado, o capitalismo não floresce sob quaisquer condições, ele requer antes que um arcabouço físico e social adequado esteja instalado em determinado espaço. O Estado, enquanto poder político territorializado detentor do monopólio da jurisprudência e do uso legítimo da força, tem papel determinante na formação, oferta e garantia dessas condições necessárias. Neste sentido, além da responsabilidade sobre a parafernália monetária e fiscal (modelos de taxação, políticas redistributivas, o fornecimento de bens públicos e o planejamento direto), o Estado age como poderoso agente econômico legitimamente constituído.

Mesmo as relações sociais de troca e de valor de troca necessários à circulação do capital já mostram o imperativo da presença do Estado para legislar, regular e fazer valer suas legislações à capitalista, a saber, dentre outras: os conceitos de pessoa jurídica e pessoa física, sistema jurídico de propriedade privada, o padrão comum do valor em troca (a objetivação do dinheiro) e a condição, na troca, de dependência recíproca, de dependência econômica em oposição à dependência pessoal extra-econômica.

A garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário e a definição de política fiscal estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna a “forma de organização que o burguês necessariamente adota” para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses, assim, “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que não instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho.” (MARX e ENGELS, 1996, p. 98)

De fato, os processos moleculares de acumulação do capital podem criar suas próprias redes e estruturas de operação no espaço (redes familiares, máfias, etc.) independentemente do Estado, contudo,

a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classe e arbitrar entre reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). Políticas relativas à segurança da oferta de dinheiro e aos negócios e relações comerciais externos também têm de ser estruturadas para beneficiar a atividade de negócios. (HARVEY, 2005, p.80).

Além de dar forma e garantir esses regulamentos, o Estado, ao dar forma à política tributária, assume papel chave na distribuição da renda social e, além disso, tem papel determinante na acumulação primitiva do capital, que é “uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, mas é o seu ponto de partida” (MARX, 2009, p.827). O Estado usa seus poderes não apenas para forçar a adoção de determinado arranjo institucional e colaborar para determinada distribuição social da riqueza, mas também para adquirir e privatizar ativos como a base original da acumulação do capital.

(U)sou-se o poder estatal, de modo indiscriminado, e, em muitos casos, brutalmente, para criar a relação básica entre capital e trabalho. A acumulação primitiva – o divorcio inicial do trabalho dos meios de produção e da terra – realizou-se pela força ou através da violência legalizado por via do Estado. As leis trabalhistas e as diversas formas de repressão institucional trouxeram a mão-de-obra excluída para o mercado de trabalho, ajudando a impor a disciplina no trabalho, necessária para o capitalismo. (HARVEY, 2006, p.91)

Neste ponto a aparência independente e autônoma do Estado (burguês) expressa a unidade do poder da classe capitalista, a hegemonia de classe, travestindo interesses específicos como interesses geral da sociedade (MARX e ENGELS, 1996).

O Estado chinês, desde o início de suas reformas no final da década de 1970, promove alterações em sua legislação tais quais esperadas de um Estado compromissado com a acumulação capitalista. Dentre outras medidas, implantou tributação privilegiada para o capital, especialmente para o capital estrangeiro, formou, através de sucessivas privatizações e desmonte das comunas, e regula o acesso ao mercado de trabalho, deu respaldo legal à propriedade privada, e, fazendo uso do monopólio do direito ao uso

legítimo da força, reprime violentamente manifestações contrárias às novas regras e às suas contradições inerentes (HART-LANDSBERG, BURKETT, 2005).

Já que o capital não floresce sob quaisquer condições e é papel do Estado preparar social e fisicamente o território, em um contexto de assimetria de forças político-econômico-militar resta ao Estado periférico consentir sobre as determinações externas para receber o capital superacumulado. Neste contexto, a soberania dos Estados periféricos, emaranhados na teia dos fluxos financeiros internacionais, torna-se permeável às ingerências imperialistas dos países/capitais centrais.

Evidentemente, como já colocado, a expansões geográficas das relações capitalistas exige antes soluções de ordem política. Apesar de o Estado ser sempre detentor do monopólio de jurisdição e do uso legítimo da força em seu território, isso não o torna imune às ingerências externas, não garante que o Estado não seja coagido a legislar em favor dos interesses dos capitais internacionais. Nessa discussão, é preciso ver as soberanias estatais de forma relativa, é preciso vê-las a partir do prisma da assimetria de poder no sistema mundial.

Harvey (2006, p.88) cita Gramsci – “as relações internacionais se entrelaçam com relações internas dos Estados Nações, criando combinações únicas e historicamente concretas” – para concluir:

Nesse contexto é que o papel do Estado em relação ao imperialismo se torna muito importante. Em resposta ao poder organizado dos trabalhadores dentro de suas fronteiras, um determinado Estado-Nação, talvez procure exportar os piores elementos da exploração capitalista mediante a dominação imperialista de outros países. A dominação imperialista também possui outras funções: facilitação da exportação de capital, preservação de mercados, manutenção do acesso a um exército de reserva para a indústria etc.

Obviamente, os EUA estão menos vulneráveis às ingerências externas do que o Brasil ou Bangladesh ou El Salvador. Prova inequívoca disso é o nível de endividamento⁵ sem

⁵ “Com efeito, o conjunto da dívida da latino-americana, que monta (em 2008) menos de US\$ 350 bilhões (acumulados coletivamente pelos países em questão, através de um período de várias décadas), declina em total insignificância se confrontado com o endividamento dos Estados Unidos – tanto interno quanto externo –, que deve ser contado em trilhões de dólares, isto, é em magnitudes, que simplesmente desafiam a imaginação.” (MÉSZAROS, 2009, p.37)

precedentes que aquele país assume e não sofre qualquer tipo de intervenção dos organismos supranacionais para que proceda a um ajuste de suas contas, como aconteceu a diversos países periféricos e provavelmente acontecerá aos PIIGS⁶. Isso é reflexo evidente não só da capacidade política e militar do Estado estadunidense, mas também do peso que sua economia (e o papel do endividamento na sua dinâmica) tem sobre a economia mundial.

A história capitalista é testemunha da frequência com que os poderes políticos dos países nucleares atuaram como representantes diretos do poder econômico dos seus capitalistas para, fazendo valer a assimetria de poder no sistema mundial, impelir os Estados em posição inferior na hierarquia mundial a adotarem ajustes adequados em seus espaços territoriais para atender aos interesses dos capitais. Eis o cerne das práticas imperialistas sob o capitalismo.

O imperialismo se apresentou historicamente, pois, como solução das crises “endógenas e endêmicas” do capitalismo, quando o poder econômico do capital e o poder político do Estado se fundem para apresentar solução de continuidade ao processo de acumulação do capital impondo práticas a Estados teoricamente soberanos.

Harvey (2005, p.32) diferencia o imperialismo do tipo capitalista de outros tipos justamente pela predominância da lógica econômica ante a territorial-política. Ou seja, um imperialismo é capitalista quando a lógica política territorial funciona para dar solução de continuidade à lógica econômica em crise, quando a lógica territorial do poder, representada pelo Estado enquanto poder político territorializado, cumpre o papel de encontrar, ou melhor, criar solução externa para as crises de superacumulação do capital recorrendo ao uso das estratégias políticas, diplomáticas e militares para determinar o fluxo de poder econômico através das fronteiras em favor dos seus próprios capitalistas.

⁶ Sigla em inglês para Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha.

3.2.2 O papel do imperialismo na solução das crises de acumulação

Como os capitalistas estão sempre em busca de vantagens monopolistas que lhes rendam lucros extraordinários, a expansão geográfica se dá em direção aos locais que lhes ofereçam as melhores. Como já sugerido, isso depende fundamentalmente da capacidade de mobilizar capital líquido, da capacidade dos sistemas financeiros.

Importa ressaltar que à medida que se promove a “aniquilação do espaço pelo tempo”, à medida que os meios de transporte e comunicação “comprimem” as distâncias geográficas, ou seja, que reduzem a importância das distâncias físicas no tempo de circulação do capital e se redefinem as escalas espaciais da acumulação, mais as vantagens monopolistas fixadas no território (sistemas de inovação, sistemas de comunicação, transporte e educação eficientes, segurança jurídica e física da propriedade privada, etc.) ganham importância na decisão de para onde vão fluir os capitais excedentes.

Por isso, as vantagens construídas no território chinês no decorrer de suas reformas, a despeito de sua distância em relação aos principais mercados consumidores da Europa e dos EUA, fazem com que os investimentos externos diretos fluam em volume tão significativo para aquele país. Nesse contexto, por exemplo, as maquiladoras mexicanas migraram tão rapidamente para a China, apesar de este país estar tão mais longe do seu principal mercado consumidor, os EUA e, por isso, com o desenvolvimento de vantagens de ponta, progressivamente empresas multinacionais instalam centros de pesquisa para o território chinês.

Nesse contexto, em épocas de crise de superacumulação, tentando atrair o capital redundante que busca oportunidades por vezes voláteis, resta aos Estados periféricos lutar entre si praticando ajustes espaciais por meio de reformas estruturais para oferecer em seu território as vantagens monopolistas mais atraentes ao capital circulante, com frequência, baseadas na oferta de mão-de-obra, de recursos naturais mais baratos e privilégios fiscais. Eis que são determinados os rumos das estratégias de desenvolvimento dos países periféricos: concorrer entre si para ver qual oferece as melhores condições de custo ao capital.

Em verdade, a retenção em seus domínios das vantagens monopolistas responsáveis pela maior parte do excedente gerado nas cadeias de mercadorias em cada fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas é o que torna um país, enquanto o predomínio de atividades que pouco agregam valor faz de um país periférico (ARRIGHI, 1997). Cumpre às práticas imperialistas justamente estabelecer, à força ou por meio de acordos políticos, as condições para que as rendas monopolistas provenientes dessas vantagens se concentrem em seus territórios centrais.

Os processos moleculares de acumulação do capital que orbitam em torno dessas vantagens sediadas nos territórios centrais produzem uma configuração relativamente estável e, ao menos por algum tempo, produzem uma “coerência estruturada” que inibe a migração do capital (HARVEY, 2006, p.146). Importa ressaltar que essa coerência “vai além das puras trocas econômicas, por mais fundamentais que elas sejam, pois tipicamente abrange atitudes, valores culturais, crenças e mesmo afiliações políticas entre os capitalistas e aqueles que são por eles empregados” (ibidem). A resistência social à migração do capital e, pois, mudança do modo de vida estabelecido, logicamente, também acrescenta força de inércia ao movimento do capital fixado em estruturas produtivas nos territórios centrais.

Quando fortes e densamente concentradas em determinado território, essas vantagens centrais imprimem certa força inercial ao dinamismo geográfico do capital, elas convergem para inibir a migração do capital. Diferentemente dos países periféricos para onde os capitais migram para explorar as vantagens de custo, por vezes temporárias, nos territórios centrais o capital encontra maior resistência à migração, inclusive por ter acesso a vantagens monopolistas típicas dos países centrais. Devem ser incluídas nesse bojo, com grande importância relativa, a capacidade do Estado de representar os interesses do capital e a capacidade de mediação e mobilização do capital financeiro.

Dado esse imobilismo geográfico do capital nos países centrais, quando estão desgastadas as vantagens competitivas de seus produtores e seu saldo comercial deteriora, os governos destes países recorrem à centralização da liquidez mundial. Para Arrighi (2008),

neste sentido, o recurso à centralização do capital financeiro é “sinal de outono” da hegemonia.

Garantir a oferta de liquidez inesgotável permite que o capital possa, sem resistência, explorar as melhores condições, por vezes voláteis e especulativas, oferecidas em cada momento e em qualquer lugar inclusive por meio de ordenação espaço-temporal que fundam novos espaços privilegiados para a circulação do capital. Aliás, como dito, a existência de um sistema financeiro que permita ações imperialistas é outra vantagem em grande medida concentrada nos territórios centrais que permite que o país líder prolongue sua liderança (ARRIGHI, 2008).

Está formada mais uma contradição capitalista: de um lado, a constante busca por vantagens monopolistas gera um estado de permanente movimento, do outro, as vantagens monopolistas e forças sócio-culturais inibem a migração. A financeirização da economia vem para responder a essa contradição ao permitir que os capitalistas dos países centrais possam explorar as vantagens oferecidas em territórios periféricos.

Como relata Arrighi (1997), o movimento do capital que ultrapassa as fronteiras geográficas dos países não constituiu na história uma redistribuição do poder político e econômico, exceto em transições entre hegemonias quando as vantagens da potência hegemônica e sua capacidade de conduzir o sistema ao seu modo já se encontravam desgastadas deveras (ARRIGHI, 1997).

Mesmo quando a liderança baseada na hegemonia já foi convertida em coerção em decorrência do desgaste do reconhecimento acerca dos benefícios coletivos advindos dela, na prática, a exportação de capital excedente transfere apenas atividades que decaíram na escala de agregação de valor da cadeia de mercadorias. Manter em seu território as atividades que mais agregam valor na, cada vez mais, intrincada cadeia de mercadorias, ou garantir o retorno das rendas, a despeito da tendência de movimento do capital, é papel do Estado imperialista, sob pena de perda relativa de seu poder político. Daí a fusão dos interesses político e econômicos dos países líderes que caracterizam as práticas imperialistas no sistema mundial.

Como o capital fixado em determinado território só tem seu valor transferido se utilizado na circulação do capital (na produção ou circulação propriamente dita) em uma cada vez mais complexa e dispersa cadeia produtiva, é necessário “que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos” (HARVEY, 2005, p.87). Assim, para que o capital fixado nos territórios centrais se realize plenamente, é preciso que esteja estabelecida uma adequada divisão internacional do trabalho que corresponda a certo padrão assimétrico de trocas: nos países centrais as atividades de alto valor agregado e nos periférico as atividades que pouco participam na geração de excedente da cadeia de mercadorias. Daí que certo tipo de relação centro-periferia surge da tensão entre concentração e expansão geográfica.

À época da revolução industrial inglesa, as atividades centrais eram relativas à produção industrial propriamente dita. Daí se ter estabelecido uma divisão internacional do trabalho em que os países periféricos participavam como fornecedores de matérias primas e os países centrais, sobretudo a Inglaterra, como produtores de manufaturados.

São, pois, logicamente, “dos centros que concentram as vantagens monopolistas” que mais produzem rendas monopolistas em cada momento do capitalismo que “emanam tipicamente as práticas imperialistas e clamores por uma presença imperial do Estado. Lênin e Hilferding estavam portanto certos em enfatizar a importante ligação interior entre monopolização e imperialismo” (HARVEY, 2005, p.85).

Uma vez que se reconheça a relação de reciprocidade entre o poder econômico e poder político, percebe-se o interesse tanto do capital quanto do Estado nesta fusão entre “as lógicas da política do Estado e dos processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” típicas do imperialismo capitalista. O corolário disso é que:

(Q)uase certamente surgem conflitos geopolíticos a partir dos processos moleculares de acumulação do capital, seja qual for a idéia que deles faziam os poderes do Estado, que esses movimentos moleculares (particularmente do capital financeiro) podem facilmente solapar os poderes do Estado e que o Estado político, no capitalismo avançado, tem de despender muito esforço e reflexão sobre como administrar os fluxos moleculares em seu próprio benefício tanto interna como externamente. E, na frente externa, o Estado tipicamente dá maior atenção às assimetrias que sempre advêm das trocas espaciais e tenta manipular as cartas do controle monopolista com a maior força possível. Em suma, ele se envolve necessariamente em lutas geopolíticas e recorre, quando pode, a práticas imperialistas. (HARVEY, 2005, p.93)

A questão que se coloca é, pois: como os Estados centrais conseguem orquestrar as “assimetrias que sempre advêm das trocas espaciais e manipulam as cartas do controle monopolista” para dar vazão externa às necessidades dos capitais excedentes gerados em suas economias regionais quando não encontram um emprego lucrativo em nenhuma parte do seu território? Este é, com efeito, o cerne do problema que gera pressões em favor de práticas imperialistas no sistema interestatal e que se acentuam sobremaneira em épocas de crise de superacumulação. Cabe um estudo específico sobre o tema, mas para este trabalho é suficiente entender seus resultados.

Hoje, como já dito, cada vez mais essas atividades centrais são as “neurais”, são as atividades relacionadas à pesquisa, administração, marketing, desenvolvimento de materiais, bioengenharia, desenvolvimento de tecnologias, tecnologias da informação, etc.. Enquanto, por exemplo, as montadoras automotivas se instalam nos países periféricos para explorar as vantagens monopolistas de custo (especialmente os baixos salários), as etapas de engenharia (projeto, design) e administração central permanecem concentradas nos países centrais para explorar as vantagens monopolistas específicas (mão-de-obra bem preparada, sistemas de inovação desenvolvido, redes de pesquisa).

Não sem motivo, a questão dos direitos de propriedade intelectual assume o centro das discussões na atual fase de desenvolvimento do capitalismo. É uma forma de orquestrar acordos em nível internacional que garantam que os privilégios vinculados às tecnologias patenteadas e leis de licenciamento sejam retidos nos territórios que foram capazes de desenvolver as vantagens específicas, o que é função, obviamente, da história anterior de retenção das rendas vinculadas às atividades centrais de outrora. Assim, as economias centrais deixam de ser economias produtoras para serem economias rentistas que absorvem “mais trabalho” dos países produtores (MÉSZÁROS, 2009).

Essas práticas explicam a pouca mobilidade entre os países na hierarquia de poder econômico: quem tem mais poder agora consegue determinar os rumos do desenvolvimento internacional, a divisão internacional do trabalho sob determinado padrão geográfico de trocas e orquestrar acordos internacionais que garantirão a manutenção do poder no futuro (ARRIGHI, 1996). Eis como, em linhas gerais, as

práticas imperialistas determinam a estratificação do poder econômico no sistema capitalista através da manutenção de um padrão de trocas assimétricas mesmo quando se procedem às ordenações espaciais (HARVEY, 2005).

O fato é que em momentos em que a acumulação adicional encontra-se obstaculizada pelo excesso de capital e que se faz imperativo a expansão geográfica para inclusão de novos espaços no circuito de acumulação do capital, os países periféricos assumem o protagonismo, ou melhor, papel central, contudo subordinado, na solução das crises.

A motivação interna inicial e autonomia do ajuste espacial chinês, em lugar das pressões externas imperialistas, é que confere distinção ao processo chinês em relação aos outros países periféricos e que permite ao país ascender à posição de potencial concorrente dos países centrais. Justamente por causa de sua origem anti-sistêmica, por não ter dívidas significativas com o capital financeiro internacional no início de suas reformas liberalizantes em 1979, a China não esteve na rota das práticas imperialistas dos países centrais na busca de soluções para a crise de superacumulação do seu capital e, pois, passou impune à crise da dívida do terceiro mundo (POMAR, 2003, p.117).

Em verdade, com o desenvolvimento de suas reformas e consolidação de vantagens monopolistas em seu território, o Estado chinês pôde mobilizar em benefício próprio esse capital internacional que circula em busca de alternativas lucrativas e hoje internaliza atividades centrais passando a desafiar a estratificação da hierarquia de poder do sistema.

Enfim, as práticas imperialistas representam, quando não lutas militares abertas, a capacidade dos Estados centrais em manipular as forças moleculares de acumulação do capital pelo mundo para preservar em seus territórios as atividades que mais retêm o excedente gerado na cadeia de mercadorias, ou garantir a repatriação das rendas por elas geradas. Em outras palavras, as práticas imperialistas, de forma semelhante ao que foi dito anteriormente, consistem em empurrar arranjos e condições específicas de cada fase do desenvolvimento capitalista de forma a manter o fluxo de renda para seus territórios (HARVEY, 2005, p.111). Exemplo claro disso, como também já dito, é o atual processo de consolidação da legislação internacional sobre a propriedade intelectual que garante que, a despeito da produção se realizar fora das fronteiras dos países centrais, as rendas

de royalties, patentes e licenças retornem aos territórios de onde foram estabelecidas, obviamente, nos territórios centrais.

Como bem sabem os brasileiros, mexicanos, sul-africanos, indonésios e todas as outras populações de países periféricos, esses arranjos e condições específicas impostas de fora para dentro implicam invariavelmente em corrosão de direitos, precarização de relações trabalhistas para abertura de espaços para o mercado através da privatização do patrimônio público, mercadorização de serviços, de terras coletivas, etc. (ARRIGHI, 1996; WALLERSTEIN, 2001; ANTUNES, 2005).

Harvey (2005, p.113-4) descreve tal “imperialismo de rapina”:

A crer na retórica oficial, o complexo de arranjos instituições que servem de mediação aos fluxos do capital ao redor do mundo deveria estar voltado para sustentar e promover a reprodução expandida (o crescimento econômico), evitar toda tendência de crise e tratar seriamente do problema da redução da pobreza. Mas, se esse projeto fracassar, sempre é possível buscar-se acumulação por outros meios. Tal como a guerra com relação à diplomacia, a intervenção do capital financeiro com o apoio do poder do Estado equivale com frequência à acumulação por outros meios. Uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um “imperialismo de rapina” que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso.

Como isso de fato ocorre depende essencialmente da natureza e força do poder político e da forma dominante das alianças de classe no país receptor, mas também, e principalmente, nos países nucleares que são os produtores e depois controladores dos desembolsos de capitais excedentes.

É politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) do que enfrentar no plano doméstico o avassalador poder da classe capitalista. O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da superacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político (HARVEY, 2005, p.113).

Quando as engrenagens da acumulação estão, por quaisquer motivos e em qualquer momento da circulação, impedidas de rodar, resta como alternativa para manter a espiral ascendente a pilhagem, a expropriação direta, o que equivale ao que Harvey denomina “acumulação por espoliação” que é determinada justamente pela capacidade dos Estados

centrais de imporem aos periféricos arranjos tais que abram possibilidades de investimento lucrativo para o seu capital expropriando suas populações.

Nessas condições, citando Hannah Arendt, Harvey (2005, p.148) coloca: “com freqüência a burguesia tem que reconhecer que o pecado original do simples roubo, que possibilitara a acumulação original do capital, tem eventualmente que se repetir para que o motor da acumulação não morra de repente”.

Em fins do século XX, quando as alternativas de investimento lucrativo eram escassas, ganharam proeminência as repostas “espoliadoras” neoliberais. No mesmo período, de outro ponto, mas integrado à solução por ordenação espaço-temporal, o Estado chinês assumiu para si o compromisso de estabelecer as condições para o desenvolvimento de relações e estruturas capitalistas em seu território. Neste contexto, era conveniente para o capital aceitar algumas condições especiais em território chinês para que esse “algo externo” gigantesco fosse introduzido no seu circuito de acumulação.

Travestido com o manto sagrado de uma suposta neutralidade científica, indistintamente, para todos os países, o neoliberalismo sugeria não haver alternativa de desenvolvimento que não os seus próprios ditames, em especial o fortalecimento e abrangência total das leis de mercado em lugar dos bens públicos/coletivos e intervenções estatais.

Na crise hodierna, o imperialismo neoliberal apresentou-se como única possibilidade de superação das contradições gestadas durante os anos de excessivo investimento sob a égide da proteção e difusão do padrão estadunidense de acumulação. Ganhou força como estratégia de classe para reafirmar seu poder desgastado pela ordenação social patrocinada pelos próprios Estados Unidos em sua luta de afirmação como potência hegemônica. Contudo, “a principal realização substantiva da neoliberalização foi no entanto redistribuir, em vez de criar riqueza e renda” sob rubrica de acumulação por espoliação (HARVEY, 2008, p.171).

O fundamental é ver que a lógica territorial (política) e a lógica capitalista do poder se entrelaçam de formas complexas e se manifestam sob múltiplas formas, todas imperialistas. Harvey (2005, p.70) adverte para o problema de a teoria marxista do

imperialismo ter se tornado uma teoria “em si mesma”, divorciada da acumulação de capital de Marx.

Em conseqüência, o argumento sobre o que é o imperialismo se degenerou num argumento sobre quais dos diversos princípios rivais devem ser utilizados para defini-lo. O desenvolvimento de mercados estrangeiros? A obtenção de matérias-primas baratas? A busca de uma força de trabalho mais facilmente explorável e mais submissa? A acumulação primitiva à custa de sociedades não-capitalistas? A fraude por meio da troca? A necessidade de exportar capitais para estabelecer novos centros de acumulação associados à indústria? A concentração da mais-valia numa base localizada? A manifestação do poder monopolista, expressão por meio da organização política de um sistema de Estados-Nações? O capital financeiro operando mediante as empresas multinacionais e a cooptação governamental? Simplesmente a divisão internacional do trabalho? A combinação específica de algumas das manifestações acima mencionadas? De acordo com a teoria geral de Marx, todas as manifestações acima mencionadas são possíveis e nenhuma delas deve ser excluída.

Sendo assim, mantendo o elo entre o imperialismo e a teoria da acumulação, devem-se buscar quais as manifestações dominantes em uma realidade histórica específica.

O próximo capítulo, sempre com base na teoria até aqui discutida, busca justamente examinar os determinantes da atual crise e as repostas adotadas pelos Estados centrais; busca examinar as contradições que fizeram surgir a crise de superacumulação e como os Estados centrais tentaram impedir que “o motor da acumulação morresse” com recurso às práticas imperialistas. Em suma, busca estabelecer como as manifestações dominantes da realidade histórica da acumulação capitalista se apresentaram do *boom* à crise e desta às reações imperialistas sob a égide do neoliberalismo, além de tratar, sempre em paralelo, o ajuste espacial chinês.

4 A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA REVISITADA: DO BOOM À CRISE ESTRUTURAL

As duas Guerras Mundiais cumpriram papel muito importante para a renovação das condições para a acumulação de capital: de um lado, literalmente destruíram o capital excedente e, de outro, deixaram à disposição uma grande quantidade de mão-de-obra mobilizável a baixo custo tanto na Europa ocidental quanto no Japão. Distante um oceano das batalhas campais, os EUA não tiveram seu capital fixo destruído e saíram da Segunda Guerra Mundial em posição de força política e econômica para iniciar um novo “ciclo hegemônico” em substituição ao ciclo britânico, inclusive eram grandes credores da potência hegemônica em declínio (ARRIGHI, 2008).

Em verdade, o rápido desenvolvimento capitalista anterior já havia feito dos EUA portadores de mais capital do que havia alternativas de investimento lucrativo em seu próprio território. Daí terem que proceder a ajustes espaciais.

Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se fracassam os métodos ‘normais’ de expansão”. Ademais, a destruição periódica – por quaisquer meios, incluindo os mais violentos - do capital excedente é uma necessidade inerente ao funcionamento “normal” desse sistema: a condição vital para sua recuperação das crises e depressões. (MÉSZAROS, 2009, p.65)

Se àquela época os EUA já eram líderes mundiais, ainda não eram hegemônicos. O longo crescimento do período do pós-guerra aconteceu, então, sob o manto da política de afirmação da hegemonia dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008), sob o manto da necessidade de se proceder a ajustes espaciais que dessem vazão ao capital que se superacumulava naquele território (HARVEY, 2005) e sob o manto da primazia das empresas verticalmente integradas dos EUA combinadas com a existência de vantagens de custo nos territórios combatidos pelas Guerras (BRENNER, 2003).

Nesse quadro, apesar de atribuírem pesos diferentes às motivações principais, se predominantemente políticas ou econômicas, entendedores de suas relações recíprocas, Arrighi, Brenner e Harvey concordam que os investimentos externos estadunidenses

foram responsáveis por dar início à rápida acumulação que caracterizou o que Hobsbawm (1995, p.223) denominou a “Era de ouro do capitalismo”.

Apesar de Harvey focar a necessidade de exportação de capital para evitar sua desvalorização como determinante da ordenação europeia e japonesa, deve-se ter claro, ele coloca essa necessidade também como um imperativo para a manutenção do poder político. Nesse sentido, ele coloca que evitar a desvalorização do seu capital era imperativo também para que Estado estadunidense mantivesse e pudesse expandir seu poder político. Citando Arendt, Harvey (2005, p.36-7) coloca:

“(U)ma acumulação interminável de propriedade tem de basear-se numa acumulação interminável de poder(...) o processo ilimitado de acumulação do capital requer a estrutura política de um poder ilimitado em tal grau que seja capaz de proteger o aumento da propriedade pelo aumento constante de seu poder”.

Os três autores supracitados concordam também que essa rápida acumulação se desenvolveu em contradições que ergueram novas barreiras à acumulação expandida para dar vez à crise estrutural hodierna que é caracterizada pela existência mais capital do que possibilidades de investimento lucrativo e, por conseguinte, pela queda das taxas de lucratividade e acumulação.

Este capítulo trata de estabelecer, a partir os pontos de vista de Arrighi, Brenner e Harvey, os determinantes do rápido crescimento pós-guerra e como eles se moveram para dar origem à crise estrutural de acumulação. Importa salientar que esses autores analisam esse movimento a partir de uma perspectiva materialista histórica: Harvey, a partir da sua teoria das “ordenações espaciais”, Brenner da sua teoria dos “desenvolvimentos desiguais” e Arrighi que inclui esse a lógica da acumulação em sua teoria dos “ciclos sistêmicos”.

4.1 OS DETERMINANTES DO LONGO CRESCIMENTO: AFIRMAÇÃO HEGEMÔNICA, EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Segundo Harvey (2005, p.55-6), “o problema da superacumulação do capital, embora sempre ameaçador, foi contido até o final dos anos 1960 por uma combinação de ajustes

internos e de ordenações espaço-temporais tanto dentro como fora dos Estados Unidos”. Mas, “à medida que a capacidade de absorção de capitais excedente dos EUA começou a estagnar, no final da década de 1960, a superacumulação surgiu como problema e a competição econômica se acirrou”.

Como previsto pela teoria da ordenação espaço-temporal anteriormente discutida, os próprios ajustes espaciais apresentam alternativa de investimento para o capital excedente já na construção da infra-estrutura adequada. Decorrido o período de maturação desses investimentos, esse capital deve necessariamente, sob pena de desvalorização, transferir seu valor para a produção, o que significa voltar à circulação acrescentando capacidade e/ou eficiência ao sistema. Assim, primeiro, a ordenação traz alternativa de solução para a crise para, depois, quando os países ordenados, se movendo sobre a lógica contraditória da acumulação, se tornarem também recipientes de capital superacumulado, aumentar a abrangência e potência da crise.

A depender da capacidade e interesse do Estado do qual o capital migra de conduzir o sistema, as ordenações podem ter dois sentidos: ou criam competidor eficiente para o capital original ao replicar a estrutura produtiva do país de origem ou simplesmente estabelecem uma relação de complementaridade subordinada à estrutura produtiva daquele.

Segundo Arrighi (2008, p.161), o “interesse” do país que procedia aos ajustes no pós-guerra, os EUA, tem que ser interpretado sob o prisma do seu “princípio organizador”: a contenção do comunismo e difusão do “mundo livre” sob a sua liderança hegemônica. Sendo assim, porque o interesse estadunidense em se afirmar como potência hegemônica exigia antes a afirmação da superioridade do capitalismo ante o comunismo, os ajustes espaciais promovidos tenderam a criar novos eixos de acumulação eficientes. De certa forma, portanto, o sucesso da estratégia estadunidense estava relacionado com o sucesso econômico e social de seus seguidores, daí os EUA terem permitido, e mesmo auxiliado, a formação de estruturas de acumulação semelhantes à sua.

Os EUA tinham que agir de modo a tornar plausível para outros a alegação de que agiam em favor do interesse geral mesmo quando, em verdade, agiam em interesse próprio. Essa

é a essência do exercício da liderança por meio do consentimento, do conceito de hegemonia⁷. A Guerra Fria, “a ameaça comunista”, criou essa oportunidade.

Nesse contexto de afirmação de sua hegemonia, que passava pela afirmação do próprio capitalismo ante a “ameaça comunista”, o governo estadunidense, ostentando o estandarte de promotor do “mundo livre”, conduziu o mundo (e os ajustes espaciais alhures) de forma estabelecer relações internacionais cooperativas. Eis que permitiram a emergência de centros de acumulação eficientes e concorrentes, eis o porquê de Arrighi afirmar que a emergência de competidores, e, por conseguinte, da crise sistêmica de superacumulação, deve ser tratado como custo previsto da política de afirmação da hegemonia dos EUA.

Nessa conjuntura específica, os proprietários privados de todo o mundo puderam unir-se, apoiar-se mutuamente e se abrigar por trás desse poder ao se verem diante da perspectiva do socialismo internacional. Nesse período, foram produzidos benefícios suficientes para os capitalistas em número suficientes de países, inclusive em alguns periféricos, para tornar dignas de crédito as alegações dos EUA de que o país agia em favor do interesse universal (leia-se “dos proprietários”) e para manter grupos subalternos (e Estados clientes) “agradecidamente na linha”.

Procedendo dessa maneira, com apoio dos liderados, os EUA conseguiriam estabelecer sua posição hegemônica e tornaram-se o exemplo a ser seguido econômica, política e culturalmente por todos aqueles que viam na tal “liberdade capitalista” o objetivo a ser alcançado. Contudo, assim como sucesso da acumulação traz a crise de acumulação, o

⁷ Arrighi (2008, p.159), explicitamente inspirado por Gramsci, define hegemonia: “É o poder adicional que advém a um grupo dominante em virtude de sua capacidade (do líder) de guiar a sociedade numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante como também é percebida pelos grupos subordinados como a serviço de interesses mais gerais (...) Se os grupos subordinados têm confiança em seus governantes, os sistemas de dominação podem ser governados sem recurso à força. Mas se a confiança minguar, isso não é mais possível. Do mesmo modo, pode-se dizer que a noção de hegemonia de Gramsci consiste na “inflação de poder”, que decorre da capacidade dos grupos dominantes de apresentar seu domínio como se servisse não só aos seus interesses, como também aos dos grupos subordinados. Quando essa credibilidade falta ou minguar, a hegemonia se esvazia na pura dominação, transmuta-se em “domínio sem hegemonia””.

sucesso da política de afirmação hegemônica paulatinamente também gesta as contradições que desgastam as vantagens que tornam um país hegemônico.

Como a política de afirmação da hegemonia pressupõe uma inflação do poder coletivo, à medida que os seguidores que emulam o padrão da potência líder têm seus poderes “inflados”, o sistema se adensa fazendo com que as condições que possibilitaram a liderança hegemônica se tornem menos destacadas e, pois, que o arcabouço social que continha as condições que impunham a divisão hegemônico-hegemonizados fique saturado.

Nessa condição, como não há mais meios de conduzir o sistema de forma a que seja percebida uma inflação de poder coletivo, em lugar da cooperação se instaura a competição, em lugar do apoio mútuo, entra a “ditadura das pequenas decisões”. Enfim, se instaura a crise de hegemonia e de superacumulação.

Como colocam Arrighi e Silver (2001, p. 38)

Em nosso modelo, as expansões sistêmicas estão inseridas em uma dada estrutura hegemônica que tendem a minar. São efeitos da interação dos dois tipos diferentes de liderança que definem em conjunto as situações hegemônicas. A reorganização sistêmica promove a expansão, ao dotar o sistema de uma divisão do trabalho e uma especialização de funções mais amplas ou mais profundas. A imitação fornece aos Estados separados o impulso motivador necessário para mobilizar energias e recursos na expansão.

Sempre há uma tensão entre essas duas tendências, porque uma divisão do trabalho e especialização das funções mais amplas e mais profundas envolvem a cooperação entre as unidades do sistema, ao passo que a imitação baseia-se em sua competição mútua e a fomenta. A princípio, a imitação funciona em um contexto predominantemente cooperativo e, portanto, age como um motor da expansão. Mas a expansão aumenta o que Emile Durkheim chamou de “volume” e “densidade dinâmica” do sistema, isto é o número, variedade e velocidade das transações que ligam as unidades entre si. Com o tempo, esse aumento do volume e da densidade dinâmica do sistema tende a intensificar a competição entre suas unidades para além da capacidade reguladora das instituições existentes. Quando isso acontece, a tirania das pequenas decisões leva a melhor, o poder do Estado hegemônico sofre uma deflação e se instaura uma crise de hegemonia.

A rápida acumulação do período pós-guerra se deu enquanto estiveram postas as condições para a inflação do poder coletivo, especialmente percebida pelos capitalistas. Quando o sistema se “adensou” e, pois, a cooperação cedeu lugar às “ditaduras das

pequenas decisões”, a concorrência excessiva se estabeleceu dando forma à longa estagnação.

Neste sentido, Arrighi trata a crise de superacumulação (que estabelece a relativa estagnação econômica) como subconjunto, importante, de um conjunto maior: o ciclo sistêmico da hegemonia estadunidense. Sendo assim, para Arrighi, a crise de superacumulação seria decorrência da falta de capacidade do Estado líder de conduzir o sistema de maneira a estabelecer acordos percebidos como benéficos pelo grupo de liderados.

Complementarmente, em termos de perda da “capacidade de governabilidade mundial”, inclusive econômica, o sucesso estadunidense na batalha de contenção do comunismo, ao subtrair o seu “princípio organizador”, minou a capacidade dos EUA de ser percebido como patrono e polícia do “mundo livre”. Além disso, como reflexo evidente da perda de capacidade de liderança mundial, as sucessivas guerras travadas pelos EUA no bojo de suas tentativas de decretar um “inimigo externo comum”, ao invés de recentralizar as estratégias políticas ao seu redor, passam a ser percebidas como estratégias de “fabricar a ameaça para vender a proteção”, o que reforça o desgaste de sua imagem como portador dos interesses coletivos.

Quando a hegemonia minguar, contudo, não significa que o país líder tenha perdido sua capacidade de conduzir o sistema, mas apenas que sua liderança agora deve ser baseada não mais no consentimento, mas na coerção. Sem inflação dos poderes coletivos, sem cooperação, o interesse dos agentes passa a ser aumentar suas fatias de um bolo que não cresce. Em outras palavras, os aspectos distributivos do poder se tornam prevaletentes em lugar dos aspectos coletivos, fica estabelecido um jogo de soma zero.

Falando especificamente da atual crise de superacumulação, Arrighi (2008, p.159) coloca:

O desenvolvimento desigual de Brenner, sem dúvida alguma, é um dos elementos do segredo, mas não é absolutamente a chave que abre o mecanismo da acumulação do capital em escala mundial na segunda metade do século XX – do *boom* para a crise, a estagnação relativa e a *belle époque*. O segredo que destrava esses mecanismos é o estabelecimento e a crise de hegemonia mundial norte-americana, dentro da qual se

embutiam o desenvolvimento desigual, a concorrência entre os capitalistas e a ação do Estado.

A teoria do desenvolvimento desigual defendida por Brenner é o processo pelo qual os países retardatários do desenvolvimento capitalista tentam e acabam conseguindo, por meio da emulação, alcançar o padrão produtivo do país líder. Nesse processo, até que alcancem esse padrão, enquanto suas estruturas não estão tão “modernas” quanto às do país líder e os investimentos são feitos nesse sentido, tem vez uma rápida acumulação.

Quando alcançam, e em alguns casos ultrapassam, o nível de competitividade do país líder, fica estabelecida a “competição econômica excessiva” que pressiona para baixo as taxas de lucro do sistema. No caso específico em tela neste trabalho, enquanto, especialmente, o Japão e a Alemanha investiam emulando a estrutura produtiva do EUA teve vez o longo *boom* do pós-guerra, porém, quando alcançaram a eficiência produtiva estadunidense, teve vez a queda das taxas de lucro.

Esta interpretação, em linhas gerais, não difere fundamentalmente da idéia de uma possível emergência de potenciais competidores contida na teoria de ordenação espaço-temporal de Harvey (2005). Inclusive, ambos, Brenner e Harvey, tratam esse processo como determinante da atual crise estrutural, enquanto Arrighi trata-o como variável (importante) da política de afirmação de hegemonia, ou seja, trata a crise de superacumulação hodierna como parte integrante da crise de hegemonia estadunidense que se desenvolve desde, segundo ele, a Guerra do Vietnam.

Há elementos que indicam estar havendo, hoje, um processo de inflação dos poderes coletivos sob uma outra perspectiva e de outra dimensão. Hoje, a China estabelece relações comerciais e políticas com alguns países, sobretudo do leste asiático (MEDEIROS, 2001) e, mais recentemente, com a Rússia (MEDEIROS, 2008) que aparentemente trazem esses benefícios mútuos em lugar de uma competição por fatias de um bolo que não cresce.

Essas relações, inclusive, já criam uma nova divisão social do trabalho na região, especialmente no leste-asiático, em que as relações de complementaridade são evidentes.

Parece estar havendo uma tendência de algum tipo de integração vertical entre as economias do leste asiático com a China no centro do sistema (CESARIN, 2008).

Países da região assumem abertamente a proposta de reformar suas economias (e ajustar seus espaços territoriais) de maneira a “aproveitar as oportunidades oferecidas pelo crescimento chinês”, ou seja, montam estruturas complementares e acordos cooperativos com o Estado chinês. Este processo soma força à tendência de migração do centro mais dinâmico do capitalismo para o leste asiático.

Como sugerido brevemente em outra parte deste trabalho, segundo Medeiros (2008, p.11), algumas economias da região se beneficiam do crescimento econômico chinês devido à grande escala de seu mercado interno e pelo espaço que começou a ser aberto pela elevação recente dos salários chineses. A progressiva elevação dos salários na China tem representado uma oportunidade para países asiáticos menos desenvolvidos, como, por exemplo, o Vietnã, “ampliarem sua cota no mercado internacional de manufaturas intensivas em trabalho”. Com outras palavras, Carneiro (2007, p. 36) coloca que “o dinamismo (chinês) concentrado nos mercados externos vai se transferindo para os mercados criados pelos encadeamentos da estrutura produtiva doméstica”

A hegemonia mundial dos EUA sempre esteve alicerçada na crença das autoridades de que a ordem mundial era a única garantia contra o caos seguido da revolução comunista e que a segurança do mundo tinha que ser baseada no poder exercido por meio de sistemas internacionais. O governo daquele país, então, tentou espalhar suas políticas pelo mundo como forma de afirmação da superioridade capitalista ante o comunismo. Por isso, Burley (apud ARRIGHI, 2008, p.162) sugere que a batalha contra o comunismo foi “o princípio organizador da hegemonia dos Estados Unidos” e a causa do *boom* econômico do pós-guerra.

O governo (estadunidense) no New Deal assumiu responsabilidade ativa pelo bem-estar da nação, os planejadores da política externa norte americana assumiram a responsabilidade cada vez maior pelo problema do bem-estar do mundo... no léxico do New Deal, assumir responsabilidade significava intervenção governamental em grande escala.

A contenção do poder soviético era o princípio organizador da hegemonia dos Estados Unidos, e o controle norte-americano sobre a moeda mundial e seu poder militar

tornaram-se os meios principais dessa contenção... o modelo foi extremamente bem-sucedido ao iniciar uma das maiores expansões da história do capitalismo no sistema como um todo (...) O keynesianismo militar – ou seja, os enormes gastos com o rearmamento dos EUA e de seus aliados e a mobilização de uma ampla rede de bases militares quase permanentes – foi, sem dúvida nenhuma, o elemento mais dinâmico e visível dessa combinação. Mas a disseminação do keynesianismo social patrocinada pelos EUA – ou seja, a busca do governo pelo pleno emprego, pelo elevado consumo de massa no Norte ocidental e pelo “desenvolvimento” no Sul global – também foi um fator essencial.

Enfim, a contenção da crise de desvalorização nos EUA e, por conseguinte, o rápido crescimento do pós-guerra, para Harvey (2005) foram derivados de uma série de ordenações internas e externas; para Arrighi (2001) estiveram inseridas no funcionamento conjunto do keynesianismo militar e social em escala mundial determinados pela luta de afirmação da hegemonia estadunidense contida na difusão do “mundo livre” e para Brenner (2003) foram função direta do desenrolar do processo de desenvolvimento desigual.

De qualquer ponto de vista, seja subconjunto da política ou conjunto que contém as questões políticas, os ajustes espaciais que permitiram a reconstrução e atualização das economias, principalmente, alemã e japonesa, decorreram da internacionalização do capital excedente estadunidense que, sob pena de desvalorização, precisava encontrar novas alternativas de investimento e foram peça básica da rápida acumulação de capital do período em tela.

Estas explicações, a despeito das divergências sobre as motivações principais, apesar de todos os três autores concordarem sobre as relações de reforço recíproco entre poder político e econômico, convergem para explicar tanto a dinâmica do longo *boom* econômico do pós-guerra como também a combinação específica das contradições gestadas neste período que transformaram a longa expansão na estagnação⁸ que a seguiu.

8 As taxas de crescimento da economia mundial desaceleraram fortemente. Entre 1958-73 e 1973-82, a taxa de crescimento mundial, em média anual, caiu de 5,0% para 2,8% haja vista a queda na taxa de crescimento do PIB em quase todos os países e regiões a exemplo dos Estados Unidos (de 4,3% para 2,0%), da Alemanha (de 4,9% para 1,6%), da França (5,3% para 2,4%), do Japão (9,8% para 3,5%), da Oceania (4,9% para 2,2), da África (4,7% para 3,5) e da América Latina (5,4% para 3,7%) (GONÇALVES, 2002, p. 111).

Em termos históricos, o “desenvolvimento desigual” depois da Segunda Guerra Mundial estava embutido, do início ao fim, nas rivalidades da Guerra Fria e foi, portanto, inteiramente configurado pelos sucessos e fracassos das estratégias e as estruturas mobilizadas pelo Estado da guerra e do bem-estar social hegemônico norte-americano. A intensificação da concorrência entre os capitalistas e a crise de lucratividade a ela associada foram importantes como sinal de que o longo *boom* do pós-guerra chegara ao limite. Mas foram apenas um elemento da ampla crise sinalizadora de hegemonia que revelou, ao mesmo tempo, os limites e as contradições das políticas norte-americanas durante a Guerra Fria. (ARRIGHI, 2008, p.164)

4.2 A CRISE ESTRUTURAL DE SUPERACUMULAÇÃO HODIERNA

Para Arrighi (2008), a crise de acumulação é resultado do processo de desenvolvimento e afirmação da hegemonia estadunidense e, sendo assim, “deveria ser tratada como custo inevitável e previsto das políticas cujo objetivo primário não era (somente) econômico, mas social e político”. Outro “custo previsto, mas inevitável” do sucesso do capitalismo liberal defendido pelos EUA no bojo de sua política foi o fortalecimento da “disposição dos trabalhadores para obter um quinhão maior do produto social através da luta direta ou da mobilização eleitoral” (ARRIGHI, 2008, p. 226).

Dessa perspectiva, Arrighi identifica um “duplo arrocho” sobre o lucro determinado pelas políticas de Washington durante a Guerra Fria. Primeiro, em decorrência da disseminação do padrão de acumulação estadunidense, fez emergir um excesso de capacidade produtiva e, pois, uma “concorrência excessiva” entre os capitais internacionais, de outro lado, em decorrência da disseminação do Estado de bem-estar social, aumentou os custos relativos à compra da força de trabalho e fez forte a capacidade de resistência dos trabalhadores.

Observando esse “duplo arrocho”, Arrighi acrescenta (2008) a pressão vertical da relação capital-trabalho à pressão competitiva horizontal capital-capital defendida por Brenner como fator determinante da baixa das taxas de lucro.

A fusão dos objetivos políticos e econômicos estadunidenses contidos na ordenação espaço-temporal/afirmação da hegemonia concorreu para criar novos eixos eficientes de acumulação do capital. Tal como dito na parte anterior deste trabalho, as ordenações espaço-temporais podem ter dois sentidos, assim o foi na prática. De um lado, criou nos países periféricos estruturas complementares e subordinadas às estadunidenses e, de

outro, sobretudo na Europa ocidental e no Japão, criou estruturas similares e, pois, concorrentes à estadunidense.

Com suas capacidades produtivas e infra-estruturas reconstruídas com a ajuda do governo dos EUA, em um ambiente internacional predominantemente cooperativo, os países receptores que emulavam a estrutura produtiva estadunidense conseguiram atingir margens de lucro e de acumulação bastante significativas e, por conseguinte, logicamente, com o tempo, passaram a ser também recipientes de capital excedente precisando também promover ajustes espaciais para dar vazão a esse capital que não mais encontrava condições suficientes para se reproduzir em seus próprios territórios.

Há uma evidente relação em cadeia estabelecida pela relação lógica da acumulação capitalista: os países que outrora eram ordenados pelo capital excedente de outro território, com o sucesso de sua própria acumulação, dadas as contradições inerentes à reprodução expandida do capital, passam em determinado momento a ser também recipientes de capital em excesso. Daí precisarem de novos ajustes espaciais, o capitalismo daí ser, logicamente, intrinsecamente expansível.

No caso específico em estudo, primeiro a Alemanha e o Japão foram ordenados pelo capital redundante dos EUA, e, depois, se tornaram também portadores de mais capital do que as condições internas necessárias à circulação permitiam e passaram, junto com os capitais dos EUA, a proceder aos novos ajustes espaciais.

Neste sentido, a teoria da ordenação espaço-temporal de Harvey (2006, p.117) concorda com o resultado prático descrito.

A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante do ajuste espacial. Depois que determinada sociedade civil cria novos recursos produtivos noutras partes, para absorver seu capital superacumulado, estabelece um centro rival de acumulação que, em algum momento no futuro, também deve ser responsável por seu próprio ajuste espacial, para solucionar seus problemas.

Como já comentado brevemente, a ascensão do leste asiático pode ser explicada por esse processo em cadeia. Medeiros (2006) identifica uma reação em cadeia em três tempos: primeiro, o “desenvolvimento a convite” do Japão incluído no contexto de ajuste externo

promovido pelos EUA deu vez à rápida acumulação de capital naquele país. Depois, com o sucesso da acumulação japonesa, quando virou este país também se tornou portador de capital em excesso e com uma estrutura socioeconômica mais moderna e, pois, de custos mais elevados, ele mesmo promoveu novas ordenações em países da região. Com o tempo, esses novos “ordenados”, os Tigres Asiáticos, tornaram-se, também, recipientes de capital excedente.

A terceira e atual etapa se inicia quando a China se abre para o investimento internacional⁹. Nesta fase, o capital da diáspora chinesa, que esteve presente nas etapas anteriores, soube bem aproveitar a situação e iniciou uma série de investimentos diretos no país. Posteriormente, a partir da rodada de abertura no início da década de 1990, as fontes de investimento se diversificaram e, hoje, a China se apresenta como principal pólo de atração de IED do mundo¹⁰.

Tão grande foi essa entrada de IED na China que, mesmo com o rápido crescimento econômico do país com o qual contribui também o crescimento de empresas nacionais, a fatia de sua capacidade manufatureira em mãos do capital estrangeiro cresce rapidamente¹¹. Dadas as suas características sociais e vastidão demográfica e geográfica, essa ordenação chinesa ora se apresenta como alternativa de solução à crise de

⁹ Contribui para o influxo de IED uma significativa redução das tarifas de importação e diminuição drástica do controle estatal sobre a pauta de importação do país que visassem ao mercado interno. As tarifas de importação que eram, em média, de 44,05% caíram progressivamente até atingir, em 1998, uma média de 17,1% (Wan; Lu; Chen apud MONTEIRO, 2005, p. 7)

¹⁰ Até 1991, o IED que entrou na China permaneceu sempre abaixo de 1% do PIB, assim, entre 1978 e 1995, o comércio internacional foi a principal fonte de divisas. Em 1988, foi responsável pela entrada de 77% das divisas e por mais de 81% em 1990. Nos anos 80, os empréstimos dos bancos e credores oficiais foram a segunda fonte de captação. Só a partir de 1991 os IED assumiram a segunda colocação e em 1993 já excediam em cinco vezes a entrada de divisas via empréstimos comerciais, em 1995, já representava 5% do PIB chinês (NAUGHTON apud MEDEIROS, 1999, p. 97). Em números absolutos, em 1991, esses investimentos contabilizavam cerca de US\$ 4,4 bilhões, em 2003, já haviam sido multiplicados por mais de 12, alcançando US\$ 53,5 bilhões. Entre 1980 e 2005, a China foi destino de US\$ 620,3 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, sendo que deste total US\$ 556,7 bilhões (quase 90%) entraram no país a partir de 1992 (TREVISAN, 2006, p. 94).

¹¹ Em 1990, o capital estrangeiro controlava apenas 2,3% da exportação de manufaturas chinesas. Em 1998 esse número havia passado para 24,3% e, em 2001, por mais de 50% (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005, p.125)

acumulação global, ao menos até que a acumulação interna desgaste as condições que permitem sua continuidade e também a China precise proceder a ajustes externos.

Segundo Brenner, o que propiciou a expansão econômica sem precedentes do período do pós-guerra foi a capacidade das economias de realizarem e sustentarem altas taxas de lucro. Para ele, os relativos atrasos socioeconômicos da Europa ocidental e do Japão em relação aos EUA foram determinantes para as suas elevadas taxas de lucro. Concorde com ele, Mészáros (2009, p.85)

O período de desenvolvimento do pós-guerra foi preenchido pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, antes reprimidos ou latentes, em seus propósitos de auto-expansão, ampliando e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa. Enquanto tal processo de auto-expansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar.

Essa condição de “retardatários” significavam que as condições necessárias à acumulação ainda estavam postas em seus territórios. Condições essas que o próprio sucesso da acumulação capitalista anterior havia corroído no território do país líder, sobretudo a capacidade de mobilizar uma grande quantidade de mão-de-obra ainda não proletarizada ou desempregada e, portanto, mais barata e que obrigaram os EUA a procederem aos ajustes espaciais que iniciaram a rota de crescimento naqueles países.

Em consequência dos próprios acontecimentos por meio dos quais consolidou sua posição de liderança, a economia americana encontrou dificuldades em sustentar os altos níveis de crescimento do investimento (internamente). Sua de início avançada tecnologia, incorporada em grandes massas de capitais fixos empatados, sua mais evoluída estrutura socioeconômica, manifesta no tamanho reduzido dos setores agrícolas e de pequenos negócios e conseqüentemente limitado suprimento de mão-de-obra excedente, sua posição internacional hegemônica, expressão pelas ambições voltadas para a internacionalização de suas corporações multinacionais, de seus grandes bancos e, é claro, do seu Estado – todos esses fatores vieram a constituir barreiras significativas ao seu dinamismo contínuo, como constituiu a resistência de sua classe trabalhadora residualmente poderosa (BRENNER, 2003, p.49)

Dois motivos, portanto, inibiam o retorno do capital à circulação no território dos EUA: de um lado, o capital fixo redundante desencorajava a expansão da capacidade produtiva internamente e, de outro, sua mão-de-obra relativamente mais cara, porque já amplamente proletarizada e organizada comprimia suas taxas de retorno (BRENNER, 2003 e WALLERSTEIN, 2001).

Nessas condições era urgente criar novas alternativas externas de investimento, o que, no bojo das políticas de afirmação da hegemonia, por servir também ao objetivo político de “pregar a bandeira capitalista” nos territórios ameaçados pelo comunismo, foi feito através das ordenações espaço-temporal, principalmente no Japão e na Alemanha.

Estavam postas as condições para o estabelecimento de relações complementares: de um lado, os EUA tinham capital em excesso e assumiam o papel de patrono do capitalismo ante a ameaça comunista, de outro, a Europa ocidental e o Japão tinham carência de capital para reconstruir suas economias destruídas pelas guerras e estavam no “olho do furacão” do embate comunismo-capitalismo. Em menor proporção, alguns países do terceiro mundo, fizeram parte dessa política.

Nesse contexto cooperativo, os governos das economias “retardatárias”, com aquiescência do país líder, patrocinaram uma série de medidas no intuito de patrocinar a circulação e acumulação do capital internamente promovendo, por exemplo, um rápido processo de urbanização dos seus países. Os EUA, inclusive, permitiram a implantação de medidas protecionistas e de controle da especulação financeira para o bem daquelas indústrias domésticas que renasciam, literalmente, das cinzas.

(Os governos da Europa ocidental e Japão) proporcionaram níveis substanciais de proteção para a indústria doméstica durante uma boa parte da época pós-guerra, enquanto lhe ofereciam subsídios e proteção para suas moedas desvalorizadas. Tais governos também cuidaram da “repressão das finanças”, regulando rigorosamente as atividades dos emprestadores e especuladores na frente doméstica, enquanto impunham rígidos limites na mobilidade internacional do capital, tudo com o objetivo de garantir que a atividade financeira estivesse atrelada às necessidades de expansão do setor manufatureiro doméstico. O resultado foi que os enormes ganhos em eficiência produtiva alcançados pelas empresas dos países de desenvolvimento mais tardio reverteram, em sua maior parte, em benefício de suas economias domésticas. (BRENNER, 2003, p. 51)

Essa política interna adotada à época pelos países “retardatários”, sobretudo pelo Japão e pelos países da Europa ocidental, apresenta semelhanças com a estratégia chinesa pós-1978. No início das reformas houve efetivamente uma (maior) proteção da indústria nascente tanto pela restrição da entrada de IDE à formação de plataformas de exportação, restrição de importações quanto controle do câmbio e, como ainda ocorre, certa “repressão das finanças” para benefício da indústria. O resultado também foi semelhante: “os enormes ganhos em eficiência produtiva alcançados pelas empresas dos países de

desenvolvimento mais tardio reverteram, em sua maior parte, em benefício de suas economias domésticas” (ibidem).

Os altos níveis de lucro realizado e o relativo “atraso socioeconômico” que permitia a mobilização de trabalhadores no compasso da acumulação expandida, possibilitaram que as economias européias e japonesa mantivessem altos índices de acumulação por meio de investimentos em capacidade produtiva e, por conseguinte, um rápido crescimento da produtividade. Assim também ocorre com a China.

O avanço da produtividade¹² ocorreu em tal velocidade que mesmo o crescimento dos salários reais não chegou a pressionar as taxas de lucros. Além disso, devido a sua posição de “seguidores tecnológicos, esses países empataram relativamente pouco capital fixo incorporando tecnologia obsoleta. Puderam, ademais, explorar as possibilidades de se equiparem adotando tecnologia barata, porém avançadas, dos EUA” (BRENNER, 2003, p.51).

A primazia dos EUA na formação de empresas multinacionais verticalmente integradas, por um tempo, permitiu que os produtores estadunidenses contornassem o protecionismo estrangeiro por meio de investimentos diretos. A penetração nos mercados estrangeiros prosseguiu, então, relativamente menos por meio do crescimento das exportações do que de uma internacionalização da produção pela relocação das indústrias multinacionais e bancos estadunidenses.

Como àquela época a economia mundial como um todo crescia bastante em termos absolutos, os produtores dos EUA podiam ceder participação de seus mercados externos sem que isso representasse perdas em termos absolutos. Além disso, o enorme mercado interno dos EUA permanecia cativo aos produtores estadunidenses “em consequência de sua tecnologia superior, assim como do efeito dissuasivo exercido por seu capital fixo empatado sobre os potenciais participantes em seus mercados” (BRENNER, 2003, 54).

¹² As taxas de produtividade da mão-de-obra dos países centrais (PIB/trabalhador) alcançaram seus maiores crescimentos entre 1960 e 1969. Naquele período ocorreu um alto crescimento nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, na União Européia e no G-7 de 2,5%, 8,6%, 4,3%, 5,2% e 4,8%, respectivamente (BRENNER, 2003, p.93)

Mais uma vez encontram-se paralelos entre a ordenação japonesa e da Europa ocidental e a chinesa: o atraso socioeconômico é fator determinante da velocidade da acumulação interna também na China. Nesse bojo merecem destaque quantidade e capacidade de mobilização de mão-de-obra latente, absorção de tecnologia por meio de parcerias com o capital internacional e, por conseguinte, rápido crescimento da produtividade que mais do que compensa o crescimento dos salários.

Enfim, em um “ambiente de negócios em geral excelente”, com a “vulnerabilidade aos choques econômicos das economias capitalistas avançadas bastante reduzidas” e com a produtividade crescendo mais rapidamente do que os salários reais, os capitalistas dos países da Europa ocidental e do Japão dirigiam grande parte do lucro realizado para o aumento do capital fixo dando vez à rápida acumulação de capital¹³, o que explica as altas taxas de crescimento do período¹⁴.

Aliás, deve-se ter em mente que esse *boom* econômico em nível mundial se deu enquanto os países “retardatários”, apesar de produzirem bens similares aos produzidos pelos EUA, o faziam quase que exclusivamente para o seu mercado doméstico. Depois de uma bastante rápida acumulação de capital interna, no momento em que os produtores desses países passaram a rivalizar com os produtores estadunidenses, quando o mercado mundial foi reaberto pelos próprios Estados Unidos, tenderam a “duplicar, em vez de complementar, os produtos dos titulares americanos nos mercados existentes, incitando a redundância, o excesso de capacidade e de produção” (BRENNER, 2003, p.55).

Com uma estrutura produtiva de custos mais baixos, a inserção desses países recém ordenados no mercado internacional concorreu para instaurar uma competição deletéria que passou a comprimir a taxa de lucro dos produtores sediados no território dos EUA, que, como sugerido anteriormente, não tinham acesso àquelas vantagens de custos.

13 Verificou-se um crescimento relevante do estoque de capital (economia das empresas privadas), entre 1960 e 1969, de 3,9% nos Estados Unidos (estoque líquido), de 11,3% no Japão (estoque bruto), de 6,6% na Alemanha (estoque bruto), e de 4,8% no G-7 (estoque bruto) (BRENNER, 2003, p.93).

14 Entre 1950 e 1973, a economia mundial cresceu 4,9%, em média anual, recorde histórico. Tal crescimento foi puxado pela França e Alemanha, na Europa, que cresceram 5,0% e 6,0%, respectivamente; pelo Japão, na Ásia, que cresceu 9,2%; e pelo Brasil, na América Latina, que cresceu 6,8% (GONÇALVES, 2002, p. 108)

No momento em que os produtores europeus ocidentais e japoneses passaram a ofertar as mesmas mercadorias no mercado mundial por preços mais baixos, os produtores estadunidenses encontravam-se amarrados pela sua “moderna estrutura socioeconômica” caracterizada por salários mais altos, custos inflexíveis inerentes às instalações e equipamentos que exigiam métodos de produção comparativamente mais caros e pela falta de integração orgânica de sua economia com a economia mundial devido ao fechamento do mercado no imediato pós-guerra e a relativa auto-suficiência de sua economia.

Seja custo político previsto ou consequência da lógica econômica capitalista, o fato é que o sucesso da ordenação promovida pelo capital e amplamente apoiada pelo Estado estadunidense, ao difundir a vigência da “lei geral da acumulação”, espalhou também as suas contradições. Resultado: crise sistêmica estrutural de superacumulação caracterizada por um excesso de capacidade produtiva e de produção cujo reflexo imediato foi a baixa das taxas de lucratividades, especialmente no setor manufatureiro¹⁵.

Como uma indicação do começo de um excesso de capacidade e de produção, os preços no setor manufatureiro mundial haviam sido incapazes de crescer de acordo com os salários e os custos das instalações e equipamentos, resultando em uma queda das taxas de lucro do setor. Foi o declínio nas taxas de lucro desse setor por todas as economias capitalistas avançadas o principal responsável pela projeção da economia mundial de um longo *boom* num longo período de declínio entre 1965 e 1973. (BRENNER, 2003, p.58).

Cumprе ressaltar: nem os gastos keynesianos, nem do peso dos salários deu vez à queda da produtividade e nem esta queda deu vez à retração do crescimento das taxas de lucratividade no sistema. A lógica é inversa: a queda da produtividade foi antes consequência da baixa lucratividade do que sua causa. A queda das taxas de crescimento

15 (O) resultado inexorável foi uma taxa de lucro agregada em declínio no setor manufatureiro internacional que expressava o excesso de capacidade e de produção em todo o sistema. Entre 1965 e 1973, o setor manufatureiro dos EUA experimentou uma queda de 43,5% na taxa de lucro sobre seu estoque de capital, já os setores manufatureiros das economias do G-7 juntos, representando o setor manufatureiro internacional como um todo, experimentaram um declínio na lucratividade da ordem de 25% (BRENNER, 2003, p. 57)

da produtividade¹⁶ sucederam à queda dos lucros, não podem ser portanto sua causa, mas são sim sua consequência.

Foi justamente o baixo reinvestimento na produção decorrente da existência de capacidade produtiva em excesso que fez com que a velocidade de crescimento da produtividade se reduzisse. Segundo Brenner (2003, p.64), “na realidade, não só nos Estados Unidos, como também nas economias do G-7, o crescimento da produtividade acelerou-se na década de 1960 e inícios da de 1970, em relação à de 1950”. Ou seja, enquanto estava em curso a rápida acumulação do capital, mesmo com os avanços sociais do Estado de bem-estar social, a produtividade cresceu. Passou a desacelerar somente quando os investimentos se reduziram em função do excesso de capacidade física instalada decorrente do excesso de investimento anterior.

Em fins da década de 1960 ficava claro que a lógica da acumulação capitalista havia mais uma vez erguido as barreiras para a sua própria continuidade. A rápida acumulação do período anterior, materializada em uma capacidade produtiva redundante no setor de manufaturados, se mostrou excessiva e deu origem à “concorrência assassina” que passou a comprimir as taxas de lucro da economia como um todo. De modo mais abrangente, como colocado por Arrighi, o sucesso da política estadunidense também saturara o arcabouço social internacional que continha as condições para a reprodução do capital. Dessa forma, em substituição ao ambiente cooperativo anterior, estava armado um ambiente competitivo e, para o que mais importa a este trabalho, estava armada a crise sistêmica de superacumulação do capital, agora em nível ainda mais abrangente.

Mais uma vez na história do capitalismo fazia-se imperativo, sob pena de desvalorização do capital redundante, renovar as condições para a acumulação capitalista que o próprio sucesso da acumulação, com o desenvolvimento de suas contradições intrínsecas, haviam desgastado.

16 As taxas médias anuais de crescimento da produtividade, entre 1960 e 1973, nos Estados Unidos, no Japão, na Alemanha, França e no Reino Unido, foram 2,1%, 9,2%, 5,0%, 5,0%, 2,9%, respectivamente. Estas taxas desaceleraram fortemente na década de 1970. Entre 1974 e 1979, tais taxas caíram para 0,3%, nos EUA, para 3,0%, nos Japão, para 2,7%, na Alemanha, para 2,8%, na França, e para 1,1%, no Reino Unido (GONÇALVES, 2002, p. 90).

A próxima parte deste trabalho é dedicada justamente a analisar as estratégias de reação à crise e verificar se a prática concreta recente ratifica o papel conferido ao imperialismo em momentos de crise de acumulação, a saber: por meio da fusão das lógicas políticas e econômicas do poder, apresentar soluções de continuidade à acumulação de capital sem alterar as relações assimétricas de troca em favor dos territórios centrais. Em paralelo, mas de forma integrada às análises desenvolvidas, trata o processo de reformas chinesas. Busca-se investigar se efetivamente elas convergem para um ajuste espacial tal qual proposto por Harvey e explicado anteriormente.

5 A ESTRATÉGIA DE REAÇÃO À CRISE

Entendidos os fundamentos teóricos da emergência da crise estrutural de superacumulação hodierna e suas características, cumpre evidenciar como, sob a égide do pensamento neoliberal, o sistema foi conduzido em sentido de apresentar fôlego à acumulação por meio da espoliação e não propriamente por meio da renovação das condições necessárias à circulação.

Apesar de não ser propriamente estratégia de reação à crise, as reformas chinesas apresentaram alternativa de investimentos para o capital superacumulado. Justamente por isso, elas são tratadas aqui tratadas em paralelo e de forma difusa. Mostra-se como as reformas chinesas convergiram para efetivar uma ordenação espaço-temporal em seu território. Justamente por isso, entende-se que as reformas chinesas apareceram em um momento deveras conveniente para o sistema capitalista já que apresenta novas rotas de investimento para o capital superacumulado. Busca-se mostrar também que, graças ao seu recente passado anti-sistêmico, a ordenação chinesa contém peculiaridades que a fazem diferente dos ajustes espaciais impostos aos outros países periféricos.

5.1 O PROJETO NEOLIBERAL

Em 1994 Hobsbawm (1995, p.393) escreveu: “a história dos vinte anos após 1973 é de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente”.

Depois de um longo período de crescimento acelerado, o mundo capitalista passava a apresentar, em termos agregados, um ritmo visivelmente mais lento. Em decorrência, “os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em parte eliminara durante uma geração – pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade – reapareceram depois de 1973” (HOBSBAWM, 1995, p. 396).

Essas características refletiam a saturação do “arcabouço social” instituído, refletiam o fim do longo *boom* do pós-guerra, o fim do período em que a cooperação foi a regra do sistema. A partir de então, a competição e a coerção passavam a ocupar o centro do palco das relações econômicas internacionais.

Arrighi, como já dito, sugere que crises de hegemonia são decorrentes da incapacidade do país líder de orquestrar acordos internacionais que lhes sejam benéficos ao mesmo tempo em que são percebidos como de interesse coletivo pelo bloco de seguidores. Assim, quando os arcabouços sociais instituídos não mais suportam as contradições inerentes ao caminho determinado pela potência hegemônica, estabelecem-se as fases de crise de hegemonia, e, contidas nelas, as crises de superacumulação.

Enquanto a condução estadunidense do sistema foi reconhecida pelos liderados como “buscando o interesse geral”, percebia-se uma inflação dos aspectos coletivos do poder, inclusive econômicos, daí ter sido possível promover o ambiente cooperativo ao mesmo tempo em que se apresentava rota de escoamento lucrativo para o capital que se superacumulava no território estadunidense. Contudo, o sucesso dos seguidores na emulação do modelo do líder fez com que os fundamentos dessa liderança consentida cedesse lugar à competição desfazendo o fundamentos da separação hegemônico-hegemonizados. Nesse sentido, a cooperação cedia lugar à competição nas relações internacionais, em lugar do consentimento, agora a liderança passava a ser baseada na capacidade de coagir conferida aos EUA pela enorme assimetria de poder no sistema em seu favor.

Em termos econômicos, que é parte integrante da análise de Arrighi, o sucesso da ordenação determinada pelo próprio capital estadunidense com apoio do seu Estado, em período em que “a tirania das pequenas decisões” era sobrepujada pela “capacidade de governabilidade mundial”, intensificou “o volume e a densidade do sistema” de tal forma que desgastaram as condições para a “inflação do poder coletivo”. Nesse ponto, restava claro, a cooperação não teria mais lugar, em seu lugar entrava “a tirania das pequenas decisões”.

Se a competição assumiu o lugar da cooperação, a capacidade de liderar da potência hegemônica passava a ter outro sentido. Em lugar de ajustes espaciais “benevolentes”, a estratégia para evitar a desvalorização do capital superacumulado passava a ser estabelecida em um jogo de soma zero. De um lado, os EUA procuraram dividir o fardo da perda de competitividade de suas indústrias com os outros produtores eficientes e, de outro, mais perversamente, impôs ajustes estruturais que buscavam, por meio de espoliação direta, dar vazão lucrativa para o capital redundante. Eis que entrava em cena o projeto neoliberal

Dada a enorme desproporção de forças econômicas, políticas e militares, não restava alternativa aos países mais fracos que não consentir com os termos impostos, não restava alternativa que não implantar o projeto neoliberal de “mercadorização de tudo”. Dentre outras formas, inclusive militares, a ameaça de restrição de acesso ao mercado estadunidense foi repetidamente usado como arma contra possíveis políticas autônomas de outros países.

O mais recente exemplo (e crasso) exemplo dessa linha de argumentação vem do representante comercial norte-americano Robert Zoellick, de acordo com o qual, se não seguir os planos norte-americanos para os livres mercados nas Américas, Lula, o recém eleito presidente do Brasil, do Partido dos Trabalhadores, pode acabar tendo que exportar para a Antártica (HARVEY, 2005, p.109)

Em suma, o governo estadunidense, em lugar do apoio anterior, de um lado, passou a determinar medidas que dividiam o fardo perda de competitividade de seus produtores com outros capitalistas de países centrais e, de outro, para apresentar solução à continuidade da acumulação sem ter que recorrer ao remédio amargo das desvalorizações, impôs uma série de ajustes estruturais aos países periféricos.

Mais uma vez os países centrais recorriam às práticas imperialistas para apresentar alternativa de continuidade ao processo de acumulação, recorriam ao poder do capital financeiro para abrir novas rotas de acumulação sem ter que romper diretamente com a coerência estruturadas característica de seus territórios.

5.1.1 O jogo de soma zero entre os países centrais

Expressando a perda de competitividade decorrente da emulação bem-sucedida do seu modelo, a balança comercial e de transações correntes dos EUA entraram em déficit, o que, acrescido pelo peso dos gastos militares da Guerra do Vietnã, fez o balanço de pagamento dos EUA auferir déficits astronômicos.

O governo dos EUA, então, para forçar a desvalorização do dólar e recompor a lucratividade de seus capitais e, pois, melhorar seus saldos externos, em detrimento dos capitais estrangeiros, forçou a quebra do sistema de Bretton Woods de taxas cambiais fixas e conversibilidade ouro-dólar e adotou políticas monetárias bastante expansionistas

A desvalorização do dólar em relação ao marco alemão (50% entre 1969 e 1973) e em relação ao iene japonês (28% entre 1971 e 1973) assegurou “artificialmente” uma virada de custos relativos que o setor manufatureiro estadunidense não havia sido capaz de conseguir por meio do crescimento da produtividade e da contenção dos custos (BRENNER, 2003, p.75). Ou seja, a recomposição do lucro do capital industrial dos EUA passava a ser função direta do recuo do lucro das indústrias alemãs e japonesas, justamente os países que mais tiveram sucesso na imitação do modelo produtivo estadunidense.

O “vaivém das desvalorizações e revalorizações da moeda”¹⁷ mostra como os governos dos países centrais agiam menos como reguladores, embora o tenham sido, e mais como participantes ativos, e até protagonistas, da luta competitiva em todo o sistema. Mostra também como, mesmo entre os países centrais, havia uma grande assimetria de poder e deixava claro como a competição tomara o centro das relações político-econômicas internacionais.

Contando com o apoio do governo, os “(fabricantes americanos) mantiveram a taxa de acumulação bem próxima do nível alcançado na década de 1960, enquanto reduziam o pagamento dos dividendos dos lucros aumentando as tomadas de empréstimos”

¹⁷ “A “revolução” monetarista de Reagan e Thatcher em 1979-1980, que inverteu a desvalorização do dólar americano na década de 1970; o Acordo de Plaza de 1985, que retomou a desvalorização do dólar; e o chamado “Acordo de Plaza invertido” de 1995, que mais uma vez reverteu a desvalorização do dólar” (ARRIGHI, 2008, p.117)

(BRENNER, 2003, p.73). A política monetária “ultra-frouxa” permitia o aumento da quantidade de capital fixo sem realização de lucros, as indústrias aumentavam sua capacidade produtiva à custa de um crescente endividamento. Resultado: acréscimo de capacidade produtiva em um mercado já saturado, sem grandes perspectivas de realização do lucro, ou seja, crescimento econômico sem circulação do capital e com aumento do nível de endividamento sem perspectivas futuras de realização do lucro.

Dado o protecionismo comercial nos EUA e a desvalorização do dólar estadunidense, na década de 1970 o fluxo de capital dos anos anteriores foi invertido, o Japão e países da Europa passaram a realizar investimentos diretos líquidos nos EUA ao invés de recebê-los. Esses investimentos diretos estrangeiros fizeram aumentar a taxa de produtividade das manufaturas estadunidenses e, momentaneamente, proporcionaram alguma descompressão de suas taxas de lucro, mas também acrescentaram capacidade produtiva a um setor que já possuía grande capacidade ociosa.

Com a evolução “artificial” da competitividade estadunidense em preços, os produtores sediados em territórios estrangeiros tiveram que aceitar preços e taxas de lucro mais baixas para manterem suas participações no mercado mundial. Puderam fazê-lo porque tinham uma estrutura de custo mais baixa que a estadunidense.

Apesar de uma taxa de acumulação de capital significativamente mais baixa em relação ao período anterior, os fabricantes japoneses, com a colaboração de seus bancos associados e de outros membros de seus grupos industriais (*keiretsu*), com amplo apoio do Estado, desencadearam um impressionante processo de reestruturação “de ponta a ponta” da produção manufatureira. Houve um grande deslocamento de pesadas linhas de montagem intensivas em energia e mão-de-obra, para linhas de alta tecnologia (BRENNER, 2003, p.74-5).

A partir daí a mecatrônica (fusão das tecnologias mecânicas de atuação com eletrônicas no comando lógico da produção) era introduzida em diversas linhas de produção aumentando a produtividade em detrimento da utilização de trabalho vivo. Esse processo rapidamente difundido, justamente porque substitui trabalho vivo por capital fixo, acrescenta ainda mais dificuldade de realização do valor.

Se, por um lado, as medidas adotadas pelo governo dos EUA evitaram o “remédio amargo da crise” que promoveria o enxugamento do capital redundante das linhas de mais alto custo, de outro, os maiores gastos públicos que vieram juntos com a política monetária frouxa e a “negligência benéfica” com respeito à taxa de câmbio trouxeram não só a inflação como também sucessivos déficits recordes de conta corrente para os EUA.

Essas medidas “já em 1977-78 precipitaram uma corrida devastadora à moeda americana ameaçando a posição do dólar como moeda de reserva internacional” (BRENNER, 2003, p.78) e, pela inflação, minaram o poder da classe trabalhadora.

Para evitar a perda do papel internacional do dólar, o governo dos EUA adotou um novo programa de estabilização econômica. Em lugar da política monetária “ultra-frouxa” e da política fiscal de déficits keynesianos, adotou a austeridade fiscal e um grande aperto no crédito. A liquidez internacional antes inesgotável secou trazendo impactos profundos e duradouros para diversos países que tinham mantido suas políticas desenvolvimentistas (ordenações espaciais à capitalista) com base no endividamento externo.

5.1.2 As pontes para o projeto neoliberal: financeirização e endividamento dos Estados periféricos

Deve-se ter em conta que as medidas cooperativas na fase áurea da hegemonia estadunidense não se restringiram aos países da Europa ocidental e ao Japão, em alguma medida alcançou também alguns países na época conhecidos como terceiro mundistas, sobretudo da América Latina com os quais os EUA mantinham uma relação bastante estreita.

Quando eliminou os controles sobre o movimento de capitais no final da década de 1970, o governo dos EUA fez com que, em lugar do FMI, os bancos privados assumissem a responsabilidade pela reciclagem dos petrodólares, abundantes depois do choque do petróleo. Com a liquidez internacional inchada e em grande parte concentrada nos bancos

privados estadunidenses sediados na Europa, a multiplicação do capital financeiro fugiu ao controle do Banco Central estadunidense, o FED.

Esse capital multiplicado sem limites foi escoado na forma de generosos empréstimos para os países do Terceiro Mundo, que também tentavam imitar o padrão produtivo, de consumo e mesmo o padrão cultural dos Estados Unidos. Estimulados por amplas propagandas ideológicas, inclusive cinematográficas, os países subdesenvolvidos, dada a enorme disponibilidade de liquidez, aceitavam esses empréstimos para “alcançar o padrão estadunidense”. O *american way of life* era o objetivo a ser alcançado.

Com tamanha liquidez em mãos, com “excesso de capital líquido”, os bancos privados “empurraram” empréstimos quase de graça a governos dos países do Terceiro Mundo, dentre eles, o Brasil. Essa transferência do capital líquido excedente sob a forma de empréstimos aos países periféricos foi ponto determinante na rota de acumulação do capital que se inaugurava, foi a ponte para a implantação do projeto espoliativo neoliberal, a ponte para as ingerências sobre as soberanias dos Estados periféricos.

O fácil acesso a empréstimos quase a custo zero permitia a governos de países periféricos receptores investir pesadamente em seus esforços de industrialização e urbanização à estadunidense. Justamente por isso, o final da década de 1970 presenciou um acelerado processo de urbanização, o que significou a concentração de mão-de-obra, investimentos em infra-estruturas físicas e sociais e a industrialização propriamente dita. Em pouco tempo, as condições para a acumulação do capital estavam concentradas espacialmente, estavam montadas estruturas produtivas complementares e subordinadas à estadunidense.

A industrialização historicamente foi confundida com desenvolvimento. Por isso, os países periféricos enxergavam benefícios advindos dessa enxurrada de liquidez que permitia-lhes o esforço desenvolvimentista. Nesse período, em verdade, houve certa tendência de redução da diferença entre os níveis de industrialização da periferia e do centro do sistema sem, contudo, que as rendas passassem por processo semelhante (ARRIGHI, 1997).

Àquela época era deveras interessante aos países centrais exportar as atividades “musculares” para explorar as vantagens de custo que haviam sido desgastadas em seus territórios, ao mesmo tempo em que mantinham o fluxo de renda para os seus países por reterem as atividades “cerebrais” do processo produtivo. Nesse ponto vêm à tona as práticas imperialistas ao estabelecer determinado padrão de fluxo de rendas em favor dos países centrais.

A industrialização da América Latina cumpriu bem esse papel (ARRIGHI, 1997). Não sem motivo, por exemplo, as fases de projeto, marketing e administração da indústria automobilística, símbolo da economia estadunidense, foram mantidas no território dos EUA, enquanto as etapas de montagem e fabricação de peças foram exportadas para o México, Brasil, Argentina.

Tendo apoio do Estado, em contexto de enorme assimetria de poder que garantia politicamente a repatriação das rendas de royalties, licenças e patentes, dispondo de liquidez suficiente, ficava mais fácil transferir essas atividades que haviam decaído na escala de agregação de valor na cadeia de mercadorias para explorar as vantagens de custo relativas à mão-de-obra sem ter que romper com a coerência estruturada de seus territórios.

Evidentemente, essa migração de capital dos EUA teve que lutar contra algumas forças inerciais, especialmente, a resistência dos trabalhadores locais que ficaram, de uma hora para outra, sem emprego¹⁸. Contudo, a capacidade de organização dos trabalhadores já estava bastante debilitada. Do outro lado da “coerência”, mantinha-se garantido o fluxo de renda para o interior do país das “melhores” vantagens monopolistas daquela fase do desenvolvimento capitalista.

O aperto da política monetária dos EUA causou uma súbita inversão do fluxo de capitais financeiros e trouxe conseqüências devastadoras para os países periféricos, sobretudo

¹⁸ O filme “Roger and Me” do diretor Michael Moore descreve a transferência da fábrica da GM da cidade de Flint no EUA para o México para explorar as vantagens de custo, sobretudo da mão-de-obra, dando destaque para seus impactos sociais. Segundo o diretor, em menos de um ano, 30 mil empregos foram eliminados trazendo um efeito em cadeia devastador para a cidade.

para os latino-americanos. Subitamente a inundação de capital que os países periféricos viveram na década de 1970 que usaram para financiar seus esforços “desenvolvimentistas” se transformou numa seca devastadora na década de 1980. Essa seca repentina causou a crise da dívida do Terceiro Mundo que condicionou o destino subsequente de muitas dessas economias.

De outro lado, ao mesmo tempo em que os países do Terceiro Mundo inundados pela liquidez mundial, a China manteve sua economia relativamente afastada desse fluxo de capital financeiro. Assim, sem dívida externa, o aperto monetário estadunidense do início da década de 1980 não trouxe conseqüências diretas ao país como aconteceu aos outros periféricos permitindo que o país, justamente porque imune às pressões do capital financeiro internacional, promovesse uma ordenação espaço-temporal à capitalista de maneira autônoma.

A elevação súbita das taxas reais de juros, como esperado, ao mesmo tempo em que centralizou o capital financeiro no território estadunidense, trouxe consigo “a pior recessão desde a década de 1930 e começou a causar aquele enxugamento dos meios de produção de alto custo e baixa lucratividade no setor manufatureiro para restabelecer a lucratividade” (BRENNER, 2003, p.80). Esta foi, segundo Brenner, uma das duas únicas vezes em que se tentou administrar o “remédio amargo da crise” para enxugar os meios de produção redundantes e assim recompor a taxa de lucratividade sistêmica, a outra foi posta em prática pelo governo Clinton no início da década de 1990.

Cabe colocar que para Arrighi (2008, p.187), o recurso ao controle das finanças mundiais é sintoma evidente da perda de liderança econômica. Sem conseguir manter a competitividade na produção, mas tendo o controle político da econômica mundial, a potência líder busca manter o equilíbrio das transações internacionais sorvendo a liquidez internacional.

Daí em diante o governo dos EUA, para evitar o “remédio amargo” das desvalorizações, começou a orquestrar uma série de ajustes estruturais em territórios vulneráveis aos ataques especulativos do seu capital financeiro. Esses ajustes colocaram-se, a partir daí, como a estratégia predominante para dar continuidade à acumulação. Contudo, esses

ajustes não tratavam propriamente de renovar as condições para a circulação, mas de transferir riqueza existente, tratava-se de uma acumulação por espoliação.

As crises das dívidas em países específicos (dois terços dos membros do FMI passaram por uma crise financeira a partir de 1980, alguns deles mais de duas vezes) puderam ser contudo usadas para reorganizar as relações sociais de produção internas em cada país em que ocorreram, de modo a favorecer a maior penetração dos capitais externos. Assim, regimes financeiros domésticos, mercados de produtos domésticos e empresas domésticas florescentes foram obrigadas a abrir-se à absorção por empresas estadunidenses, japonesas e européias. Isso permitiu que os lucros baixos nas regiões nucleares fossem suplantados pela apropriação dos lucros mais altos obtidos no exterior. Aquilo que denomino acumulação por espoliação tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global (com a privatização como um de seus elementos chaves) (HARVEY, 2005, p.61-2).

5.2 OS AJUSTES ESTRUTURAIS NEOLIBERAIS

O risco iminente de insolvência dos países devedores, cuja face foi mostrada pela moratória mexicana, em 1982, pôs em posição bastante delicada alguns dos principais bancos privados internacionais. Em caso de calote generalizado, haveria a desvalorização de todo aquele capital financeiro “empurrado” para os países do Terceiro Mundo, colocando à prova não só o sistema financeiro estadunidense, mas o sistema financeiro mundial e, por conseguinte, a economia mundial capitalista como um todo.

Foi, por isso, preciso que o FMI, representando o interesse do grande capital financeiro que inundara os países subdesenvolvidos, interviesse para garantir que a crise ficaria restrita aos territórios endividados forçando-os a pagar suas dívidas, ou melhor, os seus encargos à custa de sacrifícios da parcela da população que ficaria, para tanto, privada dos serviços públicos. Assim, as dívidas públicas daqueles países foram transformadas em mecanismo de ingerência do capital financeiro sobre o poder político local, passaram a ser fonte de pressão sobre os rumos das políticas econômica

Nesse contexto, sob pena de ver a torneira da liquidez internacional secar, os países periféricos assumiam o compromisso com os preceitos neoliberais, especialmente

assumiam o compromisso de preconizar o pagamento dos encargos da suas dívidas com o capital financeiro internacional.

Pouco importando os riscos assumidos pelos emprestadores (o que justifica os juros auferidos pelo capital financeiro), já sob a égide do projeto neoliberal, o Fundo passou a impor aos países devedores, ou combalidos por ataques especulativos, uma série de ajustes estruturais para garantir o retorno do capital financeiro e, ao mesmo tempo, abrir novas rotas de investimento para o capital naqueles territórios.

Assim, podendo conduzir “coercitivamente” o sistema por meio dos organismos supranacionais, o próprio endividamento das economias do Terceiro Mundo passavam a ser alternativa de investimento, as dívidas públicas passavam a ser fonte de acumulação garantidas pelas “políticas responsáveis” neoliberais. Essa responsabilidade, ressalte-se, é limitada à prioridade ao pagamento dos encargos da dívida em detrimento de gastos com a saúde, educação, limpeza, segurança, saneamento, habitação, etc.

Neste sentido, os ajustes estruturais impostos, que continham os ajustes fiscais, tinham, ou melhor, têm como objetivo abrir novas possibilidades lucrativas para o capital superacumulado. Em linhas bastante gerais, a ideia desses ajustes foi fazer recuar a participação dos Estados de atividades potencialmente lucrativas para que o capital possa ocupá-las e colocar-lhes prontamente para circular em benefício próprio.

Ao estabelecer a existência de uma única possibilidade de política econômica responsável, além da qual todas as outras tentativas seriam populistas e inconseqüentes, sendo essa política necessariamente voltada para o compromisso inquestionável de pagar os encargos das dívidas públicas, sob pena de seca da liquidez internacional e fechamento dos mercados, os governos periféricos foram impelidos a realizar uma série de cortes de gastos em diversas áreas para a composição do tão precioso superávit primário.

Esses cortes nos gastos públicos iniciados na década de 1980 e aprofundadas nos anos 1990 permitiram os estratégicos sucateamento e precarização de uma série de serviços e bens públicos para que fosse abertos os espaços para as empresas privadas “inerentemente mais eficientes”. Cumprindo ainda o papel de compor o superávit

primário do setor público para pagamento dos encargos financeiros, empresas públicas potencialmente lucrativas foram “decretadas” deficitárias e ineficientes e prontamente privatizadas a preços muito aquém do seu valor real.

Nesse contexto, em lugar da saúde pública universal precarizada em função dos cortes de gastos públicos, entram os planos de saúde privado; em lugar da educação pública sucateada, entram as instituições privadas de ensino; em lugar da previdência pública ideologicamente (e contabilmente) combatida, os fundos de pensão; em lugar da segurança pública posta em ineficiência, as empresas privadas de segurança, em lugar dos servidores públicos, as empresas de terceirização; em lugar de empresas estatais, empresas privadas internacionais, etc. Em lugar da circulação, assim, a espoliação permitia que o motor da acumulação não morresse.

Nas palavras de Harvey (2005, p. 148): “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Nesses termos, os capitalistas percebiam que “o pecado original do simples roubo, que possibilitara a acumulação original do capital, tinha eventualmente que se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente” (ARENDRT *apud* HARVEY, 2005, p.148)

Para que não reste ambigüidade, cabe aqui estabelecer a diferença entre o conceito de acumulação por espoliação desenvolvido por Harvey do conceito de acumulação primitiva definido por Marx. A acumulação primitiva trata de “uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, mas é o seu ponto de partida” (MARX, 2009, p.827). Ocorre acumulação primitiva, por exemplo, quando se converte terra coletiva em propriedade privada expropriando os trabalhadores dos seus meios de produção para, concomitantemente, fazer da terra privatizada meio para a acumulação e criar contingente de força de trabalho desprovido dos meios de produção necessários para sua sobrevivência.

Quando introduz seu conceito de “acumulação por espoliação”, Harvey (2005, p.121) estabelece a diferença em relação à acumulação primitiva de Marx por uma questão

temporal: “parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, por isso substituirei a seguir esses termos por acumulação por espoliação”. Na seqüência, ele acrescenta que a acumulação por espoliação difere da acumulação primitiva por não ser simplesmente o seu “ponto de partida” e sim uma forma possível de acumulação adicional, depois, inclusive, de já ter ocorrido a acumulação primitiva.

Ou seja, a acumulação por espoliação, inserida no bojo dos ajustes estruturais impostos aos Estados periféricos, foi, ou melhor, é a alternativa a que os capitalistas recorrem para manter em funcionamento o motor da acumulação sem ter que desvalorizar o capital redundante para renovar as condições da circulação. Obviamente, fazem-no em detrimento de populações inteiras que ficam sem os serviços públicos de qualidade, sem terras antes coletivas, e vêem “propriedades” públicas e coletivas serem privatizadas em favor dos capitais internacionais superacumulados.

Harvey (2008, p.172-6) resume quatro características principais da acumulação por espoliação, todas elas presentes nos ajustes estruturais: “privatização e mercadificação” de ativos até então públicos ou coletivos para abrir espaços novos para a acumulação; a “financiarização” sobre a qual ele atribui responsabilidade pela especulação predatória das últimas décadas; a “administração e manipulação de crises” e as “redistribuições via Estado” que, ao promover cortes de gastos sociais, privatizações de patrimônios públicos e regressividade da carga tributária, reverte o “fluxo de que vai das classes altas para as baixas, presente na era do liberalismo embutido”, ou seja, no período de vigência do Estado de bem-estar social.

Como sugerido, o processo em que o capital se apossa de propriedades públicas para dar-lhes uso lucrativo, requer uma “onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo”. Em resumo, nas palavras de Harvey (2005, p.125-6):

(As) crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com freqüência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob liderança do FMI), com apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos). O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados,

em alguma parte do mundo, estoque que pode receber uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares.

Uma das principais funções das intervenções do Estado e das instituições internacionais é determinar desvalorizações para permitir que a acumulação por espoliação ocorra sem desencadear um colapso geral. Essa é a essência de tudo o que está no programa de ajuste estrutural administrado pelo FMI.

Nesse ponto, quando a acumulação na circulação está bloqueada e se passa a recorrer a espoliação, fica fácil entender o porquê de se manter líquido o capital, fica fácil entender a ligação orgânica entre a crise de hegemonia, o processo de financeirização do capital e os processos de acumulação por espoliação.

Conclui-se, pois, que o capitalismo sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenação espaço-temporais que absorvem os excedentes de capitais de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos (...) como Joseph Chamberlain descobriu, é politicamente muito mais fácil pilhar e degradar populações distantes (em particular as que são diferentes em termos raciais, étnicos ou culturais) do que enfrentar no plano doméstico o avassalador poder da classe capitalista. O lado sinistro e destrutivo da ordenação espaço-temporal como remédio para o problema da superacumulação torna-se um elemento tão crucial na geografia histórica do capitalismo quanto sua contraparte criativa de construção de uma nova paisagem para acomodar tanto a acumulação interminável do capital como a acumulação interminável do poder político. (HARVEY, 2005, p.113)

A globalização financeira, ao interligar os sistemas financeiros nacionais, facilitou que esse processo de administração de crises fosse empreendido sem limites geográficos e possibilitou que ataques especulativos “instantâneos” forjassem as exportações das desvalorizações.

O quadro geral que surge é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chaves (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China) seja usar o poder especulativo para livrar o sistema da superacumulação mediante a promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis. São sem dúvida as populações desses territórios vulneráveis que têm que pagar o preço inevitável em termos de perda de ativos, perda de empregos e perda da segurança econômica, para não mencionar perda de dignidade e esperança (HARVEY, 2005, p. 112-3).

Assim, o controle de instituições supranacionais, como o FMI, pelo “complexo Wall Street-Tesouro estadunidense”, tornou o capital financeiro da “potência hegemônica em crise” capaz de projetar seu poder por todo o mundo mediante uma rede de outras instituições financeiras e governamentais; permitiu que o poder imperial avançasse

mundo afora espoliando populações inteiras para evitar a desvalorização dos seus capitais.

Os ajustes estruturais descritos anteriormente, não raras vezes, acontecem com a conivência de frações da classe capitalista dos países espoliados. Em detrimento do capital produtivo instalado, alguns capitalistas “nacionais” passam a lucrar com a dívida pública, com as privatizações e com a associação com os capitais internacionais

Além de buscar “mercadorizar tudo” os ajustes estruturais visam transferir a pressão do capital para trabalho. Quando atacados por uma crise, recorrentemente, constrói-se a idéia de que os benefícios sociais, os sistemas previdenciários sobretudo, são responsáveis pelo desequilíbrio das contas públicas. Com ampla campanha ideológica, as “políticas sociais benevolentes” e os gastos públicos (exceto os gastos com os juros da dívida) passam a ser responsabilizados pela crise, a despeito de, como mostra o gráfico abaixo, tendo o Brasil como exemplo representativo, haver grande desproporção entre gastos com os juros da dívida e políticas sociais.

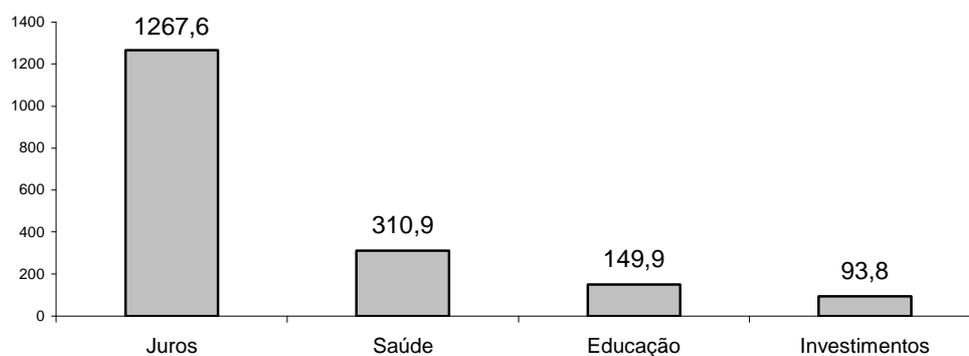


Gráfico 1 - Brasil: gastos acumulados com juros, saúde, educação e investimentos da União entre 2000 e 2007 (em R\$ bilhões)

Fonte: IPEA 2008

Em verdade, desde que, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, o neoliberalismo assumiu protagonismo, ou melhor, foi colocado como a única alternativa de desenvolvimento possível, invariavelmente, as políticas econômicas estatais (de

superávit primário e metas de inflação) passaram a subordinar as políticas sociais tornando-as variáveis de ajuste para a composição do superávit primário para pagamento dos encargos da nova fonte de acumulação, a dívida pública. Se, por algum motivo, o superávit primário está ameaçado, cortam-se gastos. Aliás, sem entrar no mérito da questão, o recurso à focalização das políticas sociais cumpre o papel de flexibilizar o orçamento público para garantir a composição do superávit primário para remunerar o capital financeiro.

Para efeito ilustrativo, segundo estudo de Pochmann (2003), em 2004, a carga tributária social do governo federal brasileiro (impostos e contribuições vinculados ao gasto social) representou 15,9% do PIB. Em 1995, esse número era 11,3%. Nesse intervalo de dez anos, o gasto social passou de 10,9% para cerca de 13,5% do PIB. Ou seja, a arrecadação social aumentou 40,7% enquanto a despesa social subiu 23,8%, possibilitando a elevação do superávit primário social do governo federal de 0,4% do PIB em 1995 para 2,4% do PIB em 2004, valor que correspondeu a 33,1% dos R\$ 128,3 bilhões comprometidos com o pagamento de juros da dívida pública naquele ano.

Considerando a metodologia anteriormente aplicada pelo IBGE para o cálculo do PIB, o estudo da UNAFISCO (2006, p. 12) aponta que:

A carga tributária cresce para cobrir o aumento dos encargos da dívida. Trata-se de uma constatação imediata da evolução dos gastos públicos em onze anos (1995 a 2005), já que somente esta rubrica – Encargos Especiais - cresceu em montante e proporcionalmente, de forma a justificar a ascensão da carga tributária. Se, por hipótese, extirpássemos essa rubrica do orçamento (44%), a carga tributária cairia dos atuais 39% para o patamar dos 26% do PIB, percentual aceitável para a economia brasileira. As rubricas de cunho social (incluindo a previdenciária) e de infra-estrutura vêm declinando proporcionalmente nos últimos onze anos e não justificam, em nenhuma hipótese, o crescimento da carga tributária, pois não pressionam o orçamento como deveriam. Do exposto, à luz da execução do orçamento, conclui-se que o efeito que sentimos no mundo real, do peso dos tributos, tem como causa invisível o volume dos encargos da dívida pública.

Corroborando com as conclusões da UNAFISCO, segundo estudo do IPEA (2008, p. 10),

Cabe breve referência sobre a qualidade do gasto público realizado. Se considerada a despesa acumulada pela União entre 2000 e 2007, nota-se, por exemplo, que o pagamento de juros com o endividamento público respondeu por próximo de 7% ao ano como média do total do PIB. Ademais de poder ser considerado como um gasto improdutivo, pois não gera emprego e tampouco contribui para ampliar o rendimento dos trabalhadores, termina fundamentalmente favorecendo a maior apropriação da renda nacional pelos detentores de renda da propriedade (títulos financeiros).

Deve-se atentar para o fato de que todas essas medidas espoliativas sequer arranham a barreira interposta à circulação do capital, apenas apresentam solução para que o capital superacumulado se aposses de ativo desvalorizado e coloque-o lucrativo por algum tempo. Mesmo quando inseridas relações sociais no âmbito da circulação do capital ou intensificadas relações, isso se faz em detrimento da capacidade de consumo da população, ou seja, inibe a realização dos lucros, o que aumenta as barreiras para a circulação do capital.

Como sugerido anteriormente em outra parte deste trabalho, apesar de não ter promovido a convergência de renda, o acesso à liquidez “inesgotável” permitiu que alguns países, dentre eles o Brasil e o México têm destaque, ingressassem lucrativamente em algumas linhas específicas de produção sobretudo as de tecnologia já madura, ou melhor, ultrapassadas como, por exemplo, as linhas de montagem do setor automobilístico. Com isso, a competição internacional no setor de manufaturados foi, por mais uma via, intensificada e o problema da capacidade redundante em determinadas indústrias exacerbado. Transferir essa capacidade produtiva para que capitalistas internacionais não significa que o problema da superacumulação tenha sido resolvido, a despeito de ter-se evitado momentaneamente a desvalorização do capital que não circula.

Isso tudo explica a ampla propaganda ideológica veiculada acerca da “ineficiência inerente” do Estado e sobre as relações de mercado convergirem “naturalmente” para o bem comum.

Enfim, de uma forma ou de outra, percebe-se no projeto neoliberal a “relação orgânica entre a reprodução expandida, de um lado, e os processos de espoliação por outro que tem moldado a geografia histórica do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 118). Esta relação orgânica é o cerne dos processos neoliberais de mercadorização de recursos e intensificação das relações capitalistas que determinou os caminhos da acumulação capitalista em fins do século XX e início do século XXI

5.3 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA SEM SUPERAÇÃO DA CRISE

Depois do aperto monetário que combalou muitas economias do Terceiro Mundo no início da década de 1980 e que serviu de ponte para a imposição dos ajustes estruturais, os EUA voltaram a praticar políticas econômicas mais frouxas: baixaram as taxas de juros, diminuíram os impostos sobre os lucros e aumentaram os gastos públicos. Com a volta dos déficits federais e a facilitação do crédito como forma de subsídio à demanda deprimida pelos arrochos salariais anteriores, o endividamento passou a ser ponto indispensável da estabilidade e expansão econômica internacionais. Eis a lógica: reduzir os salários e os benefícios sociais para descomprimir as taxas de lucro do capital e, na seqüência, incentivar o endividamento para compensar a queda da demanda decorrente da baixa dos salários, ou seja, aumentar a demanda sem aumentar os salários e, assim, descomprimir a taxa de lucratividade.

Se qualquer país periférico do mundo alcançasse o nível de endividamento que têm hoje os EUA, certamente o FMI já teria imposto programas de ajuste bastante rigorosos (espoliadores). Pouco vulneráveis a ataques especulativos à sua moeda, o Euro, alguns países europeus com problemas de déficits públicos menores que o estadunidense, os PIIGS, estão na iminência de serem forçados a adotar ajustes que preconizam o corte dos salários e benefícios sociais dos trabalhadores “para o bem da competitividade” dos países. Fica patente, pois, a ligação orgânica entre o FMI, o governo estadunidense e Wal Street (HARVEY, 2005).

Em suma, em lugar do remédio capaz de racionalizar a economia e recompor as taxas de lucratividade, porque amargo, uma após outra, as medidas adotadas convergiram para acrescentar mais meios de produção redundantes ao sistema. Sobre essa ambivalência, Brenner (2003, p.77) coloca:

O subsídio à demanda era sem dúvida necessário para manter o crescimento em uma escala internacional. Mas aumentar a demanda, os gastos deficitários e o crédito fácil permitiu que muitos fabricantes de produtos de alto custo e baixa lucratividade, que de

outro modo teriam falido, continuar no negócio e manter posição que em outro caso teriam sido finalmente ocupadas por produtores de bens de mais baixo custo e mais alta lucratividade. Quanto a isso, os remédios auxiliaram a perpetuar o excesso de capacidade e de produção, impedindo o rigoroso remédio do ajustamento, na verdade, a depressão, que historicamente limpava o caminho para novas expansões.

Mesmo quando a crise promoveu alguma racionalização do capital em alguns países, no contexto global, não houve um enxugamento em nível internacional. Enquanto a crise administrava o remédio nos EUA, o capital excedente japonês havia consolidado economias bastante fortes naquele lado do Planeta e os produtores asiáticos começavam a inundar o mundo com mais produtos de baixo preço pressionando ainda mais para baixo as taxas de lucratividade sistêmicas.

Se a entrada de produtores de baixo custo, por um lado, pressionava as taxas de lucro do capital manufatureiro, de outro ela foi interessante para o governo estadunidense porque, com preços mais baixos, contribuiu para que os EUA mantivessem suas taxas de inflação sob controle a despeito da baixa taxa de acumulação interna e dos altíssimos níveis de gastos públicos e privados, o que era feito a partir do crescente endividamento em vez do aumento dos salários ou impostos.

Em 1993, “liderada em assuntos financeiros por seu novo czar econômico, Robert Rubin, a administração Clinton, determinada a equilibrar o orçamento, completou a guinada para a austeridade monetarista iniciada mais de uma década antes” (BRENNER, 2003, p.88). Essa virada eliminou os déficits públicos, fator determinante na contenção da recessão nas décadas anteriores.

Sem os gastos públicos para puxar a demanda e equilibrar a economia, os investimentos privados ganharam importância na dinâmica da economia estadunidense e, por conseguinte, do mundo. Contudo, deve ser ressaltado, esses investimentos não estavam ligados ao retorno dos lucros obtidos à circulação, mas sim baseados em um crescente endividamento das empresas. Se, de um lado, os gastos públicos eram cortados, do outro, o crédito aumentava mais do que proporcionalmente para evitar uma retração dos níveis de consumo agregado.

A partir de meados da década de 1990, a despeito da permanência de uma grande capacidade produtiva excedente e das reduzidas taxas de lucratividade na economia como um todo, os números agregados da economia estadunidense e, por rebatimento, de boa parte do mundo, sugeriam que a crise havia sido superada e que o capitalismo seguia um renovado ciclo econômico de crescimento.

5.3.1 A recuperação econômica: um castelo de cartas sobre areia movediça

Com acesso fácil a um crédito barato (quase de graça), as empresas da “nova economia” buscaram tomar empréstimos para recomprar suas próprias ações, procederem a fusões e aquisições e assim forçar a valorização dos seus ativos financeiros mesmo sem realização de lucro. Com o seu patrimônio nominal aumentado, ficou ainda mais fácil para essas mesmas empresas tomarem mais empréstimos e manterem esse processo de valorização.

Citando Lênin e Hilferding, Carneiro (2007) sugere que a dimensão financeira permite escapar de modo temporário da crise cuja manifestação crucial é a superacumulação de capital cuja expressão concreta seria o excesso de capacidade produtiva que seria traduzida em declínio das taxas de lucro, em desaceleração da acumulação do capital. Na etapa em questão do capitalismo histórico, a grande liquidez gerada permitiu o “surgimento de grandes empresas através de fusão e cartéis e a união dos capitais industriais e bancário (financeiro) viabilizou para poucos empresários, a possibilidade de produção e difusão de uma nova onda de inovação tecnológica” (POCHMANN, 2008, p.6).

Estava montado um ciclo auto-reprodutor, uma bolha financeira que inflava rapidamente. Nas palavras de Brenner (2003, p.21),

expandindo-se o mais rapidamente possível por meio de fusões e aquisições, essas companhias esperavam ganhar a aprovação dos mercados de ações, elevar o preço de suas ações e assegurar os financiamentos necessários para ganhar com as economias de escala e a rápida inovação(...) Enquanto isso, com os “analistas de ações” ostensivamente independentes, garantiam a elevação da cotação dessas ações atraindo um público maior, que se deixava enganar, e promovendo essas companhias não por serem lucrativas, mas por crescerem em tamanho e, finalmente, até mesmo por terem implantado uma grande extensão de linhas de telecomunicações. Gratas, as companhias podiam assim recompensar os bancos de investimento oferecendo-lhes mais negócios ainda

Esse caminho era interessante tanto para os bancos, que aumentavam sua carteira de empréstimos inundando a indústria com mais fundos do que seria sensato investir praticamente “alimentado à força” a expansão e sedimentando o excesso de capacidade quanto para os executivos das empresas que tinham suas remunerações ligadas diretamente à valorização das ações das empresas que dirigiam. Sem conhecer os fundamentos da valorização, os acionistas também ficavam satisfeitos por verem o valor nominal dos seus ativos em rápido crescimento.

A segurança dos EUA e seu domínio financeiro nos negócios do mundo estavam garantidos. A explosão dos valores dos ativos no interior do país e a ascensão da “nova economia” erigida em torno de ganhos de produtividade supostamente fortes e toda uma teia de empresas virtuais (dot.com) mantinham a economia estadunidense com um crescimento rápido o bastante para arrastar o mundo na obtenção de taxas respeitáveis de acumulação de capital. O consumismo, a regra de ouro da paz interna dos EUA, sofreu uma expansão em níveis estonteantes tanto no país como em outros centros do capitalismo avançado. (HARVEY, 2005, p.63-4)

Com acesso ao crédito tão facilitado, sobretudo as empresas de alta tecnologia empreenderam uma rápida acumulação de capital investindo pesadamente em capital fixo. Como anteriormente colocado, esses investimento não foram feitos com o retorno do lucro à circulação, mas sim a partir de um endividamento sem precedentes. Nas palavras de Brenner (2003, p.21)

o mercado de ações, antecipando os lucros que poderiam ser gerados pela tecnologia da nova economia, alimentou à força o *boom* ao direcionar fundos de investimento para as melhores corporações nos setores mais promissores que são de tecnologia, mídia e telecomunicações. Essas empresas foram então capacitadas – por meio de ações com preços extremamente inflados, que indicava, ostensivamente seu potencial de rendimento – a financiar uma rápida acumulação de capital em vez de realmente gerar lucros. Fizeram isso obtendo empréstimos colateralizados aparentemente por seus valores estimados de mercado, ou emitindo ações.

Com acesso a financiamentos praticamente a custos zero, houve um *boom* nos investimento das empresas de alta tecnologia. Contudo, é preciso ter em mente que esse *boom* dos investimentos não resultou de lucros crescentes, efetivos ou potenciais, mas do acesso das corporações a financiamentos essencialmente de custo zero, uma cortesia da informação desorientada provida pelos mercados de ações.

Tão impressionante foi esse processo que, em 2000, “o ápice da alta do mercado de ações”, a despeito de as companhias de telecomunicações terem produzido menos que 3% do PIB, o valor de suas ações em circulação alcançou US\$ 2,7 trilhões, quase 15% da soma para todas as corporações não-financeiras dos EUA. Com um aparente colateral tão grande, as empresas de telecomunicações puderam contrair empréstimos ilimitadamente

para, em parte, expandir sua capacidade física. Resultado: consolidação de capacidade produtiva excedente e gigantesco excesso de oferta¹⁹.

Dessa forma, o setor de telecomunicações e todos os outros da Nova Economia, com a expansão da capacidade física “alimentada à força” pela bolha financeira somaram capacidade produtiva a um sistema já saturado.

Quando privados do impulso do “efeito riqueza” da rápida subida das ações com o estouro da bolha “Nasdaq”²⁰, a economia real foi empurrada para baixo pelo imenso excedente de instalações físicas, equipamentos e software produzidos durante o *boom* de investimentos estimulado pela bolha. As telecomunicações tinham respondido por uma fatia tão desproporcional do crescimento da capitalização de mercado e da acumulação de capital que o estouro da bolha teve reflexos por toda a economia nos últimos anos da expansão, e por essa razão os efeitos do colapso do setor foram imensos²¹.

Em 2002, as ações de telecomunicações perderam 95% do seu valor, do que resultou o desaparecimento de aproximadamente US\$ 2,5 trilhões de capitalização do mercado. Como era de esperar, o efeito riqueza inverso foi gigantesco. A reação em cadeia por toda economia decorrente do estouro da bolha respondeu por cerca de um quarto do declínio do crescimento econômico entre a primeira metade de 2000 e a primeira metade de 2001, e por isso, numa medida “monstruosamente” desproporcional, pela entrada da economia em recessão em 2001 (BRENNER, 2003, p.26).

O colapso da tão celebrada “nova economia” num amontoado de empresas “virtuais” falidas nos EUA, a que se seguiram escândalos contábeis que revelaram dramaticamente que o capital fictício poderia permanecer irresgatável, não só solapou a credibilidade de

¹⁹ A taxa de utilização das redes de telecomunicações girava à época em torno de 2,5-3%, a dos cabos submarinos, 13% (BRENNER, 2003, p.22).

²⁰ O NASDAQ: National Association of Securities Dealers Automated Quotations (Sistema Eletrônico de Cotação da Associação Nacional de Intermediários de Valores)

²¹ “Ao final de 2001, o índice Nasdaq dominado por empresas de tecnologia e de Internet, sede central da disparada das ações, tinha decrescido em 60% de seu pico do início de 2000. O S&P 500 era território de especulação, caindo em mais de 20% de seu ponto alto. Cinco trilhões em ativos desfizeram-se como fumaça” (BRENNER, 2003, p. 315).

Wall Street, mas pôs em questão o relacionamento entre o capital financeiro e a produção. A ameaça de uma desvalorização exagerada do capital estava pairando e, com a queda dos ativos, havia sinais tangíveis de ela já estar se realizando (de modo mais dramático com respeito aos fundos de pensão, que se viram em crescentes dificuldades para atender a suas obrigações).

Como resposta, o FED mais uma vez facilitou o acesso e barateou ainda mais o crédito. Seu objetivo de curto prazo, estimular o consumo para evitar a espiral descendente da economia, foi bem sucedido. A disponibilidade de crédito barato possibilitou, durante a recessão, que os empréstimos anuais das famílias crescessem, especialmente através do refinanciamento de hipotecas.

Assim, em socorro dos capitalistas em crise, o governo estadunidense, com suas políticas de juros baixo, crédito barato e desregulamentação financeira, contribuiu para a permanência de uma capacidade produtiva redundante e, pois, para a permanência da barreira erguida para a inauguração de um novo ciclo econômico de crescimento econômico sustentado.

A partir dessas políticas ocorreu o que Brenner atribui ser a principal responsável pelo crescimento do PIB dos EUA, e do mundo, desde o primeiro trimestre de 2001: a cadeia causal que parte do crescimento dos empréstimos tomados pelas famílias, passa pelo crescimento dos gastos de consumo e leva à estabilização dos estoques. Evidentemente, o crescimento da China e sua demanda crescente também têm algum peso importante nesse crescimento sistêmico.

Tendo como base resgatável apenas a primeira hipoteca dos imóveis residenciais das famílias, contando com um sistema financeiro amplamente desregulamentado, os bancos estadunidenses multiplicaram inúmeras vezes os empréstimos usando novos artifícios e produtos financeiros. Isso, segundo Mészáros (2009, p.26),

(...) permitiu à Fannie e ao Freddie operarem com minúsculas quantias de capital. Os dois grupos possuíam um core capital (como definido pelo seu regulador) de US\$ 83,2 bilhões no fim de 2007; isso suportava US\$ 5,2 trilhões de dívidas e garantias, uma taxa de alavancagem de 65 para 1 (!!!). Segundo a CreditSights, um grupo de investigação, a Fannie e o Freddie foram contrapartidas em transações com derivativos – relacionadas com as suas atividades de hedging – cujos valores eram de

US\$ 2,3 trilhões. Nunca seria permitido a um banco privado ter um balanço tão altamente alavancado, nem por isso o qualificaria para a máxima classificação de crédito AAA. (...) Eles utilizaram o seu financiamento barato na compra de ativos de rendimento mais alto

A base real dessa multiplicação que sustentava, com base no endividamento, o “ciclo virtuoso de crescimento econômico recente” se mostrou frágil: a instabilidade das relações trabalhistas, a queda do poder aquisitivo das famílias e o aumento do desemprego fez instável todo o castelo de empréstimos financeiros. A instabilidade de suas fundações ficou evidente na última grande crise financeira que se desenrola desde 2007. Tão interligados estão os sistemas financeiros que a crise se espalhou por todo o mundo, com maior ou menor intensidade.

Como a China detém um sistema financeiro basicamente estatal e regulamentado, manteve sua rota de acumulação sustentada, sofrendo apenas marginalmente com a crise em decorrência da retração das suas exportações. Muito disso se deve ao fato de seu crescimento ser baseado, em grande medida, nos investimentos públicos em infraestrutura-estrutura, ou seja, por estar-se ainda em processo a ordenação espaço-temporal. Isso, inclusive, é indício importante de que ordenação espaço-temporal em curso no território chinês, esteja contribuindo para apresentar fôlego ao capitalismo enquanto imobiliza parte do excedente em investimentos de longo prazo. Aliás, o crescimento chinês em alguma medida suavizou os efeitos deletérios da crise financeira sobre a economia real.

Enfim, mais uma vez, a política montada pelo governo estadunidense permitiu um ciclo de recuperação do crescimento sem superação das barreiras à circulação. Ao desregulamentar o sistema financeiro, montar um ciclo de valorização dos ativos financeiros descolado do desempenho dos dividendos reais e permitir um nível de endividamento privado sem precedentes em um contexto de grande instabilidade das relações trabalhistas, o governo estadunidense alimentou uma rápida e excessiva acumulação de capital na nova economia. Assim, o que poderia ser uma alternativa de criação de novas “necessidades” e, pois, fonte de crescimento e acumulação, ficava, desde o início, obstaculizada também por um excesso de capacidade produtiva instalada.

As famílias tentavam manter seus padrões de consumo de tempos em que o governo preconizava o pleno emprego, não a precarização das relações trabalhistas como estratégia de desenvolvimento. Em uma sociedade extremamente consumista em que cada vez mais há uma polarização de classe, tendo como espelho a classe mais alta da sociedade que cada vez ficava mais “alta”, a despeito do crescimento do desemprego e da perda real dos salários e benefícios nos últimos anos, as famílias estadunidenses aumentaram ainda mais o seu já elevado consumo.

O efeito riqueza induzido pela disponibilidade de crédito e aumento das possibilidades de endividamento, levou a um crescimento na demanda das famílias. Esse crescimento, por sua vez, levou a que as empresas de alta tecnologia empreendessem novas rodadas de investimento em capital fixo (BRENNER, 2003). A bolha financeira e a facilidade de crédito convergiram, portanto, para induzir acréscimos de capacidade produtiva na indústria de alta tecnologia e, por soma, na indústria de manufaturados como um todo aumentando, por conseguinte, a barreira para a circulação do capital e inserindo outra barreira potencialmente explosiva: o elevado nível de endividamento dos consumidores em um contexto de enorme instabilidade das relações trabalhistas.

De acordo com Harvey (2005, p.23) a cultura consumista é a “regra de ouro” que mantém coesa a sociedade “imigrante extraordinariamente multicultural movida por um inflexível individualismo competitivo” dos EUA. Por isso, o estímulo ao endividamento privado em uma época de baixos salários e relações trabalhistas deveras instáveis cumpre o papel de colaborar para a manutenção da ordem interna e de legitimação do poder. Contribui também para a instabilidade interna a inexistência de um “inimigo externo” que mantenha forte o sentimento nacionalista que mantém unido aquele “povo individualista ao redor de uma bandeira”. Por isso, em substituição à ameaça comunista, tenta-se arditosamente fabricar ameaças externas, agora, a ameaça terrorista/árabe para mobilizar o nacionalismo e manter coesa uma sociedade que tem grande potencial disruptivo.

Dado o grande peso da economia estadunidense e a grande participação do consumo na sua dinâmica, o crescimento do consumo agregado dos EUA, somado ao crescimento estonteante da economia chinesa, vem puxando o crescimento da economia mundial.

Pode-se dizer, portanto, que parte significativa do mais recente ciclo econômico de crescimento que o mundo foi sustentado pelo endividamento público e privado dos EUA e pela ordenação física do território chinês, já que os investimentos em capital fixo puxam essa economia.

Da mesma forma que o crescimento do consumo estadunidense tem efeito positivo na economia mundial, uma retração daquele país tem o potencial de trazer efeitos inversos proporcionais. O castelo de cartas está montado: com um crescimento baseado no endividamento, por sua vez baseado no aumento “artificial” do valor das ações e no refinanciamento sucessivo das hipotecas, uma crise no mercado de ações e imobiliário e seu efeito riqueza inverso, ao promover uma reaproximação do valor das ações e imóveis em relação aos lucros e valores reais, tem o potencial de colocar o ciclo econômico expansivo estadunidense e, por conseguinte, mundial em xeque.

Do outro lado, se os investimento da ordenação física chinesa não se realizarem, se seus valores não forem transmitidos para a produção e essa produção não for vendida, todo aquele capital financeiro que financia a construção da infra-estrutura chinesa será desvalorizado ou o Estado chinês passará a arcar com o peso dos juros dessa dívida e reduzirá, por conseguinte, os seus investimentos reduzindo a velocidade de crescimento do país correndo o risco de pôr sob risco a própria legitimidade do regime.

Precisamente pelo fato de o FED ter conseguido expandir apenas os gastos de consumo, os fundamentos do crescimento econômico estadunidense continuam bastante fragilizados. Na posse de uma enorme capacidade ociosa, as corporações do setor de manufaturados têm pouco incentivo para investir.

Arrighi (2008) concorda com a análise de Brenner (2003) sobre a persistência de uma capacidade redundante mesmo durante o último ciclo econômico, contudo diverge sobre a estratégia de reação das empresas. Enquanto Brenner sugere que as empresas da nova economia reinvestiram o lucro financeiro da valorização dos ativos na expansão da capacidade instalada, para Arrighi, as empresas tenderam prioritariamente a mantê-lo sob a forma mais líquida, e não imobilizá-lo em mais capacidade física produtiva. Nas palavras do próprio Arrighi (2008, p.150)

As próprias empresas não-financeiras aumentaram drasticamente o investimento em títulos financeiros com relação ao investimento em instalações e equipamentos, e tornaram-se cada vez mais dependentes das fontes de receita e de lucro financeiro com relação aos ganhos obtidos com atividades produtivas. É especialmente significativa a descoberta de Krippner de que a indústria não só domina como conduz essa tendência à financeirização da economia não-financeira

Apesar de se dizer contrário à tese de Brenner sobre as empresas reinvestirem as rendas financeiras em mais capital fixo, Arrighi explicitamente concorda sobre a existência de capacidade excedente também nas indústrias da “nova economia”. Justamente por terem já meios de produção supérfluos é que, segundo ele, ao invés de investirem em mais capital fixo, elas desviaram seus capitais “para a acumulação nos canais financeiros”.

Se Arrighi concorda com a existência de capacidade excessiva, é porque, necessariamente, acredita ter havido investimento excessivo em período anterior também nessas indústrias. Assim, entende-se, Arrighi concorda fundamentalmente com a análise de Brenner sobre a existência de um excesso de capacidade instalada e de competição, dentro do contexto de disputa hegemônica, terem sido fundamentos centrais que pressionavam as taxas de lucro e, pois, que inibiam a acumulação de capital pela circulação, inclusive nas indústrias da “nova economia”.

Retomando a questão da espoliação, é preciso ter em conta que a manutenção de capital líquido e a disponibilidade inesgotável de liquidez no sistema financeiro dos países centrais permitem que as empresas não só fujam do “massacre do valor do capital” como também tenham liberdade financeira suficiente para adquirir o patrimônio “dos clientes e dos fornecedores de empresas menos prudentes e “irracionalmente exuberantes” que continuam a “afundar seu fluxo de caixa em capital fixo e em mercadorias” (ARRIGHI, 2008, p.151).

Esse patrimônio adquirido não está restrito aos ativos dos agentes privados “irracionalmente exuberantes” que, por isso vêem seus ativos desvalorizados, mas, como discutido anteriormente, abrange espaços liberados pelos ajustes estruturais em países periféricos que criam mercado ao desalojar o Estado de espaços econômicos potencialmente lucrativos e inserir relações no circuito do capital.

Como coloca Mészáros (2009, p. 105):

Ao longo de sua evolução, nas últimas três décadas, o capital teve de pôr de lado as “concessões” do Estado de bem-estar social, anteriormente concedidas aos trabalhadores. É preciso notar que não precisou pagar absolutamente nada na época que o Estado de bem-estar social começou a existir, já que as alegadas “concessões” faziam parte das dinâmicas da expansão do capital despreocupada e altamente lucrativa do pós-guerra. O insensível espírito do neoliberalismo redefiniu a orientação estratégica da ordem instituída, colocando em prática políticas cada vez mais exploradoras e repressivas, ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital e por sua cínica justificação ideológica.

Para Arrighi, como já dito, as expansões financeiras são mesmo os “sinais de outono do ciclo hegemônico”. É sinal de outono porque, não conseguindo orquestrar os acordos que inflam o poder coletivo, perdendo competitividade produtiva, os Estados hegemônicos recorrem à financeirização para facilitar a divisão do fardo da crise e a exportação de desvalorizações.

No curto prazo (o que pode significar décadas), as expansões financeiras tendem a estabilizar a ordem existente porque permitem que os grupos hegemônicos repassem para os grupos subordinados nacionais e internacionais o peso da intensificação da concorrência que ameaça sua hegemonia. Sobre o ciclo estadunidense, Arrighi (2008, p.171) coloca: “foi isto o que aconteceu no processo em que o governo dos EUA conseguiu transformar a financeirização do capital de fator de crise da hegemonia norte-americana durante a década de 1970 para fator de reflação para a riqueza e para o poder dos EUA”.

Contudo, porque desvia recursos da circulação e subtrai, por conseguinte, capacidade de demanda, no longo prazo, as expansões financeiras criam a instabilidade que caracteriza a “fase terminal do ciclo hegemônico”. Nas palavras do próprio Arrighi (2008, p.172):

Com o tempo as expansões financeiras tendem a desestabilizar a ordem em vigor por meio de processos que são tanto sociais e políticos quanto econômicos. Em termos econômicos, elas desviam sistematicamente o poder de compra do investimento em commodities (até mesmo a força de trabalho), criador de demanda para a acumulação e a especulação, exacerbando assim os problemas de realização dos lucros. Em termos políticos, tendem a se associar ao surgimento de novas configurações de poder, que minam a capacidade do Estado hegemônico dominante de se aproveitar da intensificação da concorrência em todo o sistema. E, em termos sociais, trazem consigo a redistribuição maciça de remuneração e de deslocamentos sociais, que tendem a provocar movimentos de resistência e rebelião nos grupos e nos estratos subordinados, cujos modos de vida tradicionais sucumbem ao ataque.

Independentemente do acréscimo adicional, ou não, de capital fixo devido à recente bolha financeira, é fato a existência de mais capital do que as possibilidades lucrativas de investimento oferecidas e é fato a compressão da capacidade de demanda dos trabalhadores, ou seja, de realização de lucros dos capitais. Nos termos usados por Arrighi (2008): há mais capital do que suporta “arcabouço social instituído sob o ciclo estadunidense de acumulação”.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho, espera-se, cumpriu o objetivo de confirmar a validade na prática hodierna da lógica que liga a acumulação às crises e estas aos ajustes espaciais. Conclui-se, portanto que, tal como previsto teoricamente, há uma ligação orgânica entre o longo crescimento econômico do pós-guerra, a crise estrutural de superacumulação e a reação capitalista na forma dos ajustes estruturais sob égide do projeto neoliberal.

Entendida essa lógica, torna-se evidente que, a despeito de serem tomadas por conjunturais, as diversas crises localizadas por que passou o sistema capitalista nas últimas décadas, inclusive a crise da dívida do Terceiro Mundo e a mais recente crise financeira iniciada nos EUA, são manifestações da crise estrutural de superacumulação resultante do processo de acumulação anterior.

Em verdade, chega-se à conclusão de que, excedo a citada crise financeira de 2007-2008, foram parte da estratégia orquestrada pelos países centrais para exportar a desvalorização para países mais vulneráveis aos ataques especulativos do capital financeiro e, assim, por meio de uma típica acumulação por espoliação, dar vazão ao seu capital que não mais encontrava alternativas de investimento lucrativo nos seus próprios territórios.

É justamente nesse contexto de um capitalismo espoliativo que se encaixa o projeto neoliberal. Travestindo-se seus preceitos com uma suposta neutralidade científica, o neoliberalismo pregou a superioridade das relações de mercado para abrir novas rotas de acumulação e intensificar outras tantas relações capitalistas, inclusive as relações trabalhistas que foram sobremaneira precarizadas.

Partindo de uma análise sobre lógica da acumulação capitalista, buscou-se entender os fundamentos internos do sistema que o fazem tender inexoravelmente à crise para poder compará-los com realidade concreta do desenvolvimento capitalista dos últimos tempos. Fazendo isso foi possível evidenciar como o sucesso do longo *boom* do pós-guerra havia gestado as contradições que hoje obstaculizam a reprodução ampliada do capital na produção e, pois, concluir sobre a natureza estrutural da crise.

Com o mesmo intuito, para entender as respostas à crise em sentido de criar novas oportunidades de investimento lucrativo, foi preciso entender como a dialética interna da acumulação capitalista faz imperativo ao capital expandir sua abrangência para evitar sua desvalorização. Dessa forma foi estabelecida a relação lógica que liga a crise aos ajustes espaciais com recurso às práticas imperialistas para renovar as condições para a acumulação capitalista. Em termos concretos, conclui-se haver ligação orgânica entre o longo *boom* do pós-guerra, a crise de superacumulação iniciada nos anos 1970 e entre esta e as práticas neoliberais.

Para evitar a desvalorização do capital que não encontra alternativa de investimento no seu próprio território, os países centrais, já com elevado grau de financeirização das suas economias, orquestram e administram crises em países em posição inferior na hierarquia de poder do sistema para que esse capital possa tomar-lhes os ativos desvalorizados e pôlos para circular lucrativamente. Eis, em linhas gerais, os fundamentos das manifestações das sucessivas crises financeiras e dos ajustes estruturais impostos a diversos países nas últimas décadas que dão vez à acumulação por espoliação tal qual descrita por Harvey.

Para entender os determinantes do momento histórico em tela, foi feita uma pesquisa exploratória em trabalhos de três autores que discutem o assunto a partir de conceitos e categorias ligados ao materialismo histórico: Harvey, Brenner e Arrighi. Analisando as obras desses autores, entende-se: elas mais se integram e se complementam do que divergem e se negam.

Os três sugerem que os investimentos diretos estadunidenses no Japão e na Europa ocidental foram o estopim da rápida acumulação do pós-guerra. Não estão completamente de acordo, contudo, no que tange à motivação principal desses investimentos, se predominantemente políticos ou econômicos, mas concordam sobre os determinantes da crise serem internos à lógica da acumulação capitalista, o que significa que concordam sobre o próprio sucesso da acumulação durante a “Era de ouro” ter gestado as contradições que passaram a obstaculizar a reprodução expandida do capital na circulação.

De alguma forma, entende-se, as interpretações tanto de Harvey quanto de Brenner sobre o desenvolvimento da crise estão contidas na explicação de Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de hegemonia. Este interpreta a exportação de capital estadunidense como uma variável da política de contenção do comunismo e consolidação das práticas capitalistas mundo afora, ou seja, como parte da política de afirmação hegemônica do país. Arrighi, inclusive, sugere que a formação de competidores eficientes e o fortalecimento da classe trabalhadora, os dois pontos que ele identifica como determinantes da queda da lucratividade nos anos 1970, foram custos previstos das prioridades políticas dos Estados Unidos.

Sem perder de vista os aspectos políticos, Harvey defende que o capital estadunidense, vendo escasseadas as possibilidades de investimento lucrativo no próprio território, precisava, sob pena de desvalorização, buscar novas rotas de investimento. Nesse intuito, com amplo apoio do seu Estado, esse capital foi, de diferentes maneiras, investido na ordenação de territórios estrangeiros em sentido de prepará-los para serem incluídos no circuito de acumulação capitalista.

Enfim, o que, para Harvey, foi imperativo econômico – exportar capital redundante para evitar sua desvalorização – para Arrighi, foi parte da estratégia política estadunidense de consolidação, do “mundo livre” (leia-se capitalismo) e, pois, de sua hegemonia no moderno sistema mundial. Deve-se ter claro, contudo, que Harvey admite haver relação recíproca entre o poder econômico do capital e o poder político do Estado. Sendo assim, evitar a desvalorização do seu capital era imperativo também para que Estado estadunidense mantivesse e pudesse expandir seu poder político. A recíproca é verdadeira: a expansão do poder político também é condição necessária para a expansão do poder econômico de um país, posto que garante o recurso às práticas imperialistas que podem internalizar a cada momento específico do desenvolvimento capitalista as rendas monopolistas das atividades centrais.

Brenner, explorando uma vastidão de dados empíricos, mostra que, enquanto o comércio internacional esteve relativamente fechado, as indústrias estadunidenses verticalmente integradas investiam no exterior para explorar condições que não estavam mais postas no

território dos EUA, especialmente a existência de uma mão-de-obra latente mobilizável a baixo custo. Ao invés do comércio, portanto, os IED auxiliavam a superar o protecionismo daqueles países, protecionismo esse, aliás, que teve papel importante nas taxas de acumulação do período. Esse relativo “atraso socioeconômico” referente à disponibilidade de recursos produtivos que conferia as vantagens de custo, em um contexto internacional deveras cooperativo, possibilitou altas taxas de lucro e de acumulação naqueles territórios.

A análise de Harvey se aproxima da de Brenner quando coloca que a ordenação dos territórios, quando bem-sucedida, acaba por criar competidores para o próprio capital que deu vez àquela ordenação. A visão de Arrighi é mais abrangente. Para ele esses determinantes econômicos são parte integrante das políticas de afirmação hegemônica; assim como ocorre com a acumulação, o sucesso da afirmação de hegemonia desgasta as vantagens que fazem do país o líder do sistema também em termos políticos e mesmo culturais. Dessa forma, a política de afirmação hegemônica dos EUA, que continha a exportação de capitais, desgastou não só a supremacia econômica como também a capacidade de conduzir o mundo hegemonicamente.

Em decorrência do sucesso dessa política, ocorreu o “aumento da densidade e volume do sistema” de tal forma que saturou o “arcabouço social instituído” debilitando a capacidade do país de conduzir o sistema com base no consentimento dos liderados. A própria vitória na Guerra Fria determinou a extinção do “princípio organizador” da política estadunidense. O fim da “ameaça comunista” fez desaparecer o motivo principal da aceitação da liderança estadunidense. Sem uma ameaça externa, o papel de polícia do “mundo livre” perdia sentido.

Enfim, explorando as interpretações dos três autores supracitados em perspectiva com a análise marxiana da “lei geral da acumulação” conclui-se: é evidente a aplicabilidade da “lei geral da acumulação” ao momento histórico do capitalismo que vai da acumulação da “Era de Ouro” à crise estrutural de acumulação de agora.

O desgaste da capacidade de conduzir o sistema com base no consentimento não desfaz a posição de líder, apenas impõe um novo sentido à liderança: de liderança baseada no

consentimento dos liderados para uma liderança baseada na coerção. Submetidos a uma enorme assimetria de poder, em posição de fraqueza, ficava difícil para os países periféricos negarem o sentido político-econômico imposto pelos países centrais .

Por meio de práticas tipicamente imperialistas, buscou-se através de ajustes estruturais oferecer novas rotas de investimento ao capital superacumulado desalojando o Estado de atividades potencialmente lucrativas para que fossem prontamente absorvidas por preços mais baixos, além de desregular o mercado de trabalho para oferecer reduções de custo. Nesse bojo, a dívida pública tornou-se fonte de acumulação capitalista e os serviços e bens públicos foram mercadorizados e/ou privatizados. Eis a lógica recente que permitiu a penetração do capital em novas esferas de atividades.

A partir da adoção do projeto neoliberal, o superávit primário e o controle inflacionário passaram a subordinar as políticas sociais nos outrora chamados países subdesenvolvidos, que viraram variáveis de ajuste para consolidar a economia necessária para pagar os juros da dívida aumentados pela política de juros altos para controlar a inflação.

Em detrimento da parcela mais pobre da população, a parcela que mais necessita dos bens e serviços públicos, o Estado cedia espaço para as relações de mercado: no vácuo do ensino público, entram as entidades privadas de ensino; em lugar da previdência pública, os fundos privados de pensão; em lugar da segurança pública precarizada por causa dos cortes nos gastos sociais, empresas de segurança privada; em lugar dos servidores públicos, empresas de terceirização; em lugar dos investimentos públicos em infraestrutura, as parcerias público-privadas (com garantia de retorno mínimo ao capital), etc.

De uma forma ou de outra, o fato é que os países centrais evitaram a desvalorização do capital abrindo rotas de investimento por meio da “acumulação por espoliação” na qual a financeirização da dívida pública teve papel determinante. Ficava evidente a capacidade do capital financeiro de, por meio da dívida pública, exercer pressão sobre o poder político dos Estados também na realidade mais recente.

Esse processo tem uma seqüência lógica: para exportar a desvalorização do capital (em substituição à desvalorização do seu próprio), foram orquestrados ataques especulativos

que desencadearam crises localizadas. Com auxílio dos organismos supranacionais que vieram “em socorro”, com destaque para o FMI, foram impostos ajustes estruturais com a finalidade precípua de desvalorizar os ativos dos países atacados para desalojar o Estado de atividades potencialmente lucrativas para que o capital se apropriasse delas a “preço de banana” e pudesse pô-las imediatamente para circular lucrativamente. A dívida pública passou, assim, a ser fonte de acumulação de capital garantida pela única “política responsável” e ponte para que o capital financeiro pudesse exercer pressão sobre o poder político.

Por isso, conclui-se: de um lado, a acumulação por espoliação determinada pelos ajustes estruturais apresentou alternativa de investimento ao capital superacumulado e, de outro, a precarização das relações trabalhistas, além de reduzir o custo do capital, reafirmou o poder da classe capitalista, o que é confirmado pela crescente concentração da riqueza em favor do capital e em detrimento das rendas do trabalho desde a implantação do projeto neoliberal.

Quando se percebe o papel do capital financeiro nesse processo e a cadeia de acontecimentos que vai das crises aos ajustes estruturais, percebe-se a aplicabilidade da ligação lógica entre a acumulação, a crise de superacumulação, a financeirização da economia e os ajustes espaciais com recurso às práticas imperialistas.

Esse sentido espoliativo das práticas imperialistas neoliberais foi ocultado por uma redoma ideológica pintada com as cores da neutralidade científica. Com amplo respaldo da grande mídia e de grandes centros do pensamento mundial – concentrados nos países centrais que viam seu capital redundante na iminência de ser desvalorizado – e com a conivência de frações da classe capitalista dos países, foi construída uma imagem de superioridade das relações de mercado como parte estratégia para justificar ideologicamente a mudança de objetivos do Estado: em lugar de promover o pleno emprego e o bem-estar social, promover e garantir um adequado ambiente de negócios.

Uma via alternativa posta como solução da crise, que não foi planejada, mas surgiu em momento deveras conveniente, é a ordenação do território chinês iniciada em seu processo de liberalização economia no final da década de 1970. Tal como previsto na

teoria da ordenação espaço-temporal de Harvey, as reformas chinesas apresentam solução à crise, ao menos são um paliativo, tanto por retirar capital da circulação imediata e imobilizá-lo na construção das infra-estruturas físicas e sociais adequadas à circulação do capital, quanto pela inserção de elementos, antes externos, ao circuito de acumulação capitalista.

Graças ao seu passado anti-sistêmico, dotado de uma capacidade de planejamento sem semelhante entre as grandes econômicas, a ordenação do território chinês ocorre de maneira bastante diferente em relação ao padrão de inserção dos países periféricos.

No primeiro momento das reformas os capitais que migravam para o território chinês iam em busca, tal como fazem nos países periféricos, de vantagens de custo, especialmente as relativas à força de trabalho. Contudo, progressivamente, foram sendo instaladas vantagens monopolistas de ponta no território chinês: disponibilidade de mão-de-obra altamente especializada (engenheiros e técnicos, por exemplo), sistemas de pesquisa eficientes, sistemas de inovação e desenvolvimento tecnológico, etc. . Não sem motivo, portanto, as empresas transnacionais instalam seus centros de pesquisa e desenvolvimento em território chinês. Eis os fundamentos que fazem com que a economia chinesa e seu poder político, em processo de reforço recíproco entre a ascensão do seu poder econômico e poder político, passem, hoje, a desafiar a estratificação da hierarquia capitalista estabelecendo, inclusive, novas relações de complementaridade com as economias do leste asiático, sobretudo.

As dimensões geográficas e demográficas da China, aliadas à capacidade de planejamento do seu Estado e ao seu relativo atraso socioeconômico, fazem crer que as condições para a acumulação capitalista naquele país estarão postas por um longo período. Contudo, é preciso ter em mente, a acumulação chinesa não nega a “lei geral da acumulação”, nem inaugura um novo padrão de acumulação e consumo, ao contrário, parece inserir-se perfeitamente no padrão estabelecido. Sendo, assim, se continuar tão bem-sucedida quanto tem sido nas últimas três décadas, posto que ela se desenvolve necessariamente sobre determinantes inerentemente contraditórios, em mais ou menos tempo, desgastará as suas próprias condições necessárias à circulação do capital e tornará

seu território também recipiente de capital redundante que precisara, sob pena de desvalorização, aplicar novos ajustes espaciais.

Dessa forma, conclui-se: no longo prazo, o sucesso da ordenação chinesa, que hoje representa um fôlego extra ao sistema, fará com que a crise de superacumulação ganhe abrangência e força aumentando ainda mais o “volume e a densidade do sistema” e, pois, da crise.

Fica, assim, patente que tanto a inclusão do território chinês quanto a corrida por substituir relações diversas por relações de mercado no bojo das reformas neoliberais, concorrem para reduzir as possibilidades futuras de ajustes externos capazes de evitar a desvalorização de um montante de capital que cresce enquanto se evita o “remédio amargo da desvalorização”. Assim,

(O) capitalismo apenas consegue escapar da própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado novo espaço para a acumulação. Se o modo de produção prevalecer em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções) (Harvey, 2006, p.64)

Enfim, a dialética interna do capitalismo, também na China, assegura que a acumulação capitalista move-se em contradições constantemente superadas, mas, no mesmo momento, situadas. Há, pois, uma ligação lógica geral que une a acumulação, as crise e os ajustes espaciais através de práticas imperialistas, o que na realidade concreta recente descrita nesse trabalho representa a ligação estabelecida entre o longo crescimento do pós-guerra, a crise estrutural de superacumulação e o projeto neoliberal, acrescido do ajuste chinês.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cláudia. Reforma que fez a China abraçar o mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-3. 30 jul. 2006.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ARRIGHI, Giovanni; HUI, Po-keung; RAY, Krishnendu; REIFER, Thomas Ehrlich. Geopolítica e altas finanças. IN: ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. (Org). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly; BREWER, Benjamin. Globalization, and the Persistence of the North-South Divide. **Studies in Comparative International Development**, 2003, Vol. 38, p. 3-31.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.

_____. A ilusão do desenvolvimento. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

_____. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BEHRING, Elaine R., **Política social no capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BELLUZZO, Luis Gonzaga, CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração perversa. **Política Econômica em Foco**, Campinas, n.1, mai-ago. 2003

BELUZZO, Luiz Gonzaga. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CANUTO, Otaviano. **A insustentável leveza da economia: a nova economia carrega enorme potencial de aumento tanto na produtividade quanto na concentração da renda**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo87.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

CASTRO, Jorge de; RIBERIRO, José; CHAVEZ, José; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Hellene. Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-

2005. Brasília, 2008. Texto para discussão IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br. Acesso em: 15 dez. 2008.

CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração periférica. **Texto para discussão IE/UNICAMP**, Campinas, n.126, jul, 2007.

CESARIN, Sergio. El factor China em los nuevos equilibrios regionales. Seminário China Desafio e Perspectivas, Brasília, abr. 2008.

CLIFF, Tonny. **State Capitalism in Russia**. Disponível em: <www.marxists.org/archive/cliff/works/1955/statecap/index.htm>. Acesso em: 20 set 2005.

DUPAS, Gilberto. China: Dimensões estratégicas. **III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Rio de Janeiro: FUNAG, p. 213-238, 2008.

FISHMAN, Ted C. **China S.A.:** como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

GONÇALVES, R. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, I. (Org.) O desmonte da nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Vagão descarrilhado:** o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record 2002.

HART-LANDSBERG, Martin; BURKETT, Paul. China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle. **Monthly Review Press**, New York, v. 56, n.3, p1-155, July-Aug. 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **A produção capitalista de espaço**. 2ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSABAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. O Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, nº 55. Nov. 2001

IPEA. Distribuição funcional da renda no Brasil: situação recente. **Comunicado da Presidência**. Novembro de 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

IPEADATA. **Dados macroeconômicos**. Disponível em <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2009.

JABOOUR, Elias. **China: infra-estruturas e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

JIANG, Zemin. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Sobre o imposto em espécie. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Org.). **A nova política econômica (NEP): capitalismo de estado, transição e socialismo**. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 141-181

_____. Imperialismo fase superior do capitalismo. 1999. Disponível em <www.cacos.ufpr.br > Acesso em: 02 dez. 2009

LORES, Raul Juste. Crescimento ofusca, mas não elimina miséria. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Especial p. 12. 30 julho 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro primeiro, O processo de produção do capital v. I.

_____. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Livro primeiro, O processo de produção do capital, v. II.

_____. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. Livro segundo, O processo de circulação do capital, v. III.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **O manifesto Comunista**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política de desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.3, p 92-112, jul-set. 1999.

_____. A China como duplo pólo na economia mundial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.3, p 381-400, jul-set. 2006.

_____. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China**. IN: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos Aguiar de; SERRANO, Franklin (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PINTO, Eduardo Costa. **As dimensões constitutivas do capitalismo contemporâneo e a desarticulação social e setorial no Brasil**. 2005. 190f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

POCHMANN, Márcio. Gastos sociais, distribuição de renda e cidadania: uma equação política. *Econômica*. V. 5, n.1, p. 109-113. Junho de 2003. Rio de Janeiro.

POCHMANN, Márcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. texto para discussão. UNICAMP/IE Campinas, 2008

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.

ROGER & ME. Direção, roteiro e produção: Michael Moore. Elenco: Michael Moore, Ronald Reagan e Pat Boone. DVD (91 min), widescreen, color. 1989

SECCO, Lincoln; MAO JR., José. **A revolução chinesa: até onde vai a força do dragão**. São Paulo: Scipione, 1998.

SHENKAR, Oded. **O século da China: A ascensão chinesa e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós**. Porto Alegre: Bookman, 2005

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: O desmonte da nação: balanço do governo FHC (LESBAUPIN, Ivo. org.) Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Antonio Renildo Santana. **As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China**. 2007. 338f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TREVISAN, Cláudia. **China: o renascimento do império**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

_____. Supremacia do ocidente é exceção na história. . **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Especial. P-7. 30 julho 2006.

UNAFISCO. Execução orçamentária do Brasil: de FHC a LULA. São Paulo, Out. 2006. Disponível em: <http://www.unafiscosindical-sp.org.br/estudos/execucao_orcamentaria.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2009.

VIANNA, Maria Lucia W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: O desmonte da nação: balanço do governo FHC (LESBAUPIN, Ivo. org.) Petrópolis: Vozes, 1999.

VIERIA, Flávio Vilela. China: crescimento econômico de longo prazo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.26, n.3, p. 401-424, jul-set. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WATTS, Jonathan. A outra revolução. **Carta Capital**, n. 414. p. 10-15, Out. 2006.